Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2021 Nª 24.870 Preço banca: R$ 3,50

Brasil fecha janeiro com saldo de 260.353 empregos formais

O Brasil fechou o mês de janeiro de 2021 com um saldo de 260.353 empregos formais, segundo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apresentado na terça-feira (16) pelo Ministério da Economia. O saldo é o melhor da série histórica para o mês de janeiro e é resultado de 1.527.083 admissões e 1.266.730 desligamentos. O numero também é maior do que o registrado em dezembro de 2020, quando a geração de empregos ficou em 142.690 postos de trabalho.

Com isso, o estoque de empregos formais no país chegou a 39.623.321 vínculos, o que representa uma variação de 0,66% em relação ao estoque do mês anterior. De acordo com o ministério, a modernização trabalhista teve papel importante na geração de empregos de janeiro.

"Foram 15.600 admissões e 12.517 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 3.083 empregos, envolvendo 3.784 estabelecimentos contratantes. Um total de 201 empregados celebrou mais de um contrato na condição de trabalhador intermitente", informou a pasta.

O ministério apontou ainda que o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda tem sido bem-sucedido em evitar demissões, "em um ano tão atípico de enfrentamento de uma grave pandemia". Página 3

Bolsonaro apela por apoio de organismos internacionais

Página 4

SP registra 679 mortes por covid-19 em 24 horas e bate novo recorde

Página 2

Covid-19: França investiga nova variante que escapa a teste PCR

Uma nova variante do novo coronavírus preocupa as autoridades francesas. A nova estirpe, detectada em um hospital de Lannion, na Bretanha, em Côtes-d'Armor, não foi identificada por meio dos testes PCR, mas apenas com testes sorológicos e coleta de matéria biológica. Especialistas investigam se a variante é mais infecciosa ou mortal.

A nova variante foi detectada em meio a um foco de infecção no hospital de Lannion. Entre 79 doentes, oito tinham sintomas de covid-19, incluindo infecções pulmonares graves. No entanto, os testes desses oito pacientes apresentavam sucessivamente resultados negativos.

Nesses casos, só foi possível confirmar que se tratava de covid-19 por meio da realização de testes serológicos e coleta de matéria biológica nos pulmões, intervenção mais demorada e invasiva. Página 3

Moderna começa testes da vacina contra covid-19 em crianças e bebês

A farmacêutica Moderna começou a testar a vacina contra a covid-19 em crianças e bebês. Um dos ensaios vai contar com a participação de 6,75 mil crianças e bebês dos Estados Unidos e do Canadá, com idades entre seis meses e 12 anos. Página 3

Marcelo Queiroga fala em nova onda de covid-19 e união com estados

FOTO: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

O indicado para dirigir o Ministério da Saúde, Marcelo Queiroga, fez um pronunciamento na terça-feira (16) na porta do órgão juntamente com o titular que deixará o comando, Eduardo Pazuello.

Queiroga falou sobre a existência de uma nova onda da pandemia. "No momento, vivemos uma nova onda da pandemia, com muitos óbitos, em que é preciso melhorar a qualidade de assistência em cada um dos nossos hospitais, sobretudo nas unidades de terapia intensiva, no enfrentamento às síndromes respiratórias agudas graves", disse. Até então, o Ministério da Saúde utilizava o termo "repique". Ele destacou a necessidade de união entre Executivo Federal, governos estaduais e prefeituras no combate à pandemia.

"Sobretudo agora temos que unir esforços com os secretários municipais de Saúde. O Brasil tem mais de 5.570 municípios, então há mais de 5.570 secretários municipais de Saúde. Página 4

Inflação atinge todas as faixas de renda em fevereiro, diz Ipea

Página 3

Eletrobras, Correios e EBC são incluídos em programa de desestatização

Página 12

Atendimentos presenciais no Poupatempo permanecem suspensos na Fase Emergencial

As 82 unidades do Poupatempo continuam com atendimentos presenciais suspensos durante a Fase Emergencial, decretada pelo Governo do Estado, válida a partir de hoje, dia 15 de março.

É importante destacar que a retirada de documentos já agendados está permitida mediante apresentação de protocolo, bem como serviços de drive thru. Página 2

Dados de milhões de brasileiros são vendidos na internet

Página 4

Previsão do Tempo

Quarta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

31º C
19º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,62
Venda: 5,62

Turismo
Compra: 5,50
Venda: 5,76

EURO

Compra: 6,69
Venda: 6,69

Esporte

Brasília Vôlei e Itambé/Minas fazem segundo jogo do playoff

Time candango jogará com equipe mineira às 19h desta quarta-feira, na Arena Minas, em Belo Horizonte (MG). SporTV 2 transmitirá ao vivo

O Brasília Vôlei (DF) e o Itambé/Minas (MG) voltarão a se enfrentar, nesta quarta-feira (17), pelo segundo confronto do playoff das quartas de final da Superliga Banco Do Brasil 20/21 feminina de vôlei. A equipe mineira venceu o primeiro jogo da série melhor de três por 3 sets a 0 e está a um resultado positivo da semifinal. Já o time candango precisa da vitória para se manter vivo na competição. O SporTV 2 transmitirá ao vivo.

No Itambé/Minas, a central e capitã Carol Gattaz aposta na força do conjunto do time mineiro para garantir a classificação para a semifinal.

"Acredito que será um jogo ainda mais difícil que o primeiro. A equipe delas está estudando ainda mais o nosso time e nós estamos fazendo o mesmo com a equipe delas. Esperamos fechar essa série em dois jogos o que seria muito importante para o nosso grupo", afirmou Carol Gattaz.

Pelo lado do Brasília Vôlei, a central Aline falou sobre a dificuldade do confronto e mostrou confiança em um bom desempenho do time candango.

"Nós sabemos que o time do Minas é um timaço, uma seleção em quadra. Então o desafio é grande, mas não vamos desistir e sabemos do nosso potencial para ter chegado nessa fase da competição. Vamos para esse jogo mais focadas, estudando o jogo delas e com muito mais garra. Como também voltamos a ter mais ritmo de treino e parte física, isso nos dá mais preparação para essa partida. Contamos com a toda torcida e energia positiva para vencermos esse segundo confronto", disse Aline.

Além deste confronto, a segunda rodada das quartas de final já contou com a classificação do Osasco São Cristóvão Saúde (SP) para a semifinal depois de duas vitórias contra o Curitiba Vôlei (PR). Nos outros duelos, o Dentil/Praia Clube (MG) está em vantagem contra o São Paulo/Barueri (SP) enquanto a série entre o Sesi Vôlei Bauru (SP) e o Sesc RJ Flamengo (RJ) está empatada.

SADA CRUZEIRO E VÔLEI UM ITAPETININGA FAZEM JOGO DECISIVO

No primeiro duelo pelas quartas de final, Sada Cruzeiro (MG), primeiro colocado na fase de classificação da Superliga Banco do Brasil masculina de vôlei 20/21, acabou superado pelo Vôlei UM Itapetininga (SP), que se classificou em oitavo. Nesta quarta-feira, as equipes fazem o segundo confronto, que pode ser decisivo para o grupo paulista. A partida será às 16h30, no ginásio Poliesportivo do Riacho, em Contagem (MG), com transmissão do SporTV 2.

Foto: Orlando Bento

Itambé/*Minas e Brasília Vôlei voltam a se enfrentar nesta quarta-feira*

Para o segundo compromisso, o técnico do Sada Cruzeiro, Marcelo Mendez, afirma que o seu grupo precisa retomar o ritmo que vinha apresentando ao longo da temporada.

"Não é esta a situação em que gostaríamos de estar, mas o time de Itapetininga jogou muito bem o primeiro jogo e nós não conseguimos fazer as coisas que normalmente fazemos bem. Então estamos ajustando nosso saque, nosso sistema de bloqueio-defesa e todos os fundamentos, pois foi um daqueles dias em que parece que nada saiu bem. Estamos fazendo os pequenos ajustes para tentar voltar a jogar como jogamos sempre", comentou o técnico.

O comandante do Vôlei UM Itapetininga, Pedro Uehara, o Peu, sabe que tem um fundamento que é essencial para que o seu time consiga mais um bom resultado.

"Acredito que agredir o Sada Cruzeiro com nosso saque é o primeiro passo. E, com certeza, esperar o saque deles muito melhor que no primeiro jogo e segurar essa pressão. Estamos trabalhando muito bem. Temos certeza de que será um jogo muito mais difícil do que o outro. Sada é um time fortíssimo, mas temos a chance de obter algo histórico para Itapetininga e vamos nos entregar ao máximo para alcançar isso", afirmou Peu.

O Minas Tênis Clube (MG) foi o primeiro time da Superliga Banco do Brasil masculina 20/21 a garantir vaga na semifinal do campeonato.

SP supera 4 milhões de doses aplicadas na campanha contra COVID-19

O Estado de São Paulo ultrapassou na terça-feira (16), 4 milhões de doses de vacinas contra COVID-19 aplicadas na população.

Até às 12h10 de terça-feira, já foram aplicadas 4.043.916 doses, sendo 2.931.204 de primeira dose e 1.112.712 da segunda. Isso significa que mais de 1,1 milhão de pessoas já têm esquema vacinal completo.

Os dados são do Vacinômetro, ferramenta digital, que permite a qualquer pessoa acompanhar em tempo real o número de vacinados no estado.

Na segunda-feira, (15), começaram a ser vacinados os idosos entre 75 e 76 anos. Na próxima segunda-feira (22), chega a vez de quem faz parte da faixa de 72 a 74 anos. A partir do dia 29, última segunda-feira do mês, o público de 70 e 71 anos também poderá receber vacinas.

O Governo de SP divulga com transparência as estatísticas da campanha de imunização no link. O Vacinômetro aponta, em tempo real, quantas pessoas já receberam a primeira e a segunda dose da vacina, inclusive com dados individualizados para cidade cada cidade. Além disso, a ferramenta também disponibiliza o quantitativo de doses enviadas aos municípios.

Pré-cadastro no "Vacina Já"

O pré-cadastramento na campanha de vacinação contra a COVID-19 no site "Vacina Já" economiza 90% no tempo de atendimento para imunização: leva cerca de 1 minuto para quem preencheu o formulário. Presencialmente, em média, a coleta de informações leva cerca de 10 minutos.

A ferramenta ajuda a agilizar o atendimento e a evitar aglomerações. Não é um agendamento e o uso não é obrigatório para receber a vacina, mas utilizá-la contribui para melhorar a dinâmica dos serviços e a rotina do próprio cidadão.

O pré-cadastro pode ser feito por familiares de idosos ou de qualquer pessoa que participe dos públicos previstos na campanha.

Estado de SP tem mais de 24 mil pacientes internados com covid-19

O Estado de São Paulo registra, desde a segunda-feira (15), o maior número de pacientes internados pela covid-19 em toda a pandemia: são 24.285 pessoas, sendo 10.507 em UTIs e 13.778 em enfermaria. De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, é o segundo dia consecutivo que o número de pacientes em UTIs ultrapassa a marca de 10 mil, após aumentos sucessivos na última semana.

As taxas de ocupação dos leitos de UTIs registradas nesta segunda-feira são de 90,5% na Grande São Paulo e 89% no Estado. Os balanços acumulados da pandemia totalizam 2.208.242 casos confirmados pela doença e 64.223 óbitos nesta segunda-feira.

A fase emergencial, em vigor desde segunda-feira, (15), tem medidas mais duras de restrição, que se estendem até o dia 30, e tem como objetivo garantir a assistência a vida e conter a sobrecarga em hospitais de todo o estado, além de frear o aumento de novos casos, internações e mortes pelo novo coronavírus.

Com o agravamento da pandemia, o Governo de SP reforça a importância sobre o respeito ao Plano São Paulo e as medidas de distanciamento pessoal, uso de máscaras e higiene das mãos.

Entre o total de casos diagnosticados de covid-19 no estado, 1.950.306 pessoas estão recuperadas, sendo que 219.4616 foram internadas e tiveram alta hospitalar. Os 645 municípios têm pelo menos uma pessoa infectada, sendo 631 com um ou mais óbitos. (Agência Brasil)

SP registra 679 mortes por covid-19 em 24 horas e bate novo recorde

Nas últimas 24 horas, o estado de São Paulo registrou 679 mortes por covid-19 e bateu um novo recorde. O recorde anterior havia sido estabelecido na última sexta-feira (12), com 521 mortes.

Ao todo, São Paulo soma agora 64.902 mortes provocadas pelo novo coronavírus e 2.225.926 casos confirmados.

No ano passado, o maior número de mortes foi registrado no dia 13 de agosto, quando foram registradas 455 mortes. Isso demonstra que o estado enfrenta, neste momento, o pior momento da pandemia.

Há três semanas, o estado vem batendo também o recorde no número de pessoas internadas. Na terça-feira, (16), o estado soma 24.992 pessoas internadas, sendo que 10.756 delas estão em estado grave, em unidades de terapia intensiva (UTI). A taxa de ocupação de leitos de UTI em todo o estado continua subindo e hoje já atingiu a marca de 90%.

O número de novos casos contabilizados nas últimas 24 horas também é o mais alto do ano: 17.684.

Desde o dia 6 de março, todo o estado de São Paulo está na Fase 1-Vermelha do Plano São Paulo, onde somente serviços considerados essenciais podem funcionar. Mas, na semana passada, o governo decidiu endurecer ainda mais essa medida. Com isso, na segunda-feira, (15) entrou em funcionamento em todo o estado a fase emergencial, com medidas ainda mais restritivas. As aulas da rede pública foram suspensas, jogos de futebol paralisados e cultos e celebrações religiosas coletivas foram proibidos. Foi estabelecido ainda um toque de recolher, das 20h às 5h. A medida pretende reduzir a circulação do vírus e evitar uma sobrecarga nos hospitais. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando uma referência das liberdades possíveis. Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SÃO PAULO)

Ex-vereadora Patrícia Bezerra (PSDB) deve assumir na Assembleia (SP), uma vez que o deputado Macris (PSDB) virou Secretário (Casa Civil) do governador Doria, cargo que foi do ex-prefeito Kassab (dono do PSD), o mesmo que agora é réu em ação do MP na Justiça Eleitoral (SP)

.

PREFEITURA (SÃOPAULO

Até o Secretário (Saúde) Edson Aparecido tá assustado pelo aumento do número - diário - de infectados e mortos em função da 2ª onda do Covid 19 na cidade de São Paulo. Até os hospitais privados tão pedindo ajuda. Por ora, o prefeito Bruno Covas (PSDB) não pensa em lockdown

.

ASSEMBLEIA

Resumo da eleição pra Mesa Diretora 2021-2023 : Carlão Pignatari (PSDB) na presidência; Luiz Fernando (PT) na 1ª Secretaria e Rogério Nogueira (DEM ex-PFL) na 2ª Secretaria. Os partidos que levaram os demais cargos foram REPUBLICANOS (ex-PRB), PL, PP, PSB, MDB e PODEMOS

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

Conforme antecipado pela coluna, o ex-presidente da ALESP - deputado Cauê Macris (PSDB) - assume a Secretaria da Casa Civil de João Doria (PSDB 'liberal de centro'), cargo que foi do ex-prefeito paulistano Kassab (dono do PSD), que agora é réu em ação do MP na Justiça Eleitoral

.

CONGRESSO (BRASIL)

Promulgação da Emenda Constitucional que dá ao governo Bolsonaro a condição do pagar - quanto em dinheiro e por quanto tempo - o Auxílio Emergencial pra milhões de brasileiros, é o que o governo Bolsonaro tem pra 2021, até que a vacinação em massa salve o povo do Covid 19

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

O médico Marcelo Queiroga - novo ministro (Saúde) do governo Bolsonaro - vai iniciar uma 'guerra' e espera contar com governadores e prefeitos lutando juntos contra o inimigo invisível e comum (Covid 19). O Presidente será o general que deverá comandar todas as batalhas

.

PARTIDOS (BRASIL)

Seguem negociações pra volta do Bolsonaro ao PSL, numa fusão com outras legendas que criariam uma nova agremiação pra receber os parlamentares - via 'janela da infidelidade' em 2022 - pra que o Presidente dispute uma reeleição com um bom tempo de propaganda na tv

.

HISTÓRIAS

Silvio Santos não era 'do ramo' político. Em 1989, na volta das eleições diretas Presidenciais, o dono do SBT Silvio Santos alugou a legenda 26. A Justiça Eleitoral melou a terceirização. Em 1992, foi o PFL que melou a convenção que daria a ele a candidatura pra prefeitura paulistana

cesar@cesarneto.com

Memorial da América Latina reabre drive-thru para vacinação contra a Covid-19

Memorial da América Latina reabre drive-thru na segunda-feira (15), com a opção também de vacinação para pessoas a pé, a partir das 8h. A abertura da imunização no Memorial contará com a presença do secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido.

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) inicia nesse período a vacinação de idosos com idade entre 75 e 76 anos, grupo estimado em 115 mil pessoas na cidade. Com a abertura da nova faixa-etária, os drive-thrus, utilizados na capital para a vacinação contra a Covid-19, retomarão as atividades a partir das 8 horas.

Nos postos estarão disponíveis as duas doses da vacina.

O público-alvo nesta faixa-etária da Campanha pode procurar a vacina em uma das 468 Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos 17 drive-thrus espalhados pela cidade, nos três Centros-Escolas e nos 17 Serviços de Assistência Especializada (SAE) na capital. Aos sábados, os idosos podem procurar por uma das 80 UBS/Ama integradas para a imunização.

A partir desta segunda-feira, até às 17h, os 17 drive-thrus terão vacinação para os idosos acima de 75 anos, além de oferecer a segunda dose da vacina também exclusivamente para pessoas que receberam a primeira dose em um dos drive-thrus da cidade.

Quem tomou a primeira dose no estádio do Pacaembu, que encerrou as atividades na quarta-feira (3), pode procurar qualquer um dos postos de vacinação da cidade, incluindo os drive-thrus.

Recomendação

A SMS recomenda que os idosos busquem a vacina de maneira gradual, evitando aglomerações nos postos da capital e preenchendo o pré-cadastro no site Vacina Já para agilizar em até 90% o tempo de atendimento para imunização.

Serviço

A partir de 15/03/2021 no Memorial da América Latina

DRIVE-THRU

Praça Cívica | Acesso pela rua Tagipuru, nº 500 – Portão 2

PEDESTRES

Espaço Gabo – Praça da Sombra | Acesso pela Av. Auro Soares de Moura Andrade, altura do nº 475 – Portão 9 (embaixo da passarela)

Para fazer o pré-cadastro, acesse: **https://vacinaja.sp.gov.br/**

Atendimentos presenciais no Poupatempo permanecem suspensos na Fase Emergencial

As 82 unidades do Poupatempo continuam com atendimentos presenciais suspensos durante a Fase Emergencial, decretada pelo Governo do Estado, válida a partir de hoje, dia 15 de março.

É importante destacar que a retirada de documentos já agendados está permitida mediante apresentação de protocolo, bem como serviços de drive thru. Além disso, casos emergenciais, como a emissão de RG para pessoas que precisam de serviços médicos, por exemplo, podem ser solicitados pelo Fale Conosco. As equipes do Poupatempo avaliam as necessidades e retornam o contato para os cidadãos.

Nas plataformas digitais, através do portal – www.poupatempo.sp.gov.br – ou no aplicativo Poupatempo Digital, os atendimentos estão mantidos, com 130 opções que podem ser realizadas de forma segura, sem a necessidade de sair de casa.

"Há um ano, desde o primeiro fechamento temporário de todos os postos do Poupatempo, como medida de prevenção à Covid-19, intensificamos o processo de transformação digital com a ampliação e aprimoramento dos serviços online, possibilitando aos cidadãos resolverem suas pendências pelo celular ou computador" destaca Murilo Macedo, diretor da Prodesp.

Os serviços digitais se tornaram realidade no dia a dia do Poupatempo e vêm crescendo significativamente. Hoje, já são responsáveis por mais de 70% de todos os atendimentos. Além de seguros, os canais eletrônicos do programa são eficientes e simples de serem acessados. Dos 4,6 milhões de serviços prestados nos dois primeiros meses deste ano, cerca de 3,5 milhões foram feitos pelo app e site.

Neste momento, em que todos os postos estão fechados, em função das medidas restritivas, fundamentais no combate à pandemia, os serviços mais solicitados no Poupatempo já estão disponíveis nas plataformas digitais. Com a mesma qualidade e rapidez, marcas registradas do programa, o cidadão pode solicitar a renovação e segunda via de CNH, consulta de multas e de pontuação na CNH, IPVA, Carteira de Trabalho, Seguro desemprego, Licenciamento e transferência de veículos, entre outros.

O novo formato de atendimento, com ênfase no digital é permanente e a meta do Poupatempo é oferecer 180 opções online ao final deste ano, e chegar a 240 até o término de 2022.

Cartilhas digitais

Idealizadas para auxiliar e esclarecer, de forma remota, as dúvidas mais frequentes dos cidadãos.

Didático e ilustrado, o material traz informações sobre 21 tipos de serviços oferecidos à população nos canais digitais do programa.

As cartilhas estão disponíveis no site www.poupatempo.sp.gov.br e quem acessar poderá ter orientações e consultar o passo a passo para sobre como baixar o app Poupatempo Digital, criar login nos canais digitais do Poupatempo, ter acesso a documentos como carteira de habilitação, atestado de antecedentes criminais, licenciamento, transferência de veículos, carteira de trabalho, título de eleitor, IPVA, seguro-desemprego, além de outros atendimentos relacionados à Secretaria Estadual da Educação, nota fiscal paulista e Sabesp, por exemplo.

Tutoriais (vídeos)

O portal do Poupatempo (www.poupatempo.sp.gov.br) disponibiliza vídeos sobre os atendimentos digitais mais procurados nos canais do programa. A série, com 14 tutoriais, está disponível também no Youtube, no www.youtube.com/poupatemposp.

Segunda via de RG

Quem precisa emitir a segunda via do RG também pode usar os meios digitais para obter o documento. Pelos totens de autoatendimento do Poupatempo ou no aplicativo RG Digital SP, da Polícia Civil, o cidadão consegue solicitar uma nova Carteira de Identidade.

Os totens estão disponíveis em estações do Metrô e da CPTM, shoppings centers, supermercados, e unidades do Descomplica SP, por exemplo, durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos. Os endereços estão no portal www.poupatempo.sp.gov.br, na opção Locais de Atendimento.

Já o aplicativo RG Digital SP está disponível para ser baixado gratuitamente no celular, tanto na Google Play quanto na App Store.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Brasil fecha janeiro com saldo de 260.353 empregos formais

O Brasil fechou o mês de janeiro de 2021 com um saldo de 260.353 empregos formais, segundo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apresentado na terça-feira (16) pelo Ministério da Economia. O saldo é o melhor da série histórica para o mês de janeiro e é resultado de 1.527.083 admissões e 1.266.730 desligamentos. O numero também é maior do que o registrado em dezembro de 2020, quando a geração de empregos ficou em 142.690 postos de trabalho.

Com isso, o estoque de empregos formais no país chegou a 39.623.321 vínculos, o que representa uma variação de 0,66% em relação ao estoque do mês anterior. De acordo com o ministério, a modernização trabalhista teve papel importante na geração de empregos de janeiro.

"Foram 15.600 admissões e 12.517 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 3.083 empregos, envolvendo 3.784 estabelecimentos contratantes. Um total de 201 empregados celebrou mais de um contrato na condição de trabalhador intermitente", informou a pasta.

O ministério apontou ainda que o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda tem sido bem-sucedido em evitar demissões, "em um ano tão atípico de enfrentamento de uma grave pandemia". O programa institui o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), pago a trabalhadores que tiveram o contrato de trabalho suspenso ou a jornada e o salário reduzidos.

A pasta informou que os dados atualizados até 31 de dezembro mostram que o benefício permitiu 20.119.858 acordos entre 9.849.116 empregados e 1.464.683 empregadores no país.

Já a jornada em regime de tempo parcial teve saldo negativo de 610 postos de trabalho no ano, resultado de 15.808 admissões e 16.418 desligamentos. O regime parcial é aquele cuja duração não excede trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais ou cuja duração não excede 26 horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

Segundo o Caged, em janeiro, a movimentação envolveu 6.413 estabelecimentos contratantes e 57 empregados celebraram mais de um contrato em regime de tempo parcial.

Atividade econômica

Os números mostram que, no mês de janeiro, todos os grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo positivo, com destaque para o setor da Indústria, com a geração de 90.431 novos postos de trabalho formais.

"Em nível de subclasses, podemos apontar a Confecção de Peças do Vestuário, exceto Roupas Íntimas e as Confeccionadas Sob Medida, com o maior saldo (7.855), a maior parte no Paraná (3.058). A subclasse Fabricação de Calçados de Couro registrou o segundo maior saldo (5.762), principalmente na Bahia (1.670) e Rio Grande do Sul (1.658)", informou o ministério.

Na sequência vem o setor de Serviços que apresentou o segundo melhor saldo, com 83.686 empregos formais. A maioria deles registrado nos grupamentos de Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas", com 55.896; e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais", com 18.353.

O terceiro maior crescimento do emprego formal ficou com o setor da Construção, com saldo de 43.498 postos de trabalho formais, principalmente na subclasse Construção de Edifícios, com saldo de 16.636 postos. Ainda de acordo com os dados, a Agropecuária também apresentou saldo positivo de 32.986, principalmente nas subclasses Cultivo de Maçã (12.222) e Cultivo de Soja (9.194).

Setor mais atingido pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus, o Comércio registrou, em janeiro, um saldo positivo, de 9.848 postos de trabalho. Os destaques ficaram por conta das subclasses Comércio a Varejo de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores (3.506) e Comércio Varejista de Materiais de Construção em Geral (3.055).

Salário

Para o conjunto do território nacional, o salário médio de admissão em janeiro deste ano foi de R$ 1.760,14. Comparado ao mês anterior, houve aumento real de R$ 20,06 no salário médio de admissão.

Estados

De acordo com o Caged, no mês de janeiro de 2021, apenas três, dos 27 estados não registraram saldos positivos: Alagoas, com menos 198 empregos (-0,06); Paraíba, com menos 174 (-0,04) e Rio de Janeiro, com saldo negativo de 44 empregos (-0,00).

Entre os estados que mais geraram vagas, o destaque fica com São Paulo, com 75.203 novos postos. Santa Catarina, com 32.077, e Rio Grande do Sul, com 27.168, foram outros estados com maior geração de empregos formais.

"Todas as cinco regiões do país tiveram saldo positivo em janeiro de 2021. O Norte, com 6.937 gerou menos empregos enquanto o Sudeste, com 105.747, alcançou o melhor número. Já o Sul foi a região onde todos os estados registraram crescimento parecido, sem grande desequilíbrio", informou o ministério. (Agencia Brasil)

Indicador econômico da FGV registra recuo em fevereiro

O Indicador Antecedente Composto da Economia Brasileira (Iace), publicado hoje (16) pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em parceria com a The Conference Board (TCB), recuou 0,6% em fevereiro, atingindo 123 pontos. O indicador agrega oito componentes que medem a atividade econômica no Brasil. Segundo a FGV, entre eles, cinco contribuíram de forma negativa para o resultado agregado, sendo a maior contribuição negativa a do Indicador de Expectativas da Indústria.

Os demais componentes do Iace são Índice de Expectativas de Serviços (da FGV), Índice de Produção Física de Bens de Consumo Duráveis (do IBGE), taxa referencial de swaps DI pré-fixada – 360 dias (do Banco Central), Ibovespa – Fechamento do mês (da B3) e os índices de Termos de troca e de Quantum de exportações, ambos da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Conforme a FGV, cada um dos oito componentes vem se mostrando individualmente eficiente em antecipar tendências econômicas. "A agregação dos indicadores individuais em um índice composto filtra os chamados 'ruídos', colaborando para que a tendência econômica efetiva seja revelada", destacou.

ICCE

Já o Indicador Coincidente Composto da Economia Brasileira (ICCE), calculado conforme as condições econômicas atuais, subiu 0,2%, alcançando 98,9 pontos, no mesmo período.

Para o pesquisador Paulo Picchetti, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV-Ibre), a elevação do ICCE em fevereiro é, por um lado, muito modesta, mas por outro, ainda concentrada, principalmente na atividade industrial, enquanto os demais setores já sofrem os efeitos do recrudescimento da pandemia.

"As expectativas do próprio setor industrial, no entanto, já apontam para resultados inferiores nos próximos meses, face aos desafios impostos por novas restrições à mobilidade e limites nas políticas de estímulos econômicos. Não há sinais de retomada robusta do nível geral de atividades no horizonte visível", disse o pesquisador. (Agencia Brasil)

Inflação atinge todas as faixas de renda em fevereiro, diz Ipea

Todas as faixas de renda registraram alta da taxa de inflação em fevereiro. De acordo com o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado na terça-feira (16) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as famílias de renda mais alta foram as mais atingidas no mês. A faixa de renda média saiu de 0,26% em janeiro para 0,98% em fevereiro. A inflação das famílias de renda média-alta subiu de 0,27% para 0,97% e nas de renda alta, cresceu de 0,29% para 0,98%.

Conforme o estudo, o grupo de transportes, impactado pela alta de 7,1% dos preços dos combustíveis, foi o segmento que mais contribuiu para a pressão inflacionária em todas as faixas de renda no mês de fevereiro.

Nas famílias mais pobres, os reajustes de 0,33% do ônibus urbano e de 0,56% do trem pesaram para a alta da inflação, além do preço dos combustíveis. Ainda entre os mais pobres, o grupo habitação contribuiu para a alta da inflação, ancorado pelos aumentos de 0,66% dos aluguéis, de 1,0% da taxa de água e esgoto e de 3,0% do botijão de gás.

A autora do estudo e pesquisadora do Grupo de Conjuntura do Ipea, Maria Andréia Lameiras, disse que o mês de fevereiro ficou dentro do que já era esperado de aceleração na margem causada pelos combustíveis. "A gente viu que ao longo dos primeiros meses do ano vem tendo aumentos recorrentes nos combustíveis, muito por conta da desvalorização do real. Essa aceleração de janeiro para fevereiro veio realmente em linha do que a gente estava imaginando", disse em entrevista à Agência Brasil.

Já as famílias de renda mais alta tiveram uma pressão maior do grupo educação, especialmente por causa do reajuste de 3,1% das mensalidades escolares. O estudo apontou ainda que o aumento das taxas para estas famílias foi atenuado pela desaceleração dos alimentos ocorrida em fevereiro. A queda de 3% do preço das passagens aéreas também representou um alívio inflacionário para as famílias mais ricas.

Conforme a pesquisadora, a aceleração maior para os mais ricos, também seguiu as expectativas não só porque fevereiro é o mês de reajuste das mensalidades escolares, mas porque o combustível pesa mais para essas famílias que têm carro próprio. "A mensalidade escolar também é algo que vai afetar a inflação dos mais ricos, porque são os que têm filhos em colégios particulares. Então, ela veio dentro das expectativas", completou.

Segundo Maria Andréia, a desaceleração dos preços dos alimentos também era prevista, o que acabou por ajudar a reduzir a alta inflacionária em fevereiro. A pesquisadora afirmou que no ano passado a concessão do auxílio emergencial, apesar de necessário, acabou por ser um dos fatores da alta dos alimentos com o aumento do consumo. Nos dois primeiros meses de 2021, a falta do auxílio combinada à alta menor dos preços de commodities, como carnes, no mercado internacional, mesmo que ainda estejam elevados, representam pressão menor na inflação.

"A alta dos preços de alimentos no mercado internacional está mais contida e mesmo no doméstico não tendo o auxílio emergencial tem um fator a menos de pressão sobre esse preço. Vale ressaltar ainda que essa desaceleração dos alimentos poderia ser um pouco menor se não tivesse a pressão do câmbio, que mais alto em janeiro e especialmente fevereiro freou a desaceleração do preço dos alimentos", observou.

A pesquisadora disse que o cenário para 2021 é que mesmo com a volta do auxílio emergencial a tendência é de desaceleração dos preços dos alimentos, com preços internacionais mais bem comportados e no mercado doméstico previsão de aumento de safra. "Não tem cenário de queda de alimentos em 2021, mas a gente vai ter uma alta muito menor do que a gente viu em 2020. O que pode frear ou não essa desaceleração é o câmbio. Se tiver um câmbio melhor, essa desaceleração tende a ser maior", explicou.

Para os mais ricos, segundo a pesquisadora, o que pode pressionar é a inflação por conta dos serviços que devem acelerar com a vacinação e em consequência com o aumento da oferta. "A ideia é que a partir do meio do ano, quando a gente já tiver uma situação mais bem controlada, a reabertura dos serviços acabe a impactar um pouco mais o orçamento das famílias mais ricas, porque são as pessoas que usam os serviços", afirmou, acrescentando que o reajuste dos planos de saúde que foram suspensos no ano passado também será um fator de impacto para essas famílias.

Comparação

Também em relação ao mesmo período do ano passado, todas as faixas de renda sofreram crescimento da inflação. Nessa comparação, as três faixas de renda mais baixas foram as que registraram as maiores altas inflacionárias, com taxas de variação avançando de 0,15%, 0,12% e 0,16%, em fevereiro de 2020, para 0,67%, 0,80% e 0,89%, em 2021, respectivamente. De acordo com o estudo, a alta menos expressiva dos alimentos e as quedas dos preços da energia e dos combustíveis explicam o aumento mais ameno em 2020 do que esse ano.

Já para os três segmentos de renda mais altas as taxas variaram de 0,25%, 0,35% e 0,42%, em fevereiro de 2020, para 0,98%, 0,97% e 0,98%, em 2021, respectivamente. A pressão inflacionária foi atenuada pelo comportamento menos intenso dos combustíveis em fevereiro de 2020.

A aceleração da inflação também atingiu todas as faixas de renda no acumulado de 12 meses, embora para as famílias mais pobres tenham se mantido taxas mais altas do que para as mais ricas. A inflação para as famílias que recebem menos de R$ 1.650,50 ficou em 6,75%, enquanto para as famílias com renda maior que R$16.509,66 alcançou 3,43%. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Covid-19: França investiga nova variante que escapa a teste PCR

Uma nova variante do novo coronavírus preocupa as autoridades francesas. A nova estirpe, detectada em um hospital de Lannion, na Bretanha, em Côtes-d'Armor, não foi identificada por meio dos testes PCR, mas apenas com testes sorológicos e coleta de matéria biológica. Especialistas investigam se a variante é mais infecciosa ou mortal.

A nova variante foi detectada em meio a um foco de infecção no hospital de Lannion. Entre 79 doentes, oito tinham sintomas de covid-19, incluindo infecções pulmonares graves. No entanto, os testes desses oito pacientes apresentavam sucessivamente resultados negativos.

Nesses casos, só foi possível confirmar que se tratava de covid-19 por meio da realização de testes serológicos e coleta de matéria biológica nos pulmões, intervenção mais demorada e invasiva.

Os cientistas do Instituto Pasteur procuram agora saber se a variante, com nove mutações genéticas, resiste à vacinação, ou se apresenta caráter mais infeccioso e mortal.

"Está em curso uma avaliação para apurar o possível impacto dessas modificações genéticas na incapacidade de reconhecimento por testes virológicos, o que conduz a um subdiagnóstico e que poderá interferir na estratégia de rastreamento atualmente em vigor", diz a Direction génerale de la Santé (DGS) em comunicado.

No comunicado, a DGS francesa indica que todos os casos que se enquadrem na definição dessa nova variante, prováveis ou confirmados "devem ser submetidos a um isolamento estrito durante um período de dez dias".

O alerta surge no momento altura em que a pandemia progride no país, sobretudo na área metropolitana de Paris. Nessa segunda-feira foram registrados 333 óbitos e 6,47 mil novos casos em todo o território francês.

No total, o país contabilizou 4,078 milhões e 90,78 mil mortes desde o início da pandemia. Estão internadas nos hospitais franceses mais de 25 mil pessoas, das quais 4,21 mil nos cuidados intensivos.

A expectativa é que o presidente francês, Emmanuel Macron, anuncie novas medidas nos próximos dias, tendo em conta a evolução da pandemia sobretudo na região de Île-de-France.

"Vamos ter de tomar novas decisões nos próximos dias, sem dúvida", afirmou Macron nessa segunda-feira, quando questionado sobre a possibilidade de um novo confinamento na região parisiense, antes da divulgação de informações sobre a nova variante, no norte de França. (Agencia Brasil)

Moderna começa testes da vacina contra covid-19 em crianças e bebês

A farmacêutica Moderna começou a testar a vacina contra a covid-19 em crianças e bebês. Um dos ensaios vai contar com a participação de 6,75 mil crianças e bebês dos Estados Unidos e do Canadá, com idades entre seis meses e 12 anos.

Em outro estudo, a vacina será testada em 3 mil crianças e jovens de 12 a 17 anos.

Os participantes vão receber duas doses da vacina ou um placebo, separados por 28 dias e em quantidades distintas.

A farmacêutica vai acompanhar o efeito do fármaco ao longo de um ano, não só em termos de resposta imunológica, mas também para verificar se provoca efeitos secundários. (Agencia Brasil)

Receita Federal alerta para fraude em e-mail sobre Imposto de Renda

Fraudadores estão enviando e-mails com falsos saldos residuais do Imposto de Renda para enganar contribuintes, alertou na terça-feira (16) a Receita Federal. A mensagem, segundo o Fisco, não passa de golpe e deve ser ignorada

Em nota, a Receita informou que não envia e-mails ou mensagens de nenhum tipo que contenham informações do contribuinte, peçam dados pessoais ou informem trâmites sobre o Imposto de Renda ou sobre processos em andamento.

Segundo o Fisco, a única mensagem que o contribuinte poderá receber no e-mail ou no celular é um alerta para entrar no Centro de Atendimento Virtual (e-CAC) do Fisco e conferir pendências. A novidade entra em vigor na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física deste ano.

Somente no e-CAC, esclarece a Receita, o contribuinte terá um ambiente seguro, acessado com login e senha ou certificado digital, para conferir problemas no processamento da declaração.

O Fisco recomenda que o cidadão não clique em nenhum link ou não interaja com e-mails recebidos em nome da Receita, mesmo que pareçam legítimos. (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Bolsonaro apela por apoio de organismos internacionais

O presidente Jair Bolsonaro apelou a organismos financeiros internacionais por mais ações que apoiem "de forma decisiva e coordenada" os esforços dos países da América do Sul no enfrentamento da pandemia de covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos. Ele participou na terça-feira (16) da 6ª Reunião Extraordinária de Presidentes do Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul).

"Consideramos que um dos grandes desafios do pós-pandemia será aumentar os fluxos de investimentos voltados a financiar o desenvolvimento sustentável na nossa região", disse. "A ação dos Estados soberanos para mitigar os efeitos nocivos da covid-19 na economia e na sociedade tem se mostrado decisiva. Temos contado também com o apoio fundamental de instituições internacionais de crédito aliadas à nossa causa", destacou o presidente.

O presidente participou da reunião por videoconferência, do Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e da Economia, Paulo Guedes. Durante seu discurso, Bolsonaro também falou do desafio do Brasil em atrair investimentos privados para a Amazônia e para projetos de infraestrutura, concessões e parcerias público-privadas, em especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), "para impulsionar o desenvolvimento do Brasil".

"Já obtivemos muitos progressos, mas queremos avançar ainda mais em áreas como transporte, logística e saneamento urbano. É com satisfação que também destaco o alinhamento do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento a essas prioridades em sua estratégia para o Brasil no período 2019/2022. O banco tem contribuído de modo crucial com nossos esforços para tornar o estado brasileiro mais eficiente e fortalecer o nosso ambiente de negócios", disse Bolsonaro.

Desenvolvimento sustentável

A reunião do Prosul ocorre às vésperas da assembleia anual do BID. O presidente do banco, Mauricio Claver-Carone, também participou da videoconferência deterça-feira.

O presidente Bolsonaro destacou ainda que o Brasil está determinado a trabalhar para promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica e da América do Sul, "com amparo na livre iniciativa e na abertura econômica".

"Registro igualmente o meu entusiasmo com a estruturação da iniciativa amazônica, voltada ao financiamento do desenvolvimento sustentável naquela região, e que deverá ser debatida em uma das sessões paralelas da assembleia anual do BID. Em 2019, o Brasil enviou ao banco proposta para criação de um fundo não apenas de financiamento, mas também de mobilização de capital privado, voltado a estimular o enorme potencial da bioeconomia amazônica", disse o presidente.

Medidas de recuperação

Segundo Bolsonaro, a economia brasileira já iniciou sua trajetória de recuperação e o governo está "firmemente determinado" a aprovar medidas "que irão permitir o crescimento sustentado da nossa economia nos próximos anos", como as reformas administrativa e tributária, a nova Lei de Falências e a privatização de empresas estatais.

Além disso, segundo ele, o Brasil também busca estabelecer marcos regulatórios que fortaleçam a segurança jurídica, melhore o ambiente de negócios e amplie os investimentos em diversos setores, como os de petróleo e gás, de infraestrutura viária, de saneamento e de bioeconomia.

Bolsonaro também citou os problemas causados pela suspensão das atividades produtivas e o impacto da pandemia sobre os níveis de emprego e renda em todo o mundo. Ele destacou o programa do auxílio emergencial do Brasil, voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade, e os gastos do governo com ações para reduzir os efeitos da pandemia, equivalente a cerca de 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB – soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

"Por trás das estatísticas nos solidarizamos com os milhões de famílias que, sem o amparo dos governos nacionais, perderiam seus meios de subsistência, sua segurança alimentar e sua dignidade como seres humanos", afirmou o presidente.

Bolívia

No início de seu discurso, Bolsonaro manifestou a preocupação do Brasil com os recentes acontecimentos na Bolívia. No sábado (13), o governo boliviano informou que a ex-presidente boliviana Jeanine Áñez havia sido detida pelo seu suposto envolvimento em um "golpe de Estado", em 2019, contra o também ex-presidente Evo Morales.

"Nosso vizinho e país irmão, onde a ex-presidente e outras autoridades foram presas sob alegação de participação em golpe, que nos parece totalmente descabida. Esperamos que a Bolívia mantenha em plena vigência o estado de direito e a convivência democrática", disse Bolsonaro.

Evo Morales renunciou e fugiu da Bolívia em 2019, em meio a protestos contra seu governo e alegações de fraude eleitoral. Áñez, ex-senadora, assumiu como presidente interina, mas, 11 meses depois, o partido socialista de Morales, o MAS, retornou ao poder, com a vitória de Luis Arce em eleições realizadas em outubro do ano passado. (Agencia Brasil)

Dados de milhões de brasileiros são vendidos na internet

Circula na internet uma suposta oferta para a compra de dados de 223 milhões de brasileiros. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) confirmou o indício e informou que abriu procedimento para apuração do caso.

A oferta dos dados foi noticiada na imprensa. A origem dos dados seria do serviço de atendimento à população do estado de São Paulo conhecido como Poupatempo, que reúne serviços de diferentes órgãos públicos do estado.

Em nota à Agência Brasil, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados confirmou que está analisando o vazamento e que é sua responsabilidade a apuração de incidentes como esse, com a ajuda de órgãos como a Polícia Federal.

"Já se encontram em curso as apurações administrativas devidas, de competência da ANPD, a fim de que seja apurada a ocorrência do vazamento, a origem, a forma em que teria se dado o possível vazamento, as medidas de contenção e de mitigação que devem ser adotadas em um plano de contingência, as possíveis consequências e os danos causados pela suposta violação, de forma a promover as orientações e eventuais responsabilizações dos envolvidos", disse a ANPD em comunicado.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) negou qualquer vazamento de dados de qualquer terminal do serviço Poupatempo em nota à Agência Brasil.

"A Companhia adota rígidos controles e regras de acesso ao sistema de dados, que é monitorado 24 horas por dia em tempo real pelas equipes de TI. Em mais de cinco décadas, e de inúmeras tentativas diárias, nunca houve vazamento de dados na Prodesp", disse. (Agencia Brasil)

Marcelo Queiroga fala em nova onda de covid-19 e união com estados

O indicado para dirigir o Ministério da Saúde, Marcelo Queiroga, fez um pronunciamento na terça-feira (16) na porta do órgão juntamente com o titular que deixará o comando, Eduardo Pazuello.

Queiroga falou sobre a existência de uma nova onda da pandemia. "No momento, vivemos uma nova onda da pandemia, com muitos óbitos, em que é preciso melhorar a qualidade de assistência em cada um dos nossos hospitais, sobretudo nas unidades de terapia intensiva, no enfrentamento às síndromes respiratórias agudas graves", disse. Até então, o Ministério da Saúde utilizava o termo "repique". Ele destacou a necessidade de união entre Executivo Federal, governos estaduais e prefeituras no combate à pandemia.

"Sobretudo agora temos que unir esforços com os secretários municipais de Saúde. O Brasil tem mais de 5.570 municípios, então há mais de 5.570 secretários municipais de Saúde. Há os secretários estaduais de Saúde, há os órgãos representativos como o Conass ,Conselho Nacional de Secretários de Saúde e o Conasems ,Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. O Ministério da Saúde está muito empenhado em trabalhar de maneira harmônica e, em parceria, para melhorar a condição de assistência, para que efetivamente os mais de 500 milhões de doses de vacinas, que já foram tratadas aqui na gestão do ministro Pazuello, sejam aplicadas nos brasileiros de uma maneira eficiente de tal sorte que nós consigamos conter a situação do vírus e, por fim, essa pandemia", comentou.

Prevenção

O novo titular do Ministério da Saúde também destacou a importância da população se engajar nas medidas de prevenção à covid-19, incluindo o uso de máscaras e distanciamento social. "Eu tenho certeza que nós teremos a ajuda dos brasileiros para executar as políticas públicas do interesse da população e, com isso, ter um resultado mais desejável no enfrentamento da pandemia de covid-19 e nas outras situações de saúde pública que afetam a nossa sociedade", acrescentou.

Queiroga defendeu a combinação das ações e enfrentamento à covid-19 com medidas de proteção do emprego e assinalou o papel da ciência brasileira para subsidiar as medidas das autoridades de saúde.

O ministro Eduardo Pazuello reforçou a ideia de continuidade na gestão. "Não é uma transição, é um só governo. Continua o governo Bolsonaro. Continua o ministro da Saúde. Trocam o nome de um oficial general que estava aqui organizando a parte operacional, a gestão, a liderança, a administração e agora vai chegar um médico com toda a sua experiência na área de saúde para poder ir além. Então nós estamos somando neste momento, não dividindo, não separando. É um somatório", comentou Pazuello. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

CLUBE MOTOR RACE
ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital de convocação, ficam convocados os senhores associados do cume CLUBE MOTOR RACE, inscrito no CNPJ sob nº 03.532.259/0001/71, com direito a voto, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de março de 2021, às 12 horas em primeira chamada com no mínimo 2/3 de associados presentes e às 13 horas, em segunda chamada com no mínimo 1/3 de associados presentes, na rua Barão de Jundiai, 166, SALA 3, bairro da Lapa, CEP nº 05073-010, São Paulo, Capital, para deliberarem sob a seguinte ordem do dia: a) – Eleição e posse da diretoria e conselho fiscal para o mandato de 2021 a 2029.
São Paulo, 15 de março de 2021.
VERA LUCIA DE CASTRO VIDAL
PRESIDENTE

ERRATA
Copart do Brasil Organização de Leilões Ltda.
CNPJ - 15.517.191/0006-82
Luiz Rafael Lemuchi de Lima - Leiloeiro Oficial - Matricula: 20/315L - Jucepar
www.donhaleiloes.com
Conforme publicação no dia **24/11/2020** no **Jornal O Dia SP**, ficou faltando incluir o veículo:
Chassi: 9BWAA45U2ET217789 NORMAL
Placa: AYF0J59
Veículo: WOLKSVAGEN Modelo: GOL
Ano de Fabricação: 2014 Ano Modelo: 2014

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1125680-42.2018.8.26.0100. A Dra. Daniela Dejuste de Paula, Juíza de Direito da 30ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Bella Criança Modas Ltda (CNPJ. 02.039.308/0001-76) e Erida Maria Balsan dos Santos (CPF. 386.304.439-87), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 114.589,75 (novembro de 2018), representada pelo Contrato de Cédula de Crédito sob nº 4186768. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1090212-17.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LEILA HASSEM DA PONTE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Glam Confecções Ltda (CNPJ. 06.019.892/0001- 59), que Banco Santander (Brasil) S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 182.447,25 (agosto de 2018), representada pelo Contrato de Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro nº 00330108300000013700, cadastrado internamente como operação nº 0108000013700300170. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao Feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de janeiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

15ª Vara Cível da Capital - SP Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1083937-52.2018.8.26.0100. A Dra. Cinara Palhares, Juíza de Direito da 15ª Vara Cível da Capital-SP, na forma da Lei, etc. Faz saber a corré Sandra Helena Jesus Reis, CPF 296.756.266-15 que, Valter de Matos Rodrigues, lhe ajuizou ação de Despejo por Falta de Pagamento C/C Cobrança, objetivando a cobrança de R$ 7.094,27 (julho/2018) referente aos alugueres e encargos vencidos do imóvel sito à Rua Conselheiro Nébias, 214, apto. 302 Campos Elíseos, Capital-SP. Estando a corré supramencionada em local ignorado, foi deferida sua citação por edital, para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 09 DE MARÇO DE 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº 0106593-19.2006.8.26.0010/02 O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a HELIO BURCHIELLO, CPF 530.952.352-91, que nos autos da ação Monitória proposta por BANCO DO BRASIL S/A, em fase de Cumprimento de sentença, encontrando-se o coexecutado Hélio Burchiello em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL (NCPC, artigo 257, inciso III), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, manifeste-se acerca do bloqueio da quantia de R$ 1.444,60, efetuado pelo sistema Bacenjud. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de janeiro de 2021.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ALLAN RAPOSO DA SILVA, REQUERIDO POR MARLY ALVES DE SOUZA - PROCESSO Nº1018639-85.2019.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). CAIO SALVADOR FILARDI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 05/10/2020, foi decretada a INTERDIÇÃO de ALLAN RAPOSO DA SILVA, CPF 405.484.488-09, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Marly Alves de Souza. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de fevereiro de 2021.

BNT S.A.
CNPJ/ME nº 60.780.038/0001-56 – NIRE 35.300.021.436
Edital de Convocação e Aviso aos Acionistas
Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da BNT S.A. (a "Companhia") convocados a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, nº 445, sala 1, Jardim América, CEP 01427-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) análise, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020; e (ii) destinação do resultado do exercício. **Documentos à disposição**: Acham-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. São Paulo, 16 de Março de 2021. **Rodrigo Jabra** – Diretor Presidente. (17, 18 e 19/03/2021)

Processo nº. 1114958-12.2019.8.26.0100 da 11ª Vara Cível do Foro Central. Este Juízo FAZ SABER a U Tech do Brasil I.i.e.d. Eireli e Tamara Kornhauser Esperanza Modelis, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL por Banco Daycoval S/A, alegando em síntese ser credor da parte ré no valor histórico de R$ 330.309,08. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente pagamento ou oferte defesa nos termos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1009326-85.2019.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) S.A Marques Junior Editora Ltda. – ME, CNPJ 13.720.863/0001-85, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Casa Inox São Paulo Ltda, objetivando declarar-se a inexigibilidade das duplicatas do livro 6536- G, 8940-G e 8940-G das folhas 256, 282 e 254, e tornar definitivo o cancelamento dos protestos junto aos Tabeliões de Protesto de São Paulo 2º, 7º e 7º Tabelião. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 §- IV). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de março

Edital de Intimação - Prazo de 20 dias uteis Processo nº 0051838-75.2020.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Inah de Lemos e Silva Machado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Liliane Fernandes de Souza, CPF. 009.440.401-10 que Anderson Eustaquio Gomes, move a ação de Cumprimento de Sentença, foi determinada a sua Intimação, por Edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, cumpra voluntariamente a sentença, efetuando o pagamento da quantia de R$ 16.148,10 (Dez/2014), corrigido e acrescido de custas se houver, nos termos do art 513, § 2º, IV, do CPC, e ciente de que, nos termos da decisão, findo o prazo acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de janeiro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 4008770-57.2013.8.26.0001 ( ). A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a FAYEZ MITRE, NOUHA MITRE, ou NOUHA FADDOUL MITRE, HASSIB MITRE, JALILE FARES MITRE, MASSOUD CHEHADE MITRI, MAY BECHARA MITRI, ABDALLA CHEHADE MITRE, ZAKIA HANNA MITRE, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Eliza Baptista Neves dos Santos ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel designado como APARTAMENTO Nº 23, localizado no 1º andar ou 2º pavimento do EDIFICIO SANTA RITA DE CÁSSIA, situado à Rua Outeiro da Cruz, nº 90, no 8º Subdistrito – Santana, São Paulo - SP., contribuinte n. 069.098.0064-8, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, **a fluir após o prazo de 20 dias úteis**, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

19ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004685-63.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CAMILA RODRIGUES BORGES DE AZEVEDO, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **ANTONIO MARQUES ALVES JÚNIOR**, CPF 013.963.708-70, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP,** objetivando a cobrança da quantia de **R$ 5.377,34 (21/01/2019)**, relativa a inadimplência das diferenças das parcelas das mensalidades do Plano de Saúde Cabesp-Família. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edita l, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de fevereiro de 2021.

3ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL IV – LAPA

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº: 1002075-85.2020.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dra. Adriana Genin Fiore Basso, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **FRANCISCO DE SOUZA FILHO**, RG 11.442.266, CPF 018.053.228-69, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **PERALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, objetivando o recebimento da quantia de **R$ 1.400,00** (atualizado até fevereiro de 2020), devidamente corrigida, a título de indenização por danos materiais em decorrência do acidente de transito ocorrido no dia 19/03/2019. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, com fundamento no art. 256, inciso II do CPC para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (Art. 257, inciso III do CPC), apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor conforme previsto no artigo 344 do C.P.C., ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2021.

NPILON Participações S/A
CNPJ- 10.845.029/0001-28
Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em Milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31 de dezembro de 2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/20	31/12/19
Ativo/Circulante	**143**	**246**
Disponivel	**3**	**106**
Bens Numerários	3	106
Direitos Realizáveis	**140**	**140**
Bens destinados a venda	140	140
Ativo não Circulante	**12.174**	**12.306**
Investimentos	**11.572**	**12.167**
Participação em Outras Empresas	11.572	12.167
Imobilizado	**602**	**139**
Imobilizado Próprio	602	139
Total do Ativo	**12.317**	**12.552**
Passivo/Circulante	**463**	**5**
Credores: Contas Correntes dos Sócios	463	5
Patrimônio Líquido	**11.854**	**12.547**
Capital Social	2.720	2.720
Reservas de Lucros	9.134	9.827
Total do Passivo	**12.317**	**12.552**

Demonstração de Resultado	31/12/20	31/12/19
Outras Receitas Operacionais	746	1.502
Despesas Operacionais	(880)	(60)
Lucro/Prejuizo Operacional	**(134)**	**1.442**
Resultado do Exercício	**(134)**	**1.442**
Resultado Líquido do Exercício	**(134)**	**1.442**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/20	31/12/19
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	(134)	1.442
Resultado de Equivalencia Patrimonial	105	(1.527)
(=) Lucro Ajustado	**(29)**	**(85)**
Aumento/redução Contas Correntes	458	5
(=)Caixa gerado/consumidonas atividades operacionais	**429**	**(80)**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	490	299
Compra de Imobilizado	(463)	-
Venda de Imobilizado	-	177
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**27**	**476**
Fluxos dos Financiamentos: Pagamentos de Dividendos	(559)	(299)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(559)**	**(299)**
Variação Total das Disponibilidades	**(103)**	**97**
Saldo Inicial das Disponibilidades	106	9
Saldo Final das Disponibilidades	3	106

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido / Discriminação	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízo Acumulados	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2018	**2.720**	**432**	**8.252**	-	**11.404**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.442	1.442
Transferencias para reservas	-	72	1.370	(1.442)	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(299)	-	(299)
Saldo Balanço 31/12/2019	**2.720**	**504**	**9.323**	-	**12.547**
Prejuizo do Exercício	-	-	-	(134)	(134)
Absorção de Prejuizos	-	-	(134)	134	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(559)	-	(559)
Saldo Balanço 31/12/2020	**2.720**	**504**	**8.630**	-	**11.854**

Notas Explicativas: - Npilon Participações S/A., CNPJ n.º 10.845.029/0001-28, situada na FAZ RA-CND Fazenda Santa Maria, n.º 20, Bairro São Francisco, no município de Cerquilho-SP. Tendo como atividade a Holdings de Instituições não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 2.720.000 (dois milhões, setecentos e vinte mil) ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma. - Por ser uma Holding não Operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como ligada nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Fazenda Pilon S/A., com influência significativa. - A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. E do Ativo Imobilizado, os bens, ou grupos de bens pelo valor de aquisição. - O saldo de Contas Correntes dos Sócios, refere-se ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, (AFAC).

Nelson Pilon - Diretor Presidente **Juliano Mendes Rodrigues** - Contador - CRC SP1SP 250620/O-3

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006483-15.2017.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Silverio Viana (CPF. 507.825.258-49), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 77.178,73 (outubro de 2018), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 321/0312189, firmada em 29/02/2016. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 11.325,77 e R$ 503,88. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de fevereiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**0009115-35.2020.8.26.0005** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara Cível,do Foro Regional V-São Miguel Paulista,Estado de São Paulo,Dr(a).Michel Chakur Farah,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) JOEL MARCONDES,Brasileiro,Casado,Conferente,RG 15.143486-4,CPF 044.728.038-44, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença,movida por FÁBIO AUGUSTO KELLER,Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido,nos termos do artigo 513,§2º,IV do CPC,foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL,para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 16.841,65, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário,inicia-se o prazo de 15(quinze)dias úteis para que o executado,independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de janeiro de 2021 [**16,17**]

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1032660-97.2018.8.26.0002. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Jandevaldo Felipe dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1032660-97.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Civel, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CARLOS EDUARDO PRATAVIERA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Jandevaldo Felipe dos Santos (CPF. 695.457.404-00), que Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 9.459,53 (junho de 2018), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais dos meses de março a maio de 2017, do curso de pós graduação em Ciências da Religião. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de janeiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006972-96.2019.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Botto Muscari, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VALTER DEODATO DA SILVA AUTOMÓVEIS - ME (DEOCAR AUTOMÓVEIS), CNPJ 09.347.315/0001-84, e VALTER DEODATO DA SILVA, CPF 023.054.718-40, que Alexandre Oliveira Araújo lhes ajuizou ação Declaratória em Favor de Adquirente de Boa Fé com Pedido de Liminar, de Procedimento Comum, objetivando a concessão da medida liminar para que o requerente possa livremente circular com o veículo Peugeot 207, Hatch Active 1.4 8V Flex 4 portas, completo 2013/2014, Placas FLU 1376, Flex, chassi 9362MKFWXEB039023, objeto da ação, impedindo, assim, a apreensão do mesmo, julgando totalmente procedente os pedidos, para determinar que os requeridos repassem, ao antigo proprietário, o valor da venda do bem, bem como seja determinada a liberação do veículo com o cancelamento definitivo do bloqueio por estelionato, além da condenação ao pagamento das demais cominações legais. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 17 e 18 / 03 / 2021

JGPILON Participações S/A - CNPJ - 15.519.577/0001-81

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019. *(Em Milhares de Reais)*

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31 de dezembro de 2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**143**	**142**
Disponível	6	5
Bens Numerários	6	5
Direitos Realizáveis	137	137
Bens destinados a venda	137	137
Ativo não Circulante	**17.301**	**16.423**
Investimentos	17.196	16.318
Participação Em Outras Empresas	17.196	16.318
Imobilizado	105	105
Imobilizado Próprio	105	105
Total do Ativo	**17.444**	**16.565**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Passivo/Circulante	**17.444**	**16.565**
Patrimônio Líquido	17.444	16.565
Capital Social	2.683	2.683
Reservas de Lucros	14.761	13.882
Total do Passivo	**17.444**	**16.565**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido / Discriminação	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldo Balanço 31/12/18	**2.683**	**513**	**10.607**	**-**	**13.803**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	3.009	3.009
Transferencias para reservas	-	24	2.985	-3.009	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(247)	-	(247)
Saldo Balanço 31/12/19	**2.683**	**537**	**13.345**	**-**	**16.565**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.566	1.566
Transferencias para reservas	-	-	1.566	(1.566)	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(687)	-	(687)
Saldo Balanço 31/12/20	**2.683**	**537**	**14.224**	**-**	**17.444**

Demonstração de Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Operacionais	(88)	(26)
Outras Receitas Operacionais	1.654	3.035
Lucro/Prejuizo Operacional	**1.566**	**3.009**
Resultado do Exercício	**1.566**	**3.009**
Resultado Líquido do Exercício	**1.566**	**3.009**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	1.566	3.009
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(1.571)	(3.017)
(=) Lucro Ajustado	**(5)**	**(8)**
Aumento de Contas a Pagar e Impostos a Recolher	-	(102)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Operacionais	**(5)**	**(110)**
Fluxos dos Investimentos:		
Dividendos recebidos	693	350
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**693**	**350**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	(687)	(247)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(687)**	**(247)**
Variação Total das Disponibilidades	**1**	**(7)**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**5**	**12**
Saldo Final das Disponibilidades	**6**	**5**

Notas Explicativas: JGPILON Participações S/A., CNPJ n.º 15.519.577/0001-81, situada na Rua Engenheiro Urbano Pádua de Araújo, n.º 134, Apto 52, Centro, no município de Cerquilho-SP. Tendo como Atividade a Holding de Instituição não Financeiras (CNAE 6462-0/00). Seu Capital Social é de 2.683.014 ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 cada uma. Por ser uma Holding não Operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. Tendo participações societárias como ligada nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, com influência significativa. A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. E do Ativo Imobilizado, os bens, ou grupos de bens pelo valor de aquisição.

Americo Pilon Junior - Diretor Presidente

Juliano Mendes Rodrigues - Contador - CRC SP1SP 250620/O-3

O.P.F. Participações S/A - CNPJ - 09.255.444/0001-42

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em Milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31 de Dezembro de 2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**187**	**150**
Disponível	79	42
Bens Numerários	61	33
Bancos com movimento	18	9
Direitos Realizáveis	108	108
Bens destinados a venda	108	108
Ativo não Circulante	**11.408**	**11.468**
Investimentos	11.408	11.468
Participação Em Outras Empresas	11.408	11.468
Total do Ativo	**11.595**	**11.618**
Passivo/Patrimônio Líquido	**11.595**	**11.618**
Capital Social	5.687	5.687
Reservas de Lucros	5.946	5.967
Ajustes acumulados de conversão	(38)	(36)
Total do Passivo	**11.595**	**11.618**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	260	1.316
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(267)	(1.321)
(=) Lucro Ajustado	(7)	(5)
(=) Caixa Gerado/Consumido Atividades Operacionais	**(7)**	**(5)**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	434	217
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**434**	**217**
Fluxos dos Financiamentos: Pagamentos de Dividendos	(390)	(208)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(390)**	**(208)**
Variação Total das Disponibilidades	**37**	**4**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**42**	**38**
Saldo Final das Disponibilidades	**79**	**42**

Demonstração de Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Operacionais	(417)	(26)
Resultado financeiro	(1)	(1)
Outras Receitas	678	1.343
Resultado Operacional	**260**	**1.316**
Resultado do Exercício	**260**	**1.316**
Resultado Líquido do Exercício	**260**	**1.316**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido / Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízo Acumulados	Ajustes Acumulado de Conversão	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2018	**5.687**	**4.859**	**-**	**(36)**	**10.510**
Ajuste exercício anterior	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.316	-	1.316
Transferencias para reservas	-	1.316	(1.316)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(208)	-	-	(208)
Ajuste de conversao					
Saldo Balanço 31/12/2019	**5.687**	**5.967**	**-**	**(36)**	**11.618**
Ajuste exercício anterior	-	109	-	-	109
Lucro Líquido do Exercício	-	-	260	-	260
Transferencias para reservas	-	260	(260)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(390)	-	-	(390)
Ajuste de conversao	-	-	-	(2)	(2)
Saldo Balanço 31/12/2020	**5.687**	**5.946**	**-**	**(38)**	**11.595**

Notas Explicativas: O P F - Participações S/A., CNPJ n.º 09.255.444/0001-42, situada na FAZ RA-CND Fazenda Santa Maria, n.º 22 - Bairro São Francisco, no município de Cerquilho-SP. Tendo como atividade a Holding de Instituição não Financeiras (CNAE 6462-0/00). Seu Capital Social é de 5.686.507 ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 cada uma. Por ser uma Holding não Operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. Tendo participações societárias como ligada nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazenda Pilon S/A, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Pilon Participações e Empreend. S/A., com influência significativa. A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. O valor em Ajustes Acumulados refere-se ao reflexo da conversão para a moeda nacional que a Pilon Participações e Empreendimentos S/A fez no balanço de sua investidora.

Otávio Pilon Filho - Diretor Presidente

Maria de Fátima Grando Luca - Contadora - CRC SP1SP 220242/O-8

Apsen Farmacêutica S/A

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - NIRE 35300159632

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Apsen Farmacêutica S/A**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar, em primeira convocação, às 13h00 do dia 15 de abril de 2021 e, em segunda convocação às 13:30h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária (a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, orçamento de capital, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **(c)** deliberar acerca da remuneração global da Diretoria para adequação aos parâmetros de mercado e a nova composição caso o item "d" adiante seja aprovado; e **Em Assembleia Geral Extraordinária (d)** deliberar sobre a criação de novos cargos executivos da Companhia, tornando estatutários alguns atuais diretores da Companhia; **(e)** deliberar sobre a alteração do estatuto social da Companhia para ajustar os artigos que tratam da administração, com vistas a acomodar a nova composição da Diretoria Estatutária, caso o item "d" acima seja aprovado; **(f)** deliberar sobre a alteração do estatuto social da Companhia para ajustar regras relativas a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(g)** deliberar sobre a captação de recursos pela Companhia, através da emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, conforme termos e condições estabelecidos na proposta para captação de recursos no mercado de capitais local, datada de março de 2021; e **(h)** deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio para o exercício de 2020. **Avisos: 1.** Tendo em vista as recomendações e restrições impostas recentemente pelo poder público em decorrência da pandemia COVID-19, apesar dos documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, bem como os documentos necessários para a aprovação das demais deliberações da ordem do dia estarem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, recomendamos que os acessem digitalmente no Portal do Acionista, como de costume. **2.** Também em decorrência da pandemia COVID-19, **a assembleia será realizada virtualmente por meio da ferramenta Microsoft Teams utilizada pela Companhia, ou outra ferramenta que possa substituí-la.** Nesse caso, a administração da Companhia entrará em contato com cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail, em tempo hábil para informar e organizar referida reunião virtual. São Paulo/SP, 15 de março de 2021. **Renato Spallicci** - Diretor Presidente; **Renata Farias Spallicci** - Diretora de Assuntos Corporativos.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1112080-85.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Pedro Luiz Fernandes Nery Rafael FAZ SABER a Butcher's Market Restaurante Eireli EPP (CNPJ. 17.326.060/0001-00) e Han Sang Kim (CPF. 234.412.558-28), que Banco Santander (Brasil) S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 124.294,54 (setembro de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 00331309300000002500 cadastrado internamente como operação nº 1309000002500300000. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 4.974,72 e R$ 485,90. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de fevereiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1123149-46.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chiuvite Júnior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MCL Administração de Recursos Humanos Ltda (CNPJ. 02.521.510/0001-30), Catarina Fernandes Buracas (CPF. 039.085.518-97) e Marcos Antonio Bolonhez (CPF. 030.902.658-00), que Itaú Unibanco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 635.938,67 (novembro de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo para Capital de Giro - Giropré - Parcelas Iguais/Flex sob o n° 30980-000000379219322. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de dezembro de 2020. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0017688-68.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Laura Correa Rodrigues, na forma da Lei, etc.. **FAZ SABER** a(o) ASLAN HENRIQUE OCTAVIANO COSTA DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Comerciário, RG 37.924.148-1, CPF 464.088.918-61, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por **Armando Ascenção Froz**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$79.332,81 (31/03/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 1041876-16.2017.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Douglas Iecco Ravacci, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO RUBIA EIRELI EPP NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL SR. PEDRO JOSÉ CUNICO SILVA, CNPJ 56.840.556/0001-40, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Velle Representações Ltda, alegando em síntese: objetivando o recebimento da quantia de R$ 274.602,20, a ser corrigida, representado por 10 cheques nos valores de R$ 27.460,22 cada, devolvidos pelo motivo 21 (cheque sustado ou revogado). Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. No caso de revelia, será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53

Relatório da Administração

***São Paulo, 15 de março de 2021** – A **Hidrovias do Brasil [B3: HBSA3]**, empresa de soluções integradas de logística hidroviária listada no segmento do Novo Mercado da B3, anuncia hoje os resultados do ano de 2020. Os resultados apresentados neste relatório seguem as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS) e as comparações realizadas neste relatório levam em consideração 2020 e 2019 exceto quando indicado de outra forma.*

Os resultados de 2020 comprovam que a Hidrovias do Brasil tem fundamentos muito sólidos e está cada vez mais preparada para assumir seu papel de liderança e protagonismo no setor hidroviário da América do Sul. Houve crescimento de 55,9% na Receita Líquida no ano e de 38,3% do EBITDA ajustado com JVs, com margem EBITDA ajustada de 51%.

Destaques 2020

• O **volume total** transportado pela Companhia no ano de 2020 foi **19,8% superior** ao ano anterior, com destaque para o forte desempenho de grãos no corredor Norte, que foi de **45,9% maior** no período, confirmando as expectativas positivas ao longo de 2020.• A **Receita Líquida Operacional** (excluindo "OTM" e *hedge accounting*) foi R$ 1,2 bilhão em 2020 (**+35,7%** vs. 2019), com crescimento próximo ou superior a 30% em todos os corredores onde a Companhia opera; • O **EBITDA ajustado incluindo o resultado das JVs** totalizou R$ 637,4 milhões no ano (**+38,3%** vs. 2019), com margem ajustada de **51%** (+1 p.p. vs. 2019), mesmo em meio a grandes desafios operacionais como a pandemia e calado mais baixo nos rios da região sul, demonstrando que as estratégias que vem sendo adotadas pela Companhia suportam o contínuo crescimento do negócio.

Consolidado	2020	2019	Variação %
Receita Líquida	**1.462,1**	**937,9**	*55,9%*
Receita Líquida Operacional[1]	1.248,3	920,2	*35,7%*
Receita Líquida Operacional "Transporte Rodoviário (OTM)"[2]	352,9	44,5	–
Hedge Accounting[3]	(139,1)	(26,7)	–
Custos Operacionais	(896,8)	(475,0)	*88,8%*
Custos Operacionais	(544,2)	(437,5)	*24,4%*
Custos Operacionais "Transporte Rodoviário (OTM)"[2]	(352,6)	(37,5)	–
Despesas (Receitas) Operacionais	(167,4)	(69,2)	–
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros[4]	33,9	62,2	*-45,5%*
Equivalência Patrimonial	(5,4)	(6,7)	*-20,0%*
EBITDA	**426,4**	**449,3**	*-5,1%*
Margem %	*34%*	*49%*	*-15 p.p.*
Hedge Accounting	139,1	26,7	–
Equivalência Patrimonial	5,4	6,7	*-20,0%*
Não Recorrentes[5]	49,7	(37,6)	–
EBITDA Ajustado	**620,6**	**445,1**	*39,4%*
Margem %	*50%*	*48%*	*2 p.p.*
Resultado JVs	16,8	15,9	*5,7%*
EBITDA ajustado com JVs[6]	**637,4**	**461,0**	*38,3%*
Margem %	*51%*	*50%*	*1 p.p.*

1 Receita Líquida Operacional: refere-se a receita líquida obtida com navegação, transbordo e elevação de produtos nos terminais onde a Companhia opera;
2 Receita Líquida Operacional Transporte Rodoviário (OTM): é obtida com subcontratação de transporte rodoviário para clientes, prestando solução logística integrada ("do MT ao porão do navio");
3 Hedge Accounting: A moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do corredor Sul e da Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto no caixa;
4 AFRMM, Créditos Fiscais e Outros: inclui o efeito positivo obtido com Adicional ao Frete para Renovação da Marinha, bem como outros créditos e receitas operacionais com comercialização de resíduos;
5 A linha de Não recorrentes no ano, inclui: R$ 24,1 milhões de despesas relacionados ao IPO, R$ 17,0 milhões de stock options, R$ 7,5 milhões de doações relacionadas ao COVID-19 e R$ 1,1 milhão de reversões/provisões;
6 Inclui o resultado obtido com a participação que a Companhia possui nas operações TGM (Obrinel) e Limday.

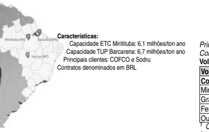
Evento Subsequente: • Reestruturação da dívida: Em fevereiro de 2021, a Companhia concluiu um processo bem-sucedido de reestruturação de sua dívida, alongando o prazo médio em mais de 6 anos e reduzindo o custo em 100 bps para 4,950%. Houve recompra de 75% das notas atuais com vencimento em 2025 e uma nova captação no mercado internacional em um total de US$ 500 milhões, com vencimento em 2031, reforçando ainda mais a qualidade do crédito da Hidrovias.

Mensagem da Administração

"O ano de 2020 foi marcado por inúmeros desafios em meio ao cenário de pandemia mundial. Apesar das incertezas observadas nesse período, nossos resultados demonstram que temos uma Companhia com sólidos fundamentos, operacionais e estratégicos. Mantivemos nossas operações funcionando sem interrupções ou impactos relevantes, ao mesmo tempo em que cuidamos da saúde de nossos colaboradores e clientes, mantendo nossa excelência na prestação dos serviços logísticos hidroviário na América do Sul. Transportamos um volume recorde no ano e a receita líquida totalizou R$1,5 bilhão em 2020, superando em 55,9% o valor atingido em 2019. O EBITDA ajustado da Companhia, incluindo o resultado das JVs totalizou R$ 637,4 milhões, representando um forte crescimento de 38,3%. Reforçamos ainda mais a estrutura de governança e sustentabilidade da Companhia, visando exercer um papel protagonista e pioneiro nas regiões e no setor onde estamos inseridos. Em setembro de 2020 concluímos de maneira exitosa o IPO da Hidrovias, que passou a ser listada no segmento do Novo Mercado da B3 – demonstrando, mais uma vez, nosso comprometimento com a transparência e com as melhores práticas do mercado. Terminamos o ano com muitos motivos para celebrar, resultado do grande esforço e da competência de todos os nossos colaboradores, bem como da estratégia de negócio que vem se mostrando cada vez mais acertada. Iniciamos 2021 com a certeza de que estamos no caminho correto, vislumbrando um cenário positivo para as safras de grãos no Brasil, especialmente no Mato Grosso, juntamente com o sucesso da implementação de novos projetos como Sal e Santos – que contribuirão ainda mais com o crescimento da Companhia. Em fevereiro de 2021 concluímos um importante processo de reestruturação da dívida da Companhia, com recompra de 75% dos títulos com vencimento em 2025, atrelado a uma nova captação internacional de US$ 500 milhões, que promoveu o alongamento de nossa dívida, juntamente com redução de 100 bps no custo da dívida. Agradeço a todos os nossos parceiros de longo prazo, colaboradores e acionistas pela confiança depositada e reforço nossa visão positiva para o ano de 2021, com crescimento das operações existentes e início de resultados dos novos projetos que estão em fase de implementação. "

Fabio Schettino
Presidente da Hidrovias do Brasil

Desempenho por Corredor – Corredor Norte: *O **Corredor Norte** é uma das principais operações da Companhia, onde oferecemos o serviço de logística integrada para transportes de granéis sólidos por meio de navegação fluvial e complemento rodoviário quando necessário. A capacidade do Corredor Norte é representada por: a) Estação de Transbordo de Carga (ETC) de Miritituba (PA), b) Terminal de Uso Privado (TUP) de Barcarena (PA) e c) frota própria de empurradores e barcaças utilizadas para movimentação de produtos.*



Volume

Volume (kt)	2020	2019	Variação %
Corredor Norte	**6.331**	**4.337**	46,0%
Graos	5.145	3.527	45,9%
Fertilizantes	242	341	-29,0%
"Rodo direto"[1]	945	469	101,5%

1 "Rodo direto" consiste no volume de grãos transportado por meio rodoviário diretamente para o TUP de Barcarena e é apresentado isolado por não fazer parte do sistema integrado da Companhia.

O volume total transportado no corredor Norte foi de 6,3 milhões/ton em 2020 (+46,0% vs. 2019), com destaque para o forte crescimento de grãos no ano (+45,9%). De acordo com IMEA, o volume de soja produzido no MT em 2020 foi de 35,4 milhões/ton, dos quais cerca de 22,3 milhões/ton foram direcionados para exportação, volume 11,5% superior a 2019. Para o milho, as estimativas de produção no MT apontaram para 35,4 milhões/ton em 2020, sendo que 21,7 milhões/ton seguiram para exportação. Nesse contexto, merece destaque o crescimento do corredor de Miritituba, que movimentou cerca de 13,3 milhões/ton em 2020 frente a 11,2 milhões/ton em 2019 – crescimento de 18% no ano. A operação de fertilizantes apresentou volume 29,2% menor quando comparado com o ano anterior, já que tivemos novos acordos operacionais iniciados somente no último trimestre do ano. O terminal de Vila do Conde alcançou 47% de *market share* em Barcarena em 2020, do total de soja e milho oriundos do Mato Grosso e embarcados em Barcarena, de acordo com Comexstat. Esse crescimento representa +10 p.p. em relação ao ano de 2019, o que reafirma que o corredor segue sendo uma opção extremamente competitiva para escoamento de produtos originados no MT.

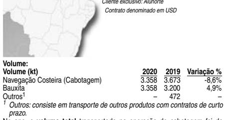
Resultado

Corredor Norte	2020	2019	Variação %
Receita Líquida[1]	**856,2**	**425,0**	*101,5%*
Receita Líquida Operacional	503,3	380,5	*32,3%*
Receita Líquida Operacional "Transporte Rodoviário (OTM)"[2]	352,9	44,5	–
Custos Operacionais	(563,4)	(241,7)	*133,1%*
Custos Operacionais	(210,8)	(204,3)	*3,2%*
Custos Operacionais "Transporte Rodoviário (OTM)"	(352,6)	(37,5)	–
Despesas (Receitas) Operacionais	(31,3)	4,9	–
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	18,0	38,9	*-53,8%*
EBITDA	**279,4**	**227,1**	*23,0%*
Margem %	*56%*	*60%*	*-4 p.p.*
Não Recorrentes[3]	8,8	(43,2)	–
EBITDA Ajustado	**288,2**	**183,9**	*56,7%*
Margem %	*57%*	*48%*	*11 p.p.*

1 Receita Líquida do Corredor Norte, exclui efeito "Intercompany" para melhor compreensão do resultado;
2 "Transporte Rodoviário" (OTM) consiste na Receita líquida obtida com subcontratação de transporte rodoviário para clientes, prestando solução logística integrada ("de MT ao porão do navio");
3 A linha de não recorrentes no ano inclui: R$ 1,9 milhões de despesas relacionadas ao IPO, -R$ 0,3 milhão de reversões e R$ 7,2 milhões de doações COVID-19.

Em 2020 a **Receita Líquida** atingiu R$ 856,2 milhões, mais que o dobro de 2019. A Receita Líquida Operacional, que exclui o resultado obtido com "Transporte Rodoviário (OTM)", totalizou R$ 503,3 milhões em 2020, 32,3% superior ao ano anterior, graças a forte safra de grãos do MT e maior competitividade do corredor Norte após pavimentação da BR-163 – que segue em excelente condição de tráfego e com fretes significativamente mais baixos quando comparados com as médias históricas anteriores. No ano, os **custos operacionais excluindo o "Transporte Rodoviário (OTM)"** cresceram em patamar significativamente inferior ao crescimento da receita, totalizando R$ 210,8 milhões, demonstrando o esforço e comprometimento contínuo com redução e controle de custos da Companhia, bem como maior alavancagem operacional, com diluição importante dos custos fixos. O **EBITDA ajustado** foi de R$ 288,2 milhões em 2020 (+56,7%). A margem EBITDA ajustada de 2020 foi de 57%, com **expansão de 11 p.p.** O excelente desempenho do Corredor Norte no ano de 2020 reforça a visão de que o **Arco Norte segue como alternativa competitiva e rentável para o escoamento de grãos e com grande potencial de crescimento nos próximos anos. Navegação Costeira (Cabotagem):** *A operação **de navegação costeira** transporta preponderantemente Bauxita de Porto Trombetas (PA) até o Terminal de Uso Privado (TUP) de Barcarena (PA).*

Características:



Volume:

Volume (kt)	2020	2019	Variação %
Navegação Costeira (Cabotagem)	3.358	3.673	-8,6%
Bauxita	3.358	3.200	4,9%
Outros[1]	–	472	–

1 Outros: consiste em transporte de outros produtos com contratos de curto prazo.

No ano, o **volume total** transportado na operação de cabotagem foi de 3,3 milhões/ton, 8,6% abaixo do ano anterior, em função de problemas no píer de descarregamento utilizado pelo cliente durante o quarto trimestre de 2020, sem impacto no resultado, uma vez que o contrato é no formato "*take or pay*". Vale ressaltar que mesmo com o impacto observado no último trimestre, o ano de 2020 foi extremamente positivo para essa operação, com **recorde de resultado e de volume de Bauxita transportado.**

Resultado

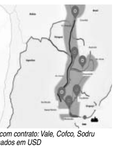
Navegação Costeira (Cabotagem)	2020	2019	Variação %
Receita Líquida	**214,6**	**155,3**	*38,2%*
Receita Líquida Operacional	223,4	161,6	*38,2%*
Hedge Accounting[1]	(8,8)	(6,3)	*38,9%*
Custos Operacionais	(93,6)	(94,9)	*-1,4%*
Custos Operacionais	(93,6)	(94,9)	*-1,4%*
Despesas (Receitas) Operacionais	(5,9)	0,1	–
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	15,8	23,4	*-32,5%*
EBITDA	**130,9**	**83,9**	*55,9%*
Margem %	*59%*	*52%*	*7 p.p.*
Hedge Accounting[1]	8,8	6,3	*38,9%*
Não Recorrentes	–	(7,6)	–
EBITDA Ajustado	**139,7**	**82,7**	*68,9%*
Margem %	*63%*	*51%*	*12 p.p.*

1 Hedge Accounting: A moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do corredor Sul e da Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto de caixa;

A **Receita Líquida** totalizou R$ 214,6 milhões em 2020 (+38,2% vs. 2019), com efeito de (R$8,8) milhões no ano relacionados ao *hedge accounting*, que tem por objetivo equalizar os impactos dos contratos em moeda estrangeira nos resultados dado que a moeda funcional da Companhia é o Real. Vale ressaltar que esse efeito negativo de *hedge accounting* observado não tem impacto em caixa, sendo apenas um efeito contábil. Os **custos operacionais** totalizaram R$ 93,6 milhões em 2020 (-1,4% vs. 2019), refletindo o impacto do menor volume transportado no 4T20, bem como ganhos de eficiência operacional e ganhos relacionados à apreciação do dólar (uma vez que 100% das receitas são vinculadas ao dólar americano e apenas parte da sua estrutura de custo está atrelada a esta moeda). O **EBITDA ajustado** totalizou R $139,7 milhões em 2020, 68,9% superior na visão anual. A margem EBITDA ajustada foi de 63% em 2020, expandindo 12 p.p. no ano – demonstrando a robustez dos contratos de longo prazo no modelo "*take or pay*". Adicionalmente, o **maior resultado histórico já obtido neste corredor reforça o benefício de diversificação de moedas na geração de caixa da Companhia**.

Corredor Sul: *O **Corredor Sul** consiste no transporte fluvial de grãos, fertilizantes, minério de ferro e alguns outros granéis pela hidrovia Paraná-Paraguai e transporte de celulose pelo rio Uruguai por meio de joint-venture. Adicionalmente, engloba o resultado de outra joint-venture para operação portuária de grãos em Montevidéu (TGM), sendo o único terminal da região capaz de carregar um navio do tipo Panamax.*

Características:



Principais clientes com contrato: Vale, Cofco, Sodru
Contratos denominados em USD

Volume

Volume (kt)	2020	2019	Variação %
Corredor Sul	**1.889**	**2.180**	-13,3%
Minério de Ferro	561	424	32,3%
Grãos	1.058	949	11,5%
Fertilizantes	144	184	-21,7%
Outros[1]	126	623	-79,8%

1 Outros: consiste no transporte de outros produtos como celulose e coque.

O Volume total transportado no Corredor Sul foi de 1,9 milhão/ton em 2020, 13,3% abaixo de 2019, explicado pela menor navegabilidade dos rios na região ao longo do ano. Trata-se de situação atípica, não observada nos últimos 60 anos e que foge do controle da Companhia e/ou de seus clientes, gerando, por sua vez, volume mais baixo que o usual e custos um pouco mais elevados. É importante ressaltar que mesmo neste cenário adverso, a **Companhia transportou todo volume requisitado por seus clientes com contratos de longo prazo.** Usualmente, o período de chuvas acontece durante o primeiro semestre de cada ano, corroborando com a recomposição dos níveis de água dos rios, que tende a apresentar patamares mais adequados no segundo semestre. Observamos um início de 2021 com nível dos rios recuperando gradualmente e mais próximos das médias históricas, o que possibilitou o retorno da operação regular ainda dentro do primeiro trimestre do ano. Adicionalmente, é importante mencionar que fomos comunicados pela Vale que a mesma utilizará a capacidade total do seu contrato em 2021 e, com isso, passaremos a contar com um cenário diferente do ano anterior dado que a parcela fixa mensal relacionada ao "*take or pay*" deixa de ser aplicável e se inicia uma remuneração "*take or pay*" baseada no volume total transportado cumulativamente no ano, que será significativamente maior que nos anos anteriores. Essa mudança demonstra a **confiança e preferência por nossa operação logística, em meio a cenário muito positivo para a produção do Minério de Ferro, com preços recordes no mercado internacional, sendo que o Brasil segue como um dos principais *players* no comércio mundial.**

Resultado

Corredor Sul	2020	2019	Variação %
Receita Líquida[1]	**353,9**	**357,6**	*-1,0%*
Receita Líquida Operacional	484,2	378,1	*28,1%*
Hedge Accounting[2]	(130,3)	(20,4)	–
Custos Operacionais	(208,8)	(138,4)	*50,9%*
Custos Operacionais	(208,8)	(138,4)	*50,9%*
Despesas (Receitas) Operacionais	(26,9)	(5,8)	*367,6%*
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	0,1	(6,5)	–
Equivalência Patrimonial	(5,4)	(6,7)	*-20,0%*
EBITDA	**112,9**	**206,7**	*-45,4%*
Margem %	*23%*	*55%*	*-32 p.p.*
Hedge Accounting	130,3	20,4	–
Equivalência Patrimonial	5,4	6,7	*-20,0%*
Não Recorrentes[3]	3,3	–	–
EBITDA Ajustado	**251,9**	**233,9**	*7,7%*
Margem %	*52%*	*62%*	*-10 p.p.*
Resultado JVs[4]	16,8	15,9	*5,7%*
EBITDA ajustado com JVs	**268,7**	**249,8**	*7,6%*
Margem %	*55%*	*66%*	*-11 p.p.*

1 Receita Líquida do Corredor Sul, exclui efeito "Intercompany" para melhor compreensão do resultado;
2 Hedge Accounting: A moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do corredor Sul e da Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o hedge accounting foi aplicado para mitigar essa exposição a outra moeda, sendo que a dívida existente em dólar norte-americano realiza a proteção dos contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Essa movimentação não tem impacto caixa;
3 A linha de Não recorrentes no ano inclui: R$ 2,0 milhão de despesas relacionadas ao IPO e R$ 1,3 milhão de provisões/reversões.
4 Inclui o resultado obtido com a participação que a Companhia possui nas operações TGM (Obrinel) e Limday.

A **Receita Líquida** do ano, totalizou R$ 353,9 milhões, 1,0% abaixo do ano anterior. A **Receita Líquida Operacional**, excluindo o impacto contábil e não caixa do *hedge accounting*, foi de R$ 484,2 milhões em 2020 (+28,1% vs. 2019), demonstrando forte resiliência da operação, que conta com contratos que protegem o resultado da Companhia, em meio a situação atípica de calado nos rios no corredor sul. Houve o reconhecimento (R$ 130,3) milhões de *hedge accounting* no ano sem efeito caixa. Os **custos operacionais** totalizaram R$ 208,8 milhões em 2020 (+50,9% vs. 2019), em função de menor eficiência operacional com maior número de viagens para movimentar o mesmo volume. Vale ressaltar que, mesmo em meio a um cenário mais restrito de navegação, a Companhia continuou atendendo seus clientes de longo prazo, tendo realizado algumas adaptações necessárias para operar com tempo e quantidade maiores de viagens, como adições temporárias à frota através de alugueis de empurradores e barcaças. Com isso, o **EBITDA ajustado com JVs** totalizou R$ 268,7 milhões em 2020, crescimento de 7,6%. A margem EBITDA ajustada com JVs ficou abaixo do ano anterior tendo em vista as restrições de navegação mencionadas, contudo manteve patamar alto de 55% em 2020.

Santos | Sal: *Iniciamos dois novos projetos nos últimos dois anos, que ainda estão em fase de implementação: operação no Terminal de Santos e operação logística de Sal. O projeto de **Santos** consiste no arrendamento por 25 anos de um terminal para elevação, armazenagem e expedição de granéis sólidos no maior porto da América do Sul, localizado em Santos. A operação foi iniciada parcialmente em 2020, ao mesmo tempo em que começamos o processo de reforma e adequação do terminal, previstos no edital do leilão. A reforma deverá acelerar em 2021 e, por esse motivo, o terminal ficará praticamente sem operação durante boa parte do ano, devendo retomar suas atividades de forma plena em 2022. O projeto de **Sal** consiste em contrato para transbordo e transporte de sal na região nordeste do Brasil, sendo que a operação deve iniciar suas atividades de maneira faseada no segundo semestre de 2021, atingindo a plena capacidade em 2022.*

Características de Santos:

Características de Sal:

Volume

Volume (kt)	2020	2019	Variação %
Santos	**628**	**–**	**–**
Total	628	–	–

Conforme previsto em edital, iniciamos as reformas em nossos armazéns de Santos em 2020. Movimentamos fertilizantes no terminal simultaneamente ao início das obras, com volume acima do que havíamos previsto inicialmente. Em 2021, devemos manter movimentação no 1T21 e posteriormente faremos uma paralização total para modernização das estruturas do terminal e "reconstrução" de um dos armazéns, com retorno gradual das atividades no início de 2022.

Resultado

Santos	2020	2019	Variação %
Receita Líquida	**39,8**	**–**	**–**
RL Operacional	39,8	–	–
Custos Operacionais	(31,0)	–	–
Custos Operacionais	(31,0)	–	–
Despesas (Receitas) Operacionais	(0,9)	–	–
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	0,0	–	–
EBITDA	**7,8**	**–**	**–**
Margem %	*20%*	*N/A*	*N/A*
Não Recorrentes[1]	0,3	–	–
EBITDA Ajustado	**8,1**	**–**	**–**
Margem %	*20%*	*N/A*	*N/A*

1 A linha de não recorrentes inclui R$0,3 milhão de doações COVID-19 no ano.

A **Receita Líquida** da operação de Santos totalizou R$ 39,8 milhões em 2020. Os **custos operacionais** foram de R$ 31,0 milhões em 2020. O **EBITDA ajustado** foi de R$ 8,1 milhões em 2020, com margem de 20%, já que a operação ainda está em fase de implementação, não refletindo todo seu potencial. **Resultado Consolidado: Resultado Financeiro Consolidado/Holding:** As despesas operacionais da Holding tiveram impactos de itens não-recorrentes relacionados ao IPO e incentivos de longo prazo para executivos da Companhia, que juntos somaram R$ 37,2 milhões em 2020. Ajustando esses efeitos não-recorrentes, as despesas da holding cresceram 17,5% em 2020 vs. 2019, patamar inferior ao crescimento da receita total da Companhia durante o período, o que demonstra o comprometimento com o contínuo controle de despesas e a manutenção de uma estrutura de suporte enxuta quando comparada com outras empresas do setor. O incremento quando comparado com o ano anterior se deu principalmente por ajustes realizados para sustentar o forte patamar de crescimento da Companhia, alinhado com as **melhores práticas de governança corporativa** existentes no mercado brasileiro como criação de áreas de sustentabilidade, relações com investidores, controles internos, entre outras.

Holding	2020	2019	Variação %
Despesas (Receitas) Operacionais	(102,3)	(68,5)	*49,3%*
AFRMM, Créditos Fiscais e Outros	–	(0,0)	–
Equivalência Patrimonial	–	–	–
EBITDA	**(102,3)**	**(68,5)**	*49,3%*
Margem %	–	–	–
Créditos Fiscais, reversões e contingências	–	3,4	–
Consultorias e Assessorias – IPO	20,2	9,8	*107,2%*
Plano de Remuneração em Ações	17,0	–	–
EBITDA Ajustado	**(65,0)**	**(55,3)**	*17,5%*
Margem %	–	–	–

CAPEX

A Companhia optou estrategicamente por realizar investimentos iniciais mais robustos para o desenvolvimento de ativos de ponta, resultando em CAPEX de manutenção menos representativo. Adicionalmente, vale notar que operamos em um modal logístico que não exige CAPEX relevante relacionado a manutenção de via. No ano, o CAPEX com expansão e manutenção foi de R$ 274,5 milhões e o CAPEX total, incluindo outorga de Santos, foi de R$ 302,6 milhões. O CAPEX utilizado para expansão está relacionado com aquisição de barcaças adicionais para operação do Norte, melhorias de estruturas, equipamentos e sistemas, bem como implantação dos projetos de Sal (R$87,4 milhões no ano) e Santos (R$28,3 milhões no ano – excluindo outorga), que contribuirão com o crescimento adicional e geração de caixa a partir de 2022.

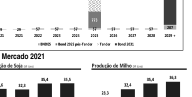
CAPEX Consolidado	2020	2019	Variação %
Manutenção	35,7	18,2	*95,9%*
Expansão	238,8	81,0	–
Outorga STS20	28,1	–	–
CAPEX Total	**302,6**	**99,2**	–

Geração de Caixa: O forte incremento de EBITDA em todas as operações da Companhia ao longo de 2020, corroborou com a geração de R$415,5 milhões de caixa operacional no ano (+38,9% vs. 2019). O caixa gerado após os investimentos realizados para expansão e manutenção e o fluxo de caixa financeiro foi de R$71,3 milhões no ano de 2020, representando conversão de 16,7% do EBITDA. Encerramos o ano com mais de R$1,0 bilhão em caixa, 7,3% acima do ano anterior, demonstrando nossa **capacidade de investir na expansão dos nossos negócios, bem como manutenção de uma robusta posição de caixa**.

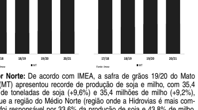
Milhões de R$	2020	2019	Variação %
Caixa Inicial	**974,5**	**1.102,5**	-11,6%
(+) EBITDA	426,4	449,3	-5,1%
(+) Juros incorridos, provisões, variação cambial e outros	5,4	6,7	-20,0%
(+/) Variacao de Capital de Giro	(155,4)	(183,7)	-15,4%
(+/) Resultado Hedge Accounting	139,1	26,7	–
= Fluxo de Caixa Operacional (FCO)	**415,5**	**299,0**	38,9%
(-) CAPEX	(302,6)	(99,2)	–
Recorrente	(63,8)	(18,2)	–
Expansao	(238,8)	(81,0)	–
= Fluxo de Caixa de Investimentos (FCI)	**(302,6)**	**(99,2)**	–
(+/-) Captacao/Amortização de Divida	(32,5)	(69,1)	-53,0%
( ) Pagamento de Juros	(194,7)	(161,9)	20,2%
( ) Arrendamentos	(17,0)	(8,0)	–
( ) Recompra de Bonds	(100,1)	–	–
(+) Aporte de Capital	51,8	–	–
(/+) Dividendos Pagos/Recebidos	4,9	(133,5)	–
= Fluxo de Caixa de Financiamento (FCF)	**(287,7)**	**(372,5)**	-22,8%
Impacto da Variação Cambial nos saldos de Caixa	246,2	44,7	–
= Geração de Caixa	**71,3**	**(128,0)**	–
Caixa Final	**1.045,8**	**974,5**	7,3%

Cronograma de amortização da dívida: Em dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhuma dívida significativa com vencimento no curto e médio prazo, sendo que a maior parte das amortizações deveriam ocorrer a partir de 2025 e as reservas de caixa eram mais que suficientes para cobrir os vencimentos dos próximos 4 anos. Em fevereiro de 2021, a Companhia concluiu um processo de reestruturação de sua dívida, com recompra de US$ 425 milhões das notas com vencimento em 2025, substituindo-as por novas notas com vencimento em 2031. Além de alongar o prazo de vencimento de 4 para 10 anos, a Companhia emitiu a nova dívida com um custo de 4,950% ao ano, economia importante de 100 bps quando comparada com a anterior. Com isso, os **fluxos de amortização da companhia ficaram ainda menores para os próximos anos, sem nenhum vencimento material nos próximos anos.**

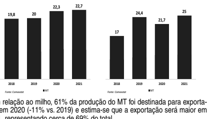
O novo cronograma pode ser observado abaixo.



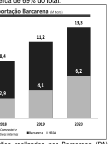
Outlook Mercado 2021



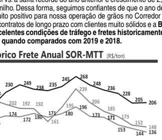
Corredor Norte: De acordo com IMEA, a safra de grãos 19/20 do Mato Grosso (MT) apresentou recorde de produção de soja e milho, com 35,4 milhões de toneladas de soja (+9,6%) e 35,4 milhões de milho (+9,2%), sendo que a região do Médio Norte (região onde a Hidrovias é mais competitiva) foi responsável por 33,6% da produção de soja e 43,8% de milho. Cerca de 63% da soja produzida no MT foi destinada para a exportação em 2020 (+11,5% vs. 2019) e estima-se que 64% da soja comercializada em 2021 terá o mesmo destino, segundo estudos realizados pela Comexstat.

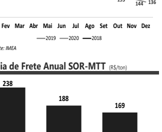


Com relação ao milho, 61% da produção do MT foi destinada para exportação em 2020 (-11% vs. 2019) e estima-se que a exportação será maior em 2021, representando cerca de 69% do total.

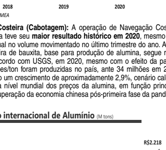


As exportações de grãos realizadas por Barcarena (PA) representaram 30,2% do total exportado pelo MT, com volume de 13,3 milhões/ton em 2020 (+18,7% vs. 2019) e a Hidrovias foi responsável por cerca de 47% desse volume. **O crescimento do volume exportado via sistema Miritituba demonstra a maior competitividade para escoamento de grãos pelo Arco Norte, principalmente após a pavimentação da BR-163.** A safra de 20/21 começou atrasada quando comparada com 19/20 em função das menores chuvas durante o período de plantio, fato que já foi compensado por maior produtividade no campo através do uso de tecnologias de ponta e as expectativas para o ano de 2021 seguem muito positivas, com produção de soja estável vs. a safra recorde do ano anterior e crescimento de 2,5% na produção de milho. Dessa forma, seguimos confiantes de que o ano de 2021 deverá ser muito positivo para nossa operação de grãos no Corredor Norte, já que temos contratos de longo prazo com clientes muito sólidos e a **BR-163 segue em excelentes condições de tráfego e fretes historicamente mais competitivos quando comparados com 2019 e 2018.**

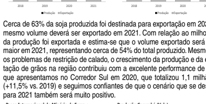




Navegação Costeira (Cabotagem): A operação de Navegação Costeira da Companhia teve seu **maior resultado histórico em 2020**, mesmo com impacto pontual no volume movimentado no último trimestre do ano. A produção brasileira de bauxita, base para produção de alumina, segue muito estável. De acordo com USGS, em 2020, mesmo com o efeito da pandemia, 35 milhões/ton foram produzidas no país, ante 34 milhões em 2019, representando um crescimento de aproximadamente 2,9%, cenário calcado no aumento a nível mundial dos preços da alumina, em função principalmente da recuperação da economia chinesa pós-primeira fase da pandemia COVID-19.



Corredor Sul: O ano de 2020 foi muito positivo para a produção de grãos no Paraguai, com 9,9 milhões/ton de soja (+16,5% vs. 2019) e 3,8 milhões/ton de milho (+2,7% vs. 2019). As expectativas para 2021 ainda dependem da confirmação de algumas premissas, mas de acordo com o USDA, estima-se que a produção de soja será de 11,8 milhões/ton (+19,2% vs. 2020) e 4,6 milhões/ton para milho (+21,0% vs. 2020).



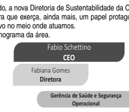
Cerca de 63% da soja produzida foi destinada para exportação em 2020 e o mesmo volume deverá ser exportado em 2021. Com relação ao milho, 53% da produção foi exportada e estima-se que o volume exportado será ainda maior em 2021, representando cerca de 54% do total produzido. Mesmo com os problemas de restrição de calado, o crescimento da produção e da exportação de grãos na região contribuiu com a excelente performance de grãos que apresentamos no Corredor Sul em 2020, que totalizou 1,1 milhão/ton (+11,5% vs. 2019) e seguimos confiantes de que o cenário que se desenha para 2021 também será muito positivo.

Em 2020 também observamos um crescimento de 32,3% do volume de minério de ferro movimentado pela Hidrovias no Corredor Sul, mesmo em meio a um cenário desafiador com calado dos rios abaixo das médias históricas. Temos um contrato *"take or pay"* de longo prazo com a Vale, que possui produção de Minério de Ferro em Corumbá. Como podemos observar no gráfico acima, o preço internacional do minério de ferro ficou significativamente mais alto a partir de abril de 2020, puxado pela forte recuperação econômica da China após primeiros efeitos da pandemia de COVID-19, o que torna a produção mais atrativa e estimamos que deve ser 80% superior em 2021 a partir de projeções de mercado. Em meio a esse cenário, fomos comunicados pela Vale que a mesma utilizará o volume máximo previsto em seu contrato em 2021 (3,2 milhões/ton), demonstrando que considera a **Hidrovias um parceiro logístico de excelência. Santos:** A operação de fertilizantes no porto de Santos vem crescendo constantemente ano após ano.

Enquanto o mercado de São Paulo é um polo tradicional das culturas de café e açúcar e se mostra resiliente e sem grandes variações no consumo de fertilizantes, o estado do Mato Grosso tem aumentado consideravelmente a aplicação de adubos nas safras graneleiras e, nesse contexto, diante da operação ferroviária de retorno do granel, Santos têm se tornado a principal porta de entrada desses produtos. Iniciamos o processo de reformas e modernizações do terminal que arrendamos no porto de Santos em 2020 e, mesmo assim, conseguimos movimentar um volume de fertilizantes superior ao projetado. Nosso ativo está instalado em uma região estratégica para o porto e para *players* de mercado e se beneficia, também, de um crescimento de 5% do volume total de fertilizantes importado pelo Brasil no ano, com destaque para o forte volume destinado para a região sudeste – responsável por 55% dessa importação. **Sustentabilidade:** A navegação é uma atividade secular. Cientes dos imensos riscos e oportunidades impostos pelos urgentes desafios ambientais, éticos e sociais da nossa época, nós, da Hidrovias do Brasil, estamos reinventando o jeito de navegar na América do Sul. Acreditamos que é possível gerar valor para os nossos acionistas e ofertar soluções logísticas inovadoras e confiáveis aos nossos clientes, investindo em um modal de baixo carbono, sustentados em relações éticas e gerando desenvolvimento e prosperidade às comunidades do nosso ecossistema de negócios. Nascemos com o propósito de apoiar o país e os nossos clientes na construção de uma **Cadeia Logística Integrada Sustentável** e renovamos e reafirmamos essa intenção através do lançamento de uma nova Plataforma de Sustentabilidade suportada por 6 Compromissos de Impacto Positivo, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A gestão desta nova plataforma e de seus compromissos fica a cargo da nova Diretoria de Sustentabilidade, diretamente ligada ao CEO da HBSA, conforme apresentado abaixo.

Nesse sentido, a nova Diretoria de Sustentabilidade da Companhia guiará a empresa para que exerça, ainda mais, um papel protagonista e de influenciador positivo no meio onde atuamos.

Abaixo organograma da área.



Auditores Independentes: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes, cuja escolha compete exclusivamente ao Conselho de Administração. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente; condições que foram observadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, além dos serviços de auditoria externa, foram contratados outros serviços de não auditoria referente à serviços de compliance de impostos nas subsidiarias do Paraguai e Uruguai e trabalhos de *Due Diligence* os quais totalizaram R$700 mil, no exercício de 2020. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. **Disclaimer:** *Este relatório contém declarações e perspectivas futuras baseadas nas estratégias e crenças relativas às oportunidades de crescimento da Hidrovias do Brasil S.A. e suas subsidiárias ("Hidrovias" ou "Companhia") constituídas por análises feitas por sua administração. Isso significa que afirmações e declarações aqui contidas, fundamentadas em minucioso estudo de informações públicas disponibilizadas para o mercado em geral, embora consideradas razoáveis pela Companhia, poderão não se materializar e/ou conter imperfeições e/ou imprecisões. Essa ressalva sobre as informações demonstradas indica a existência de situações adversas que poderão impactar os resultados esperados de modo que nossas expectativas não se concretizem no prazo acreditado, pois referidos fatores vão além da capacidade de controle da Hidrovias. Dessa forma, a Companhia não garante o desempenho refletido nessa apresentação e, por isso, não constitui material de oferta para compra e/ou subscrição de seus valores mobiliários.*

continua ...

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

		Controladora		Consolidado	
Ativos	**Nota**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.441	9.179	214.848	45.166
Títulos e valores mobiliários	5.1	87.728	4.625	816.044	913.972
Contas a receber de clientes	6.1	–	–	147.852	82.350
Estoques		–	–	57.051	38.364
Impostos a recuperar	7	97	827	44.912	27.463
Imposto de renda e contribuição social	7.1	–	11.393	42.986	28.116
Adiantamentos a fornecedores	9	1.249	435	34.593	37.884
Pagamentos antecipados		2.483	2.302	32.149	47.499
Créditos com partes relacionadas	18	15.603	6.333	–	–
Dividendos a receber	18	14.090	37.032	–	–
Outros créditos		160	1.293	37.076	25.580
Total do ativo circulante		122.851	73.419	1.427.511	1.246.394
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários vinculados	5.2	–	–	14.952	15.383
Créditos com partes relacionadas	18	5.197	4.225	3.820	–
Contas a receber de clientes	6.1	–	–	6.400	–
Depósitos judiciais	17	32.383	5.343	40.774	11.756
Garantias e depósitos caução	8	9.100	6.704	9.491	6.704
Ativos fiscais diferidos	26	8.543	–	148.862	46.718
Impostos a recuperar	7	–	6	77.588	55.199
Imposto de renda e contribuição social	7.1	–	–	37.373	25.618
Adiantamentos a fornecedores	9	–	–	8.358	30.750
Pagamentos antecipados		3.789	3.445	29.256	19.070
Investimentos	10	1.435.557	1.477.715	74.479	70.946
Imobilizado	11	8.140	5.736	3.355.604	2.928.464
Bem de direito de uso	12	–	1.101	157.114	32.534
Intangível	13	24.419	12.206	322.915	228.129
Total do ativo não circulante		1.527.128	1.516.481	4.286.986	3.471.271
Total do ativo		1.649.979	1.589.900	5.714.497	4.717.665

		Controladora		Consolidado	
Passivos e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Passivo circulante					
Fornecedores	14	9.229	3.018	68.506	49.945
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	185.954	172.275
Obrigações sociais e trabalhistas	16	17.824	12.655	39.460	26.198
Processos judiciais	17	–	–	9.794	5.884
Obrigações tributárias		5.217	5.032	26.241	17.398
Imposto de renda e contribuição social		18.856	15.964	67.622	21.971
Provisão para perda com investimentos	10	–	3.652	–	–
Contas a pagar com partes relacionadas	18	63.481	1.114	–	–
Adiantamento de clientes		–	–	7.315	21.721
Dividendos a pagar	18	–	363	237	2.834
Arrendamento a pagar	12	180	90	14.446	107
Arrendamento outorga	13	–	–	18.547	–
Outras contas a pagar		9.365	3.382	7.841	4.859
Total do passivo circulante		124.152	45.270	445.963	323.192
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	3.537.180	2.818.234
Arrendamento a pagar	12	–	1.059	150.301	32.668
Arrendamento outorga	13	–	–	55.226	–
Total do passivo não circulante		–	1.059	3.742.707	2.850.902
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	1.334.584	1.282.798	1.334.584	1.282.798
Reservas de capital		34.176	17.127	34.176	17.127
Dividendos adicionais propostos	19	–	35.827	–	35.827
Lucro (Prejuízo) do exercício		(21.046)	–	(21.046)	–
Reserva de lucro		–	48.672	–	48.672
Ajuste de avaliação patrimonial		178.113	159.147	178.113	159.147
Total do patrimônio líquido		1.525.827	1.543.571	1.525.827	1.543.571
Total do passivo e patrimônio líquido		1.649.979	1.589.900	5.714.497	4.717.665

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 – Controladora e Consolidado *(Em milhares de reais – R$)*

			Reservas de capital		Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial		
	Capital social	Custo na emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Opções outorgadas	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucro (Prejuízo) acumulado	Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de instrumentos financeiros não derivativos	Total
Saldos em 31/12/2018	1.308.286	(24.885)	3.798	9.135	18.212	8.106	134.440	–	263.733	(106.431)	1.614.394
Capital a integralizar	(603)	–	603	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	58.609	–	–	58.609
Reserva legal	–	–	–	–	–	2.930	–	(2.930)	–		–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	19.424	–	–	(19.424)	–		–
Dividendo mínimo	–	–	–	–	–	–	–	(363)	–		(363)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(134.505)	–	–		(134.505)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	–	–	35.892	(35.892)	–		–
Opções outorgadas reconhecidas	–	–	–	3.591	–	–	–	–	–		3.591
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	21.931	(20.086)	1.845
Saldos em 31/12/2019	1.307.683	(24.885)	4.401	12.726	37.636	11.036	35.827	–	285.664	(126.517)	1.543.571
Aumento de capital	51.786										51.786
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(105.545)	–	–	(105.545)
Opções outorgadas reconhecidas	–	–	–	17.049	–	–	–	–	–	–	17.049
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	20.922	–	–	(20.922)	–	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	222.582	(203.616)	18.966
Absorção de reservas	–	–	–	–	(58.558)	(11.036)	(35.827)	105.421	–	–	–
Saldos em 31/12/2020	1.359.469	(24.885)	4.401	29.775	–	–	–	(21.046)	508.246	(330.133)	1.525.827

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto o resultado por ação)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	23	–	–	1.462.103	937.945
Custos dos serviços prestados	24.1	–	–	(1.089.606)	(625.770)
Lucro bruto		–	–	372.497	312.175
Despesas Operacionais					
Gerais e administrativas	24.1	(109.248)	(76.741)	(195.594)	(87.214)
Provisão para risco de créditos	24.1	–	–	(2.750)	–
Resultado de equivalência patrimonial	10	14.723	148.305	(5.362)	(6.705)
Outras Despesas/Receitas	24.2	–	(77)	33.870	46.427
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		(94.525)	71.487	202.661	264.683
Receitas financeiras	25	2.326	5.297	54.421	33.430
Despesas financeiras	25	(3.033)	(2.211)	(305.447)	(203.637)
Resultado financeiro	25	(707)	3.086	(251.026)	(170.207)
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		(95.232)	74.573	(48.365)	94.476
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26	(18.856)	(15.964)	(68.291)	(40.474)
Diferido	26	8.543	–	11.111	4.607
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(105.545)	58.609	(105.545)	58.609
Resultado por ação básico – R$	20			(0,1403)	0,0783
Resultado por ação diluído – R$	20			(0,1394)	0,0777

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(105.545)	58.609	(105.545)	58.609
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior nas controladas	222.582	21.931	209.024	19.813
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior nas investidas	–	–	13.558	2.118
Hedge accounting de instrumentos financeiros não derivativos	(294.648)	(32.430)	(294.648)	(32.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91.032	12.344	91.032	12.344
Total	18.966	1.845	18.966	1.845
Resultado abrangente do exercício	(86.579)	60.454	(86.579)	60.454

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
Receitas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita de serviços	–	–	1.514.879	983.955
Receitas relativas à construção de ativos próprios	20.533	5.929	302.936	137.291
Outras receitas	–	–	33.870	46.294
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos serviços prestados	–	81	(748.562)	(348.603)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	(32.253)	(30.765)	(84.850)	(24.508)
Construção de ativos próprios	(20.522)	(5.929)	(299.960)	(137.291)
Valor adicionado (consumido) bruto	(32.242)	(30.684)	718.313	657.138
Depreciação e amortização	(7.422)	(8.234)	(223.755)	(184.514)
Valor adicionado (consumido) líquido gerado pela Companhia	(39.664)	(38.918)	494.558	472.624
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	14.723	148.305	(5.362)	(6.705)
Receitas financeiras	2.326	5.297	54.421	33.430
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	(22.615)	114.684	543.617	499.349
Distribuição valor adicionado (consumido)	(22.615)	114.684	543.617	499.349
Pessoal:	69.585	37.904	233.758	155.225
Remuneração direta	41.036	25.122	202.690	140.517
Benefícios	21.444	7.210	22.302	7.972
FGTS	7.028	5.310	8.696	6.475
Outros	77	262	70	261
Tributos	10.312	15.960	109.956	81.878
Federais	10.312	15.960	90.342	81.878
Outros	–	–	19.614	–
Remuneração de capitais terceiros	3.033	2.211	305.448	203.637
Juros s/ emprestimos	–	158	209.617	154.557
Atualizações monetárias e cambiais	715	–	88.504	5.574
Outros financeiras	2.318	2.053	7.327	43.506
Remuneração de capitais próprios	(105.545)	58.609	(105.545)	58.609
Dividendo mínimo	–	35.827	–	35.827
(Prejuízo) lucros retidos	(105.545)	22.782	(105.545)	22.782

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
(Prejuízo)/lucro líquido do período	(105.545)	58.609	(105.545)	58.609
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Provisões para bônus e gratificações	4.503	9.059	8.665	9.924
Perda com instrumentos financeiros derivativos	1.238	–	–	–
IR e CS corrente e diferido	17.176	15.964	64.042	35.867
Realização do ajuste a valor presente	–	–	11.246	–
(Constituição) Reversão da provisão de contingência	–	–	3.910	(1.728)
Juros incorridos nos empréstimos	–	158	180.077	159.173
Reversão de custos de captação de empréstimos	–	–	5.336	5.079
Atualização monetária e cambial s/ dívida	–	(170)	71.013	6.862
Juros e atualização monetária sobre arrendamento mercantil	91	90	9.014	1.677
Plano de opções de ações	17.049	3.591	17.049	3.591
Rendimento de aplicação financeira	(262)	(2.560)	(44.491)	(32.216)
Baixas do ativo imobilizado e intangível	–	10	–	7.289
Depreciação e amortização	6.321	7.136	209.992	178.135
Amortização do bem de direito de uso	1.101	1.101	13.763	6.580
Resultado de equivalência patrimonial	(14.723)	(148.305)	5.362	6.705
Receita realizada do hedge	–	–	139.093	26.736
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	(62.351)	49.833
Estoques	–	–	(9.964)	(6.451)
Impostos a recuperar	(7.546)	(802)	(48.953)	(15.286)
Adiantamentos a fornecedores	(814)	(21)	26.701	(37.144)
Pagamentos antecipados	(525)	(2.210)	10.793	(39.533)
Depósitos judiciais	(27.040)	–	(29.018)	(6.413)
Garantias e Depósitos caução	(2.396)	(246)	(2.787)	(246)
Outros créditos	1.133	(1.287)	(9.486)	(5.794)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	6.211	(10.441)	15.756	(43.070)
Obrigações sociais e trabalhistas	666	(6.964)	3.880	(7.839)
Obrigações tributárias	185	(39)	8.437	(3.149)
Adiantamentos de clientes	–	–	(18.368)	(20.507)
Outras contas a pagar	5.983	125	2.772	(7.610)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	–	(293)	(194.694)	(161.911)
Imposto de renda e contribuição social pagas	(3.174)	–	(42.812)	(40.474)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	(100.368)	(77.495)	238.432	126.689
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(3.165)	(2.307)	(253.411)	(96.010)
Aquisição de ativo intangível	(17.366)	(2.435)	(49.233)	(3.189)
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(258.615)	(317.187)	(2.107.859)	(1.691.003)
Títulos e valores mobiliários (resgates)	174.537	453.026	2.426.217	1.782.070
Recebimento de dividendos	90.347	81.695	6.839	2.406
Mutuo concedido entre partes relacionadas	(10.242)	4.863	(3.820)	–
Aumento (redução) de capital em controladas	4.404	12.253	–	–
Caixa liquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(20.100)	229.908	18.733	(5.726)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital de acionistas	51.786	–	51.786	–
Arrendamento pago	(1.060)	(1.144)	(17.032)	(8.016)
Amortização de principal – empréstimos	–	(15.833)	(32.506)	(69.133)
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	431	(808)
Pagamento de dividendos	(363)	(135.863)	(1.961)	(135.863)
Recompra de títulos – Bond	–	–	(100.101)	–
Outras contas a pagar com partes relacionadas	62.367	783	–	–
Caixa liquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	112.730	(152.057)	(99.383)	(213.820)
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	–	–	11.900	2.356
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(7.738)**	**356**	**169.682**	**(90.501)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9.179	8.823	45.166	135.667
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.441	9.179	214.848	45.166
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(7.738)**	**356**	**169.682**	**(90.501)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Hidrovias"), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código HBSA3, foi constituída em 18/08/2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades: a) Transporte de mercadorias; b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos. c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias; d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros; e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R$2.320.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76. Em 25/09/2020, a Companhia realizou a sua oferta pública de distribuição secundária (IPO) de, inicialmente, 399.426.570 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido nos documentos do IPO). O preço foi de R$7,56 por ação ordinária. A nota explicativa 19 traz os efeitos na composição acionária. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código HBSA3. **Covid -19:** Impactos nas condições financeiras da Companhia: O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19 e o impacto operacional inicial em diferentes setores da economia global. Nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós, não sofreram impactos relevantes em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia da COVID-19. As atividades da companhia, ligados a cadeia de suprimentos de alimentos e metais básicos, são considerados negócios essenciais nos locais onde operamos e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação. A natureza do nosso negócio torna pouco provável medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de suprimentos de alimentos e insumos básicos. Não obstante, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis. Os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10/03/2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis. Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades da Holding estão ocorrendo em regime de teletrabalho desde março de 2020 e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios. Acompanhamos continuamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia da COVID-19 em nossas atividades. Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global da COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes. Acreditamos que as atuais restrições não causam, até o momento, prejuízos à operação da empresa ou à geração de receitas da Companhia. Até o momento não identificamos riscos significativos à nossa operação, do fluxo de novos negócios ou na capacidade de pagamento de nossos clientes. Entretanto, as medidas de isolamento social impactaram alguns de nossos fornecedores, gerando atrasos na entrega de alguns projetos, notadamente na implantação da nova unidade de negócios de Sal no Rio Grande do Norte. A embarcação que será usada para esta operação (HB Potiguar) está sendo modificada em um estaleiro no Rio de Janeiro, estado bastante afetado pela pandemia, o que ocasionou atrasos nos trabalhos de manutenção e reparos da embarcação, com consequências no início da operação de transporte e carregamento de sal no Rio Grande do Norte. Ainda, como parte das iniciativas do BNDES para atenuar os efeitos oriundos da pandemia do COVID-19, em março de 2020 o mesmo aprovou uma medida extraordinária prevendo a suspensão temporária de pagamento de juros e de amortização de principal ("Standstill") por um período de até 6 meses, conforme a Circular nº 20/2020 de 09/04/2020. Em 14/04/2020 o BNDES aprovou o pleito de standstill da Hidrovias do Brasil – Cabotagem, que teve seus pagamentos suspensos entre maio de 2020 e novembro de 2020. A concessão deste standstill não implica em descumprimento de nenhuma cláusula contratual nem representa evento de inadimplemento, mas não permite a distribuição de dividendos extraordinários. Medidas adotadas pela Companhia Com a finalidade de garantir a integridade de nossos colaboradores e também de nossas operações, a Companhia estabeleceu diversas medidas preventivas para reduzir os riscos oriundos da pandemia de Covid-19 e reduzir os riscos para a operação. Estas medidas seguem detalhadas abaixo: - Criação de um comitê de crise com reuniões periódicas para monitorar os riscos e ações de mitigação. Todas as bases operacionais da Companhia também possuem um comitê de crise local focado em melhorar a comunicação local, garantir a implementação dos planos de ação e acompanhar os casos suspeitos - Ações preventivas para reduzir os riscos de contaminação e protocolos para casos suspeitos, com reforço do uso de máscaras e luvas e treinamentos de conscientização sobre a Covid aos colaboradores - Medidas adicionais de proteção e testes para as tripulações embarcadas, dado o maior risco de exposição destas por permanecerem num ambiente confinado, como extensão dos turnos de tripulações embarcadas, aumento do suprimento de alimentos e combustível e contratação de seguros para cobertura de potenciais infecções a bordo. Com a missão de contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde a Companhia atua, em 2017 foi criado o Instituto Hidrovias e firmou-se um compromisso de longo prazo com a sociedade. A Companhia através de seu Instituto Hidrovias e Controladas engajou-se em causas humanitárias de combate ao COVID-19 e suas consequências. Foi empenhado o montante de R$ 7.564 mil (R$ 2.381 mil referente ao quarto trimestre) sendo tal valor convertido em 40 leitos de UTI e 160 leitos regulares no Município de Itaituba-PA, 33 respiradores hospitalares, 40 monitores e 40 leitos de UTI no Município de Barcarena-PA e diversas ações de distribuição de Kits de Higiene, Uniformes Médicos, bem como cestas básicas direcionada à população de suas áreas de atuação (Santos-SP, Cubatão-SP, Belém-PA, Itaituba-PA, Barcarena-PA e Asunción – PY). A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo:

				2020		2019	
			Tipo de	% Participação		% Participação	
Controladas	**Atividade principal**	**País**	**consolidação**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Brasil	Integral	100.00%	–	100.00%	–
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	Armazenamento e elevação de carga	Brasil	Integral	–	100.00%	–	100.00%
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	Terreno – Pré-operacional	Brasil	Integral	100.00%	–	100.00%	–
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	Intermediação e agenciamento de serviços	Brasil	Integral	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	Transporte marítimo de cabotagem	Brasil	Integral	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Hidrovias do Brasil – Parcipação Portuária de Santos S.A.	Movimentação e armazenagem	Brasil	Integral	–	100.00%	–	100.00%
Obrinel S.A.	Terminal especializado de carga	Uruguai	Equivalência Patrimonial	–	49.00%	–	49.00%
Hidrovias del Sur S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	100.00%	–	100.00%	–
Baloto S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	4.95%	95.05%	4.95%	95.05%
Girocantex S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	–	100.00%	–	100.00%
Hidrovias del Paraguay S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0.01%	99.99%	0.01%	99.99%
Pricolpar S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0.02%	99.98%	0.02%	99.98%
Cikelsol S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	–	100.00%	–	100.00%
Limday S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Equivalência Patrimonial	–	44.55%	–	44.55%
Resflir S.A.	Arrendamento de ativos de navegação	Uruguai	Integral	–	100.00%	–	100.00%
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	Agenciamento de operações financeiras	Luxemburgo	Integral	100.00%	–	100.00%	–

Histórico e operações: Em 07/12/2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 06/12/2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. A referida medida provisória foi convertida em Lei em 05/06/2013 (Lei nº 12.815). Em 09/05/2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado – TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 31/07/2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga – ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba-PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. Em 05/12/2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União. Em 29/12/2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de REPORTO pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União. Em 24/05/2016, a Companhia HB Intermediação foi constituída com a finalidade de agenciar e intermediar soluções logísticas com capital social de R$2.500, que foi totalmente integralizado até 24/05/2019. Em 22/09/2016, a Companhia Resflir foi constituída com a finalidade de arrendar ativos de navegação. Em 01/12/2016, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução nº 5120, de 30/11/2016, por meio da qual a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) emitiu autorização para esta empresa operar como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de cabotagem. Em 21/02/2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) e em 02/12/2016, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará emitiu Licença de Operação (LO) do Terminal de Uso Privado (TUP), de propriedade da Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará. Em 11/04/2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará. E em 05/06/2016 a Companhia obteve a Licença Operacional (LO) n 10185/2016. Em 01/01/2019 as empresas Hidrovias do Brasil Navegação Norte S.A. (matriz e filiais) e Hidrovias do Brasil Miritituba S.A. foram incorporadas pela Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. Em 23/09/2019, o Tribunal Marítimo emitiu o certificado de registro de armador da Companhia HB Santos. Com esta autorização e registro deu início a sua operação no Brasil. Em 07/11/2019, foi homologado o procedimento de licitação para o arrendamento de instalações portuárias consubstanciado no leilão nº 01/2019-ANTAQ, referente ao arrendamento da área STS20, no Porto Organizado de Santos, no montante de R$112.500 pelo prazo de 25 anos, destinada a movimentação e armazenagem de sal e fertilizantes. **2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 15/03/2021. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai, Paraguai e Luxemburgo é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. As demonstrações financeiras de controladas no exterior (Paraguai, Uruguai e Luxemburgo) estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional. Respectivamente, para a moeda de apresentação, Real, foram utilizados os seguintes procedimentos: • Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço; • O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação; e • Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média mensal. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 23 (3d) – reconhecimento de receita; • Nota explicativa nº 3 (b) – consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ; • Nota explicativa nº 11 – vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 17 – reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais; • Nota explicativa nº 26 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 21 – Transação de Pagamento Baseado em Ações; • Nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **(a) Mudança nas políticas contábeis:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31/12/2020. **(b) Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias incluídas no processo de consolidação são:

		Participação – %	
Controladas diretas	**País**	**2020**	**2019**
Hidrovias del Sur S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Holding Norte Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (b)	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	Brasil	100,00	100,00
Controladas indiretas			
Girocantex S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Girocantex S.A. – Filial Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
Hidrovias del Paraguay S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Pricolpar S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Cikelsol S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Resflir S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Baloto S.A. (a)	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil Operação Portuária Santos S.A. (d)	Brasil	100,00	100,00

(a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidrovias Del Sur. (b) Empresa constituída em 24/05/2016. (c) Empresa constituída em 16/09/2016, a qual realizou a combinação de negócios naquela data. (d) Empresa constituída em 23/09/2019. A Companhia reavalia se detem ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras. ***Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial:*** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. ***Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(c) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio média mês. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão são reconhecidas em outros resultados abrangentes, tais como o hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo. Operações no exterior: Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio média mês. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. **(d) Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de transporte e cabotagem são reconhecidas ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso de navegação, (proporcionalmente à evolução das viagens), que se aproxima de 7 dias (transito carregado mais trânsito descarregado) para nossos navios HB Tucunaré e HB Tambaqui. As receitas referentes aos serviços de transbordo, elevação e intermediação são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços. Os preços de serviços são determinados com base em contratos. Em alguns casos a Companhia opera com seus clientes sob o regime contratual de take or pay, onde o cliente garante um fluxo de pagamento mínimo anualmente ou trimestralmente dependendo de cada contrato para a prestação de serviços de logística pela Companhia. Nos casos em que os serviços prestados em cada período do relatório são inferiores a quantidade mínima esperada, a Companhia estima se o cliente poderá executar todos os serviços dentro do exercício corrente com apurações trimestrais e anuais. **(e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(f) Instrumentos financeiros e de patrimônio:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Os investimentos da Companhia e suas controladas realizam investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento: Ativos financeiros:*** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Passivos financeiros:*** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Contabilidade de Hedge de fluxo de caixa:*** Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de "hedge". Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado. Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Outros derivativos não mantidos para negociação, sendo quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de "hedge" de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado. ***Capital social – Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **(g) Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e, estão deduzidos da depreciação acumulada quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***(h) Ativos intangíveis:*** *Ágio:* O ágio resultante da aquisição da controlada Limday é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 13 (a). O ágio não amortizável no valor de R$ 73.102, é resultante da aquisição através de sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In – Logística Intermodal S.A. "Log-In" dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita. Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas. *Outros ativos intangíveis:* Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. (i) Redução ao valor recuperável ***Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("*forward-looking*"). A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas (exceto estoques e ativos fiscais diferidos), são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(j) Benefícios a empregados:** ***Transações de pagamentos baseados em ações:*** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição ("*vesting date*"). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição ("*non-vesting conditions*"), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. ***Benefícios de término de vínculo empregatício:*** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia e suas controladas não podem mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **(k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(l) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação e da norma IAS 33 – Resultado por Ação. **(m) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **(n) Demonstração de valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, apresentando como informação suplementar. **(o) Segmentos operacionais:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, que é a principal tomadora de decisões operacionais; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente atribuídos à sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social. As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por região. O corredor norte corresponde ao Pará, o corredor sul ao Para-

continua ...

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

guai e Uruguai e os demais negócios estão alocados em outros. **(p) Imposto de renda e contribuição social:** Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. No consolidado, o imposto sobre a renda das controladas estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável nos respectivos países, entretanto, conforme redação dada pelo artigo 52 do título IV do "Texto Ordenado 2007", as companhias de navegação são isentas de tributar suas rendas. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **(q) Subvenção e assistência governamentais:** O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos podem ser utilizados para amortização de financiamento concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida no resultado, uma vez atendido os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas. A Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM no grupo Outras receitas/despesas no montante de R$15.336 (R$15.624 em 31/12/2019) a serem aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. ao qual apresentou Lucro Contábil, e consequentemente a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. **(r) Arrendamentos:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e as controladas utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Comapnhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **(s) Novas normas e interpretações ainda não efetivadas?** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31/12/2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **(b) Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge. **(i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa:** As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. **(ii) Contabilidade de hedge:** As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas: - Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma. - Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados. - Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge. - Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação. **(iii) Divulgação:** As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas. **(iv) Transição:** A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 01/01/2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Conta corrente – Nacional	1.441	9.179	18.297	14.720
Conta corrente – Exterior	–	–	196.551	30.446
	1.441	9.179	214.848	45.166

5. Aplicações financeiras – 5.1. Títulos e valores mobiliários

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
JP Morgan (d)	–	–	423.064	617.572
Itaú Fundo FICFI 311 (b)	86.506	–	225.298	117.254
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	1.200	1.157	11.833	44.735
Santander VIP (c)	–	–	22.439	–
FIDC (Fundo Invest Dir Credit) (f)	–	–	98.369	80.605
Santander Argo (h)	22	2	–	31.854
CDB ABC (e)	–	–	14.641	14.836
Fundo Safra	–	3.466	–	3.465
Banco do Brasil (g)	–	–	20.400	3.651
Total	87.728	4.625	816.044	913.972

a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 89,49% do CDI em 31/12/2020 (98,67% em 31/12/2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú Cambial FIC FI, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade média em R$ de 29,61% em 31/12/2020 (6,56% em 31/12/2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais, sendo 80% do Patrimonio do Fundo lastreado direta ou indiretamente na variação do preço do dólar dos EUA e/ou variação do cupom cambial. c) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander VIP Cambial, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade média em R$ de 29,02% em 31/12/2020. O Fundo tem por objetivo acompanhar as variações do dólar comercial norte-americano através de aplicações em ativos no exterior e crédito privado. d) Aplicações financeiras que representam investimentos em um fundo no exterior com o Banco J.P. Morgan, referenciado na variação do tesouro americano tiveram rentabilidade de 0,03% em 31/12/2020 (1,74% em 31/12/2019). A carteira é composta por títulos de renda fixa e por Títulos Tesouro Americano. e) As aplicações financeiras que representam investimentos em Certificados de Depósitos Bancário – CDB no Banco ABC Brasil, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração de 100% do CDI em dezembro de 2020 (98,5% em 31/12/2019). f) Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Upside, com rentabilidade média de 5,08% em 31/12/2020 (-0,09% em 31/12/2019). A carteira do fundo é composta por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e/ou por fundos cambiais lastreado direta ou indiretamente à variação da Ptax 800. Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Aruanã, com rentabilidade média de -4,36% em 31/12/2020. A carteira do fundo é composta por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e/ou por fundos cambiais lastreado direta ou indiretamente à variação da Ptax 800. g) Aplicações financeiras que representam investimentos no Banco do Brasil, com rentabilidade média de 17,89% do CDI em em 31/12/2020 (34,54% do CDI em 31/12/2019). A carteira do fundo é composta por títulos de renda fixa, incluindo operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e títulos públicos federais. h) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander ARGO, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 94,0% do CDI em 31/12/2020 (99,25% em 31/12/2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Hidrovias Cabotagem Ltda.	14.952	15.383
Total	14.952	15.383

Representam investimentos no fundo BNP Paribas Soberano FIC FI RF, sujeitos à variação da taxa de juros SELIC, com remuneração média de 81,39% do CDI em 31/12/2020 (94,59% em 31/12/2019). A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Estas aplicações financeiras são apresentadas no ativo não circulante e estão vinculadas aos empréstimos, conforme mencionado na nota explicativa nº 15. A cláusula contratual determina que deve-se manter em conta vinculada, durante a vigência do contrato, saldo equivalente ao previamente pactuado. **6. Contas a receber de clientes – 6.1. Composição dos saldos por entidade**

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Conta a receber no exterior		
Cikelsol	9.815	2.317
Girocantex	57.740	29.493
Del Paraguai	391	392
Pricolpar	–	177
Vila do Conde	95	16.935
Intermediação	3.112	98
	71.153	49.412
Provisão para risco de crédito	(2.750)	–
	68.403	49.412
Conta a receber nacionais		
Cikelsol	1.135	–
Intermediação	910	808
Vila do conde	9.211	12.350
Cabotagem	70.628	19.780
Santos	3.965	–
	85.849	32.938
Total	154.252	82.350
Circulante	147.852	82.350
Não circulante	6.400	–

Conforme divulgado na nota explicativa nº 23, existe uma concentração das receitas operacionais em um número reduzido de clientes, o que, por sua vez, pode eventualmente afetar seu risco de crédito. Para informações adicionais relacionadas ao risco de crédito, vide nota 27.4. A variação nos saldos refere-se principalmente a aumento de volume nas operações de Girocantex e Cabotagem. (vide nota explicativa nº 23 para mais informações). A constituição para risco de créditos foi realizada com base nos clientes vencidos acima de 180 dias e com baixa probabilidade de recebimento.

6.2. Composição do contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
A vencer	138.954	65.257
Vencidos até 30 dias	11.938	4.090
Vencidos de 30 a 60 dias	520	1.374
Vencidos de 60 a 90 dias	214	400
Vencidos de 90 a 120 dias	4	3.129
Vencidos de 120 a 180 dias	1.083	6.986
Vencidos a mais de 180 dias	4.289	1.114
Total	157.002	82.350

Mapa de movimentação da Provisão para risco de crédito:	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	–
Constituição de Provisão para risco de crédito	(2.750)
Estornos	–
Saldo em 31/12/2020	(2.750)

7. Impostos a recuperar

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRRF s/ Aplicação Financeira (a)	57	747	2.825	4.243
PIS/COFINS (b)	35	60	90.909	60.887
ICMS	–	18	1.205	2.566
ISS	5	8	1.320	815
IVA (c)	–	–	26.241	14.151
Total	97	833	122.500	82.662
Ativo circulante	97	827	44.912	27.463
Ativo não circulante	–	6	77.588	55.199

Os tributos a recuperar são registrados pela competência, de acordo com as retenções sofridas e/ou pagamentos realizados, de tal forma que a Companhia e suas controladas apresentam as situações abaixo: (a) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa realizadas pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidas no Ativo conforme informações prestadas pelas instituições financeiras periodicamente; (b) As contribuições do Pis e da Cofins decorrem dos créditos apropriados na operação de Navegação e Rodoviário. Esses créditos são calculados, principalmente, sobre as aquisições de combustível e sobre a subcontratação de transportadoras na operação de transporte rodoviário. Os créditos são compensados mensalmente com os débitos apurados nas prestações de serviços ou trimestralmente com os débitos de outros tributos federais através de compensação via PER/DCOMP no prazo máximo de cinco anos. (c) O Imposto sobre Valor Agregado, é consequência da compra de insumos para a operação das empresas Hidrovias del Paraguay e Pricolpar, sendo ambas localizadas no Paraguai.

7.1. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
IRPJ/CSLL	–	11.393	80.359	53.734
Total	–	11.393	80.359	53.734
Ativo circulante	–	11.393	42.986	28.116
Ativo não circulante	–	–	37.373	25.618

O Imposto de Renda e Contribuição Social, são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, a Lucro Real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela Companhia e suas controladas. Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorrem de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou restituir conforme legislação vigente.

Saldo Negativo de anos anteriores que são compensados com outros tributos federais, com critérios pré-estabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição.

8. Garantias e depósitos caução

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Projeto Obrinel (a)	8.253	6.401	8.253	6.401
Outros	847	303	1.238	303
Total	9.100	6.704	9.491	6.704

(a) Em 25/07/2014, a Companhia concedeu recursos financeiros para a controlada em conjunto Obrinel cujo o montante em 31/12/2020 era de R$ 8.253 (R$6.401 em 31/12/2019) permanecerá como depósito garantia até a conclusão financeira do Projeto Obrinel, com o prazo 15/12/2027. A variação dos valores é decorrente ao cambio e não ao aumento nominal de garantia. Referente ao Projeto Obrinel e de forma adicional ao depósito garantia referido na nota, em 24/06/2014, a Companhia (na condição de Sponsor do Projeto Obrinel) e sua controlada direta Hidrovias del Sur, outorgaram a favor dos bancos DEG e BROU: (i) fiança solidária à primeira solicitação *(first demand)* até o montante de USD 9,8M, como garantia por eventuais descumprimentos da Obrinel aos termos da financiação do Projeto; (ii) garantia corporativa até o montante de USD 10M, para cobrir eventuais deficiências financeiras ou sobrecustos do Projeto; e (iii) garantia corporativa até o montante de USD 45M para cobrir alguns riscos específicos do Projeto. As ações da Baloto (acionista direto na Obrinel) foram penhoradas também em favor dos bancos DEG e BROU em 13/06/2014. Todas as garantias referidas permaneceram vigentes até a conclusão financeira do Projeto Obrinel. **Clausula restritiva:** Além de um elenco padrão de obrigações de fazer e não fazer, segundo os termos do financiamento tomado para o Projeto Obrinel, a Obrinel tem se comprometido a manter os seguintes ratios financeiros: (i) não superar uma relação de 70/30 entre divida total e capital próprio; (ii) razão corrente não inferior à 1; e (iii) cobertura de endividamento maior ou igual a 1.15. Em 31/12/2020 a Obrinel atende sem *default* as clausulas restritivas.

9. Adiantamento fornecedores

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Adiantamento a fornecedores nacionais	1.249	435	35.816	50.111
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	–	–	7.135	18.523
Total	1.249	435	42.951	68.634
Circulante	1.249	435	34.593	37.884
Não circulante	–	–	8.358	30.750

Nas demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2020 o saldo de adiantamento a fornecedores é composto basicamente por: R$ 494 (R$30.750 em 31/12/2019) referente a adiantamento para construções de embarcações; R$ 5.128 (R$13.004 em 31/12/2019) referente a de compra de combustível; R$ 0 (R$ 4.931 em 31/12/2019) referente a adiantamento para aluguel das embarcações para viagens pontuais; R$15.173 referente a implantação de do projeto no terminal de Santos (R$ 0 em 31/12/2019) e R$ 22.156 (R$ 19.949 em 31/12/2019) referente a adiantamento à outros fornecedores inerentes à operação da Companhia. **10. Investimentos –** A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no período findo em 31/12/2020 está apresentada a seguir:

Composição dos investimentos	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	1.429.363	1.471.114	58.033	56.676
Contrato de concessão	6.194	6.601	6.194	6.601
Ágio	–	–	10.252	7.669
Total Investimentos	1.435.557	1.477.715	74.479	70.946
Provisão para perda com investimentos	–	(3.652)	–	–
Total	1.435.557	1.474.063	74.479	70.946

Controladora

	Saldo inicial 2019	Aumento/Redução de capital 2020	Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge 2020	Ajuste de avaliação patrimonial – Resultado de conversão de moeda (CTA) 2020	Dividendos 2020	Amortização 2020	Resultado de equivalência patrimonial 2020	Saldo final 2020
Baloto S.A.	4.972	(3.670)	–	1.307	–	–	(483)	2.126
Hidrovias Del Sur S.A.	731.967	6	–	222.562	(63.405)	–	65.342	956.472
Hidrovias BR – Marabá S.A.	9.322	250	–	–	–	–	522	10.094
Hidrovias Holding Norte Ltda.	502.475	–	(111.306)	–	–	–	(119.470)	271.699
Hidrovias Cabotagem Ltda.	205.692	(859)	(92.310)	–	–	–	53.391	165.914
Hidrovias – Intermediação Ltda.	16.686	(128)	–	–	(4.000)	–	10.238	22.796
Pricolpar	–	5	–	–	–	–	(3)	2
Subtotal	1.471.114	(4.396)	(203.616)	223.869	(67.405)	–	9.537	1.429.103
Contrato de concessão	6.601	–	–	–	–	(407)	–	6.194
Subtotal Investimentos	1.477.715	(4.396)	(203.616)	223.869	(67.405)	(407)	9.537	1.435.297
Hidrovias del Paraguay	–	13	–	–	–	–	(13)	–
Hidrovias International Finance	(3.652)	–	–	(1.287)	–	–	5.199	260
Total	1.474.063	(4.383)	(203.616)	222.582	(67.405)	(407)	14.723	1.435.557

	Saldo inicial 2018	Aumento/Redução de capital 2019	Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge 2019	Ajuste de avaliação patrimonial – Resultado de conversão de moeda (CTA) 2019	Dividendos 2019	Amortização 2019	Resultado de equivalência patrimonial 2019	Saldo final 2019
Baloto S.A.	4.555	–	–	417	–	–	–	4.972
Hidrovias Del Sur S.A.	673.198	–	–	26.518	(91.939)	–	124.190	731.967
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	9.182	460	–	–	–	–	(320)	9.322
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	507.191	580	(9.786)	–	–	–	4.490	502.475
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	201.942	–	(10.300)	–	–	–	14.050	205.692
Hidrovias – Intermediação Ltda.	15.794	(13.293)	–	–	–	–	14.185	16.686
Subtotal	1.411.862	(12.253)	(20.086)	26.935	(91.939)	–	156.595	1.471.114
Contrato de concessão	15.404	–	–	(7.278)	–	(1.525)	–	6.601
Subtotal Investimentos	1.427.266	(12.253)	(20.086)	19.657	(91.939)	(1.525)	156.595	1.477.715
Hidrovias International Finance	2.364	–	–	2.274	–	–	(8.290)	(3.652)
Total	1.429.630	(12.253)	(20.086)	21.931	(91.939)	(1.525)	148.305	1.474.063

Consolidado

	Saldo inicial 2019	Dividendos pagos 2020	Resultado de conversão de moeda (CTA) 2020	Resultado de equivalência patrimonial 2020	Amortização 2020	Saldo final 2020
Limday	15.570	(6.839)	2.396	3.446	–	14.573
Obrinel	41.106	–	11.162	(8.808)	–	43.460
Subtotal	56.676	(6.839)	13.558	(5.362)	–	58.033
Contrato de concessão (b)	6.601	–	–	–	(407)	6.194
Ágio (a)	7.669	–	3.225	–	(642)	10.252
Total	70.946	(6.839)	16.783	(5.362)	(1.049)	74.479

Consolidado

	Saldo inicial 2018	Resultado de conversão de moeda (CTA) 2019	Resultado de equivalência patrimonial 2019	Dividendos pagos 2019	Baixas 2019	Amortização 2019	Saldo final 2019
Limday	14.224	509	2.517	(1.680)	–	–	15.570
Obrinel	48.719	1.609	(9.222)	–	–	–	41.106
Subtotal	62.943	2.118	(6.705)	(1.680)	–	–	56.676
Contrato de Concessão (b)	15.404	–	–	–	(7.278)	(1.525)	6.601
Ágio (a)	7.778	334	–	–	–	(443)	7.669
Total	86.125	2.452	(6.705)	(1.680)	(7.278)	(1.968)	70.946

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como CTA (currency tranlation adjustments), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA). (a) Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R$ 10.252 (R$7.669 em 31/12/2019) está fundamentado em projeções desenvolvidas sobre a rentabilidade futura das operações. (b) Contrato de Concessão: O valor de R$ 6.194 (R$6.601 em 31/12/2019), refere-se ao direito de concessão da Baloto na aquisição da Obrinel, está fundamentado em projeções desenvolvidas pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Obrinel. Por Resolução Nº 307/4.039 na data de 17/06/2020, a Administração Nacional de Portos do Uruguai aprovou algumas mudanças nos termos da concessão, incluindo uma extensão no prazo da concessão (por mais 20 anos, até novembro 2051), junto com uma autorização à construção de um píer adicional. Essas mudanças foram aprovadas pelo Poder Executivo do Uruguai em 04/09/2020, sendo refletidas em um aditivo, assinado em 24/11/2020, ao atual contrato de concessão. As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

2020

	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur S.A.	4.330.646.746	1.083.630	127.158	956.472	65.375	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	12.000	3.171.915	3.171.655	260	5.199	–
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	20.000.000	11.197	1.103	10.094	522	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	220.475.382	871.721	704.186	167.535	54.153	214.628
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda	2.500.000	31.585	8.514	23.071	10.386	23.587
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	512.989.094	317.320	45.621	271.699	(230.776)	–
Controladas indiretas						
Girocantex S.A.	2.442.140.008	1.434.914	912.489	522.425	132.665	398.747
Hidrovias del Paraguay S.A.	266.377	97.248	88.528	8.720	(47.351)	90.030
Pricolpar S.A	17.910	224.564	51.782	172.782	(17.680)	42.894
Cikelsol S.A.	800.000	302.011	262.286	39.725	(2.507)	110.536
Resflir S.A.	20.000	88.611	62.935	25.676	14.558	18.561
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	519.596.445	2.091.668	1.804.512	287.156	(215.312)	834.551
Hidrovias do Brasil Operação Portuaria Santos	43.904.863	316.315	287.938	28.377	(15.460)	39.761
Baloto S.A.	599.999.999	46.759	3.803	42.956	(8.813)	–
Controladas em conjunto						
Limday S.A.	42.902.541	16.507	1.935	14.572	3.445	13.844
Obrinel S.A.	587.999.999	188.388	144.928	43.460	(8.808)	20.313-

2019

	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (Prejuízo) das empresas no exercício	Receitas líquidas
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur S.A.	4.330.646.746	802.367	70.400	731.967	124.190	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	12.000	2.451.528	2.455.180	(3.652)	(8.290)	–
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	20.000.000	9.340	18	9.322	(320)	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	63.400.000	757.948	552.257	205.691	14.050	155.322
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda	454.000	24.629	7.944	16.685	14.185	34.114
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	489.523.849	548.326	45.851	502.475	4.490	–
Controladas indiretas						
Girocantex S.A.	2.442.140.008	1.269.029	773.025	496.004	115.478	342.873
Hidrovias del Paraguay S.A.	4.312	68.275	99.654	(31.379)	4.002	83.975
Pricolpar S.A	17.910	144.193	116.760	27.433	(3.585)	40.001
Cikelsol S.A.	800.000	228.841	197.222	31.619	7.808	107.598
Resflir S.A.	20.000	58.086	47.354	10.732	9.474	13.210
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	488.550.185	1.882.320	1.386.242	496.078	(12.404)	394.091
Hidrovias do Brasil Operação Portuaria Santos	43.904.263	46.846	3.009	43.837	(68)	–
Baloto S.A.	599.999.999	43.554	2.834	40.720	7.808	–
Controladas em conjunto						
Limday S.A.	42.902.541	16.438	868	15.570	2.517	10.923
Obrinel S.A.	587.999.999	146.445	105.339	41.106	(9.222)	9.080

(c) A receita está sendo apresentada líquida do Hedge Accounting no montante de R$8.767 (R$6.337 em 31/12/2019). Em 31/12/2020 a Companhia realizou aumento de capital na empresa Hidrovias del Paraguay S.A. em U$18.876.409 com a Girocantex S.A, a nova quantidade de quotas passou a ser 266.377, sendo 262.066 da Girocantex.

Balanço e DRE controladas em conjunto

	Limday 2020	Limday 2019	Obrinel 2020	Obrinel 2019
Ativo circulante	13.210	9.956	9.218	9.203
Ativo não circulante	23.844	26.942	375.248	289.665
Total do ativo	37.054	36.898	384.466	298.868
Passivo circulante	4.344	1.949	229.023	11.761
Passivo não circulante	–	–	66.750	203.217
Patrimonio líquido	32.710	34.949	88.693	83.890
Total do passivo	37.054	36.898	384.466	298.868
Receita líquida	31.075	24.520	41.455	18.530
Custo e Despesas	23.341	18.869	59.430	37.350
Lucro líquido do exercício	7.734	5.651	17.975	18.820

11. Imobilizado – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31/12/2020 e 31/12/2019:

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	1.070	43	198	873	3.552	5.736
Adições	–	–	–	–	3.165	3.165
Depreciação	(394)	(16)	(42)	(309)	–	(761)
Saldo em 31/12/2020	676	27	156	564	6.717	8.140
Custo histórico	2.538	168	421	1.778	6.717	11.622
Depreciação acumulada	(1.862)	(141)	(265)	(1.214)	–	(3.482)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	10	25		

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	1.465	60	238	190	2.162	4.115
Adições	–	–	2	915	1.390	2.307
Baixas	–	–	–	(10)	–	(10)
Depreciação	(395)	(17)	(42)	(222)	–	(676)
Saldo em 31/12/2019	1.070	43	198	873	3.552	5.736
Custo histórico	2.538	168	420	1.778	3.552	8.456
Depreciação acumulada	(1.468)	(125)	(222)	(905)	–	(2.720)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	10	25		

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	84.091	511.328	10.138	359	279.175	2.322	184	1.908.317	132.550	2.928.464
Adições	1.361	–	13	7	1.259	425	–	295	284.463	287.823
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	68.140	(68.140)	–
Depreciação	–	(23.841)	(1.657)	(71)	(43.562)	(840)	(25)	(119.567)	–	(189.563)
Ajuste de conversão	–	–	1.110	74	2.808	77	48	324.071	692	328.880
Saldo em 31/12/2020	85.452	487.487	9.604	369	239.680	1.984	207	2.181.256	349.565	3.355.604
Custo histórico	85.452	594.885	14.895	822	411.123	5.361	863	2.654.473	349.565	4.117.439
Depreciação acumulada	–	(107.398)	(5.291)	(453)	(171.443)	(3.377)	(656)	(473.217)	–	(761.835)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	10	25	20	4	–	

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Veículos	Empurradores, barcaças e navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	84.091	534.837	11.395	346	320.269	1.061	238	1.764.960	225.427	2.942.624
Adições	–	330	51	57	1.606	1.912	–	15.933	81.898	101.787
Baixas	–	–	–	(1)	–	(10)	–	–	–	(11)
Transferências	–	–	–	7	–	–	–	176.329	(176.336)	–
Depreciação	–	(23.839)	(1.468)	(59)	(43.094)	(656)	(61)	(91.219)	–	(160.396)
Ajuste de conversão	–	–	160	9	394	15	7	42.314	1.561	44.460
Saldo em 31/12/2019	84.091	511.328	10.138	359	279.175	2.322	184	1.908.317	132.550	2.928.464
Custo histórico	84.091	594.885	13.772	742	407.056	4.859	815	2.264.943	132.550	3.503.713
Depreciação acumulada	–	(83.557)	(3.634)	(383)	(127.881)	(2.537)	(631)	(356.626)	–	(575.249)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	10	25	20	4	–	

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 28.400 no exercício findo em 31/12/2020. A taxa média de capitalização em 2020 foi de 5,95% a.a. Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "*impairment*": De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC variou entre 9,8% a 5,4%, (10,0% a 5,6% em 31/12/2019) considerando parâmetros de mercado. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "Take or Pay" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e atualizados pela taxa de inflação projetada. No exercício findo em 31/12/2020 e 2019, a Administração realizou estudo e determinou que não existe necessidade de provisão para redução do saldo contábil. **12. Bem de direito de uso –** A composição e movimentação do ativo de bem de direito de uso em 31/12/2020 e 31/12/2019:

Controladora	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31/12/2019	1.101	1.101
Amortização	(1.101)	(1.101)
Saldos líquidos em 31/12/2020	–	–

Controladora	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31/12/2018	–	–
Adoção inicial	2.202	2.202
Amortização	(1.101)	(1.101)
Saldos líquidos em 31/12/2019	1.101	1.101

Consolidado	Imóveis	Embarcações	Total
Saldos líquidos em 31/12/2019	5.954	26.580	32.534
Constituição	130.733	5.796	136.529
Amortização	(7.272)	(6.491)	(13.763)
Ajuste de conversão	1.814	–	2.636
Saldos líquidos em 31/12/2020	131.229	25.885	157.114

Consolidado	Imóveis	Embarcações	Total
Saldos líquidos em 31/12/2018	–	–	–
Adoção inicial	8.909	30.205	39.114
Amortização	(2.955)	(3.625)	(6.580)
Saldos líquidos em 31/12/2019	5.954	26.580	32.534

Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento mercantil em 31/12/2020 e 31/12/2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	1.149	32.775
Constituição	–	136.528
Juros e atualização monetária	91	3.467
Pagamento do principal	(1.060)	(18.675)
Realização do ajuste a valor presente	–	8.016
Ajuste de conversão	–	2.636
Saldo em 31/12/2020	180	164.747
Circulante	180	14.446
Não circulante	–	150.301

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	–	–
Adoção inicial	2.202	39.114
Juros incorridos	91	1.677
Pagamento do principal	(1.144)	(8.016)
Saldo em 31/12/2019	1.149	32.775
Circulante	90	107
Não circulante	1.059	32.668

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	180	20.588
2022	–	19.628
2023	–	19.705
2024	–	19.792
2025	–	19.347
2026 em diante	–	318.043
Total	180	417.103
Juros e ajuste a valor presente	–	(252.356)
Passivo dos arrendamentos	180	164.747

A taxa média de desconto para ativos arrendados é de 9,4% para o exercício findo em 31/12/2020 (7,7% p.a. para 31/12/2019). A Companhia e suas controladas possuem o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis/Cofins apresentados no quadro a seguir:

Controladora e Consolidado

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento com incidência de imposto (a)	410.961	159.977
Contraprestação do arrendamento sem incidência de imposto (b)	6.142	4.770
Total	417.103	164.747
Pis/Cofins (9,25%)	38.014	14.798

(a) Contraprestações de arrendamentos no Brasil com incidência de impostos. (b) Contraprestações de arrendamentos no Uruguai e Paraguai sem incidência de impostos.

13. Intangível

Controladora	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	8.515	1.312	2.379	12.206
Adições	–	–	17.366	17.366
Amortização	(4.989)	(164)	–	(5.153)
Saldo em 31/12/2020	3.526	1.148	19.745	24.419
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–
Custo histórico	26.983	1.711	19.745	48.439
Amortização acumulada	(23.457)	(563)	–	(24.020)

Controladora	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	13.229	1.477	–	14.706
Adições	56	–	2.379	2.435
Amortização	(4.770)	(165)	–	(4.935)
Saldo em 31/12/2019	8.515	1.312	2.379	12.206
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–
Custo histórico	26.983	1.711	2.379	31.073
Amortização acumulada	(18.468)	(399)	–	(18.867)

Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	14.611	135.656	73.121	4.741	228.129
Adições	46	95.710	–	18.473	114.229
Amortização	(6.440)	(12.940)	–	–	(19.380)
Ajuste de conversão	92	–	–	(155)	(63)
Saldo em 31/12/2020	8.309	218.426	73.121	23.059	322.915
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–	–
Custo histórico	36.568	258.645	73.121	23.059	391.393
Amortização acumulada	(28.259)	(40.219)	–	–	(68.478)

(*) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos

Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	21.022	144.781	73.121	1.642	240.566
Adições	90	–	–	3.099	3.189
Amortização	(6.646)	(9.125)	–	–	(15.771)
Ajuste de conversão	145	–	–	–	145
Saldo em 31/12/2019	14.611	135.656	73.121	4.741	228.129
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–	–
Custo histórico	36.430	162.935	73.121	4.741	277.227
Amortização acumulada	(21.819)	(27.279)	–	–	(49.098)

(*) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos

(a) Ágio: O ágio gerado na aquisição dos ativos e passivos da "Log-In" no valor de R$73.121, pela controlada Cabotagem, fundamentado como rentabilidade futura das operações. Em 31/12/2020, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros projetados, no período do contrato comercial e, aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "impairment". A Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, os ágios foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) de sua origem. O valor recuperável destas UGC foi baseado no valor justo, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC para cada UGC é 5,4%, (5,6% em 31/12/2019) considerando parâmetros de mercado. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. Não foi considerada taxa de crescimento na perpetuidade. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "*Take or Pay*" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e atualizados pela taxa de inflação projetada. O valor recuperável estimado das UGCs foi superior ao seu valor contábil, assim, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "*impairment*". (b) Contratos: • Contrato de clientes adquirido pela controlada Cabotagem em dezembro de 2016 com duração de 18 anos para a prestação de serviço de navegação para transporte de Bauxita. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato. • Contrato de arrendamento adquirido pela controlada Hidrovias do Brasil – Administração Portuária Santos S.A. com duração de 25 anos a partir da data de assunção de 03/03/2020 no montante de R$112.500 referente a Outorga e ajuste a valor presente no valor de R$19.379, para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, localizado dentro do Porto de Santos. A taxa média de desconto para esses ativos é de 9,4% para o exercício findo em 31/12/2020. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato. O quadro abaixo demonstra a movimentação da obrigação constituída, por conta da Obrigação junto à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquáticos):

	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	–
Constituição (*)	85.685
Ajuste a valor presente	(19.379)
Atualização monetária	4.237
Realização do ajuste a valor presente	3.230
Saldo em 31/12/2020	73.773
Circulante	18.547
Não circulante	55.226

(*) Valor apresentado líquido da 1ª parcela do contrato de arrendamento adiantada em 2019 no valor de R$28.125

14. Fornecedores

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fornecedores nacionais	9.229	3.018	56.342	40.342
Fornecedores estrangeiros	–	–	12.164	9.603
Total	9.229	3.018	68.506	49.945

15. Empréstimos e Financiamentos

	Tipo	Vencimento final	Taxa de juros – a.a.	Consolidado 2020	Consolidado 2019
HB International Finance:	Bond	jan/25	5,95%	3.054.182	2.454.044
HB Cabotagem:					
BNDES	Cédula de Crédito Bancária	mar/33	2,5% – 3,9% + Ptax 800 BCB (USD)	666.485	528.667
Safra/BNDES	Finame	jun/21	TJLP + 4,80 – 4,90%	–	406
HB Vila do Conde:					
Santander	Financiamento de Projetos	jan/25	6,1% – 6,3%	2.467	1.952
Resflir:					
Banco ABC	Financiamento de Projetos	jul/20	5,6% + Libor	–	5.440
Total				3.723.134	2.990.509
Classificado como:					
Circulante				185.954	172.275
Não circulante				3.537.180	2.818.234

A movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados é conforme segue:

Empresa – R$	Saldo em 2019	Juros	Reversão/Custo Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Recompra Bond	Ajuste de conversão	Variação Cambial	Efeito Hedge	Saldo em 2020
Luxemburgo (c)	2.454.044	184.132	5.336	–	(184.132)	(100.101)	694.903	–	–	3.054.182
Vila do conde (d)	1.952	3.096	–	–	–	–	(2.581)	–	–	2.467
Cabotagem (a)	529.073	22.239	–	(25.563)	(10.398)	–	–	2.438	148.696	666.485
Resflir (b)	5.440	150	–	(6.943)	(164)	–	1.517	–	–	–
	2.990.509	209.617	5.336	(32.506)	(194.694)	(100.101)	693.839	2.438	148.696	3.723.134

Empresa	Saldo em 2018	Incorporação	Juros	Reversão / Custo Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Ajuste de conversão	Efeito Hedge	Varicação cambial	Saldo em 2019
HBSA – Holding	16.138	–	158	–	(15.833)	(293)	–	–	(170)	–
Luxemburgo (c)	2.354.139	–	140.876	5.079	–	(140.876)	94.826	–	–	2.454.044
Vila do conde (d)	1.209	2.823	–	–	–	(2.080)	–	–	–	1.952
Miritituba	1.363	(1.363)	–	–	–	–	–	–	–	–
Navegação	1.460	(1.460)	–	–	–	–	–	–	–	–
Cabotagem (a)	549.481	–	17.599	–	(41.012)	(18.062)	–	21.067	–	529.073
Resflir (b)	17.356	–	540	–	(12.288)	(600)	432	–	–	5.440
	2.941.146	–	159.173	5.079	(69.133)	(161.911)	95.258	21.067	(170)	2.990.509

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos: a) Em 23/12/2016, a Companhia assumiu através da sua controlada indireta HB Cabotagem, em negociação com a Log-In, o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito com o BNDES, no valor total de US$ 144.644 mil dólares americanos que são equivalentes a R$ 491.601, referente a aquisição de dois navios graneleiros, cujos pagamentos ocorrerão mensalmente com a liquidação final prevista para 10/03/2033. Estão dados em garantia os ativos adquiridos Tucunaré e Tambaqui. Em 15/05/2017 a controlada Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. contratou uma linha de Finame com repasse pelo Banco Safra, para a compra de pás carregadoras, no montante total de USD588 mil (equivalente a R$ 1.823). A companhia pré-pagou esta dívida em 15/09/2020. b) Em 15/03/2017, a controlada indireta Resflir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R$15.449 (US$5.000 mil), com sua liquidação efetuada em 14/07/2020. c) Em 24/01/2018 a Companhia captou através de sua subsidiária em Luxemburgo um Bond no valor de US$600.000 mil, com vencimento em 24/01/2025. O valor contabilizado está líquido do custo de captação US$5.100 mil e será amortizado de acordo com a vigência do contrato. d) Em 23/03/2018 o montante de R$1.498.909 referente as dívidas do corredor norte e sul foram liquidadas com a emissão do Bond, sendo que os ativos financiados do corredor norte, dados em garantias à estas dívidas, estão em fase de liberação. Apesar da antecipação do pagamento das dívidas, houve cobrança de multas contratuais, multas sobre o pré-pagamento, taxas de anuência dos bancos, baixa do saldo de derivativos e outros custos adicionais, vide nota 24 (Resultado Financeiro). Em 22/03/2018 a Companhia captou, através de suas subsidiárias Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A. e Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A. (as duas últimas, posteriormente incorporadas pela Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.) NCEs (Nota de Crédito à Exportação) com o Banco Santander, no montante total de R$1.120.734, cuja nota possui pagamento de juros semestrais, vencimento em 21/01/2025 e incide juros conforme cronograma previsto em contrato. Garantias: Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidrovias do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias. O Bond tem aval das empresas Hidrovias do Brasil S.A., Hidrovías del Sur S.A., Cikelsol S.A., Pricolpar S.A., Hidrovias del Paraguay S.A., Girocantex S.A., Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., e Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. Cláusulas restritivas: A Companhia, através de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas a alguns financiamentos, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais. Além dessas, existem outras cláusulas não financeiras. A Controlada Cabotagem possui a seguinte cláusula: (i) manter o índice de capitalização maior ou igual a 25%. O índice de capitalização é dado pelo PL ajustado sobre ativo total. O PL ajustado é o PL excluindo as variações cambiais passivas e ativas, e (ii) manter o índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3. O ICSD é o Ebitda menos IR e CSLL e variação do capital de giro, excluindo caixa e dívida, sobre o serviço da dívida. Em 31 de dezembro 2020 as cláusulas da Controlada Cabotagem foram integralmente atingidas assim como em 31/12/2019. Já a Controlada Hidrovias International Finance possui o covenant financeiro ao Bond de Alavancagem ("dívida líquida sobre ebitda", excluindo os efeitos das subsidiarias não restritas), relacionado ao Bond, que deve ser menor de 4,5x até dezembro de 2019 e menor que 3,5x a partir de 2020, para que pagamentos de dividendos (exceto dividendos mínimos obrigatórios) e assunção de novas dívidas possam ser incorridas. Em 31/12/2020 o covenant financeiro da Controlada Hidrovias International Finance não foi atingido devido ao teto ser de 3,5x contra 7,1x realizado, decorrente do câmbio do período em 31/12/2020. A quebra do covenant não acelera o pagamento da dívida e não causa default. Contudo a Companhia não poderá levantar novas dívidas ou pagar dividendos extraordinários (acima do requisito mínimo). Apesar da mencionada quebra de covenant, a Companhia não espera impactos a curto e médio prazo em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro para cumprir suas obrigações. Recompra Bond: Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27/06/2018, a Companhia pode realizar recompras do Bond 2025 pontualmente quando a oportunidade for adequada e desde que não exceda o montante total de USD 50.000.000. Esse valor não configura uma oferta a mercado de recompra e possibilita uma oportunidade de liquidez a bondholders que eventualmente precisem de liquidez. Em decorrência da atual circunstância de mercado com a pandemia do corona vírus, o papel da Companhia teve seu preço reduzido no mercado secundário, o que possibilitou que a Companhia avaliasse possíveis recompras. Desta forma, dado que a Companhia possui uma liquidez robusta, até 31/12/2020, em decorrência da alta volatilidade do mercado, a Companhia realizou recompras no total de USD 24.850.000, que o principal da dívida neste mesmo montante. Vencimento das parcelas de

continua ...

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

longo prazo – consolidado: Em 31/12/2020 e 31/12/2019, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
13 a 24 meses	51.018	48.775
25 a 36 meses	53.608	42.099
37 a 48 meses	54.492	41.994
49 a 60 meses	3.110.445	41.994
A partir de 61 meses	267.617	2.643.372
Total	3.537.180	2.818.234

16. Obrigações sociais e trabalhistas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Provisão para bônus e gratificações	13.709	9.206	23.284	14.619
Férias e encargos	1.569	2.281	8.782	8.883
INSS a recolher	1.072	486	2.865	1.111
IRRF a recolher	1.137	508	2.873	1.026
FGTS a recolher	337	174	1.259	559
Outros	–	–	397	–
Total	17.824	12.655	39.460	26.198

17. Processos judiciais

Consolidado	2019	Adições	Baixas	2020
Trabalhista	5.884	4.320	(413)	9.791
Cível	–	3	–	3
	5.884	4.323	(413)	9.794

Consolidado	2018	Adições	Baixas	2019
Trabalhista	7.612	2.261	(3.989)	5.884
Cível	–	7.258	(7.258)	–
	7.612	9.519	(11.247)	5.884

Em 31/12/2020, a Companhia e suas controladas apresentaram o montante de R$ 9.794 (R$ 5.884 em 31/12/2019) referente a processos trabalhistas na controlada indireta HB Vila do Conde, tendo como objeto da ação lucros cessantes, danos morais e honorários advocatícios. Em 31/12/2020 a Companhia e suas controladas, no consolidado, possuiam 30 processos trabalhistas, 29 cíveis e 2 tributário avaliados como perda possível totalizando o valor de R$9.780, R$4.526 e R$ 32.130, respectivamente (R$4.140, R$2.860 e R$ 5.090 em 31/12/2019 relacionadas a processos trabalhistas, cíveis e tributário respectivamente). Em 31/12/2020 a Companhia e suas controladas, tiveram 12 processos trabalhistas baixados totalizando um montante de R$ 413. Em 31/12/2020 a Companhia e suas controladas, possuiam depósitos judiciais referentes a recolhimento de PIS e COFINS e ICMS de acordo com mandados de segurança, no valor de R$ 13.734 (R$ 11.756 em 31/12/2019) e R$ 27.040 e referentes à IR e INSS (R$ 0 em 31/12/2019) por ação que discute exigibilidade dos impostos no âmbito do exercício de opção relacionados a Stock Options. **18. Partes relacionadas –** Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31/12/2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$ 14.622 (R$ 12.673 em 31/12/2019), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R$ 14.184 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R$ 12.075 em 31/12/2019) e R$ 438 a benefícios de assistência médica (R$ 598 em 31/12/2019). Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia e sua controladas. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa:

Controladora	Ativos 2020	Ativos 2019	Passivos 2020	Passivos 2019
Créditos com a controladora				
Girocantex S.A. (a)	–	–	(734)	(504)
Hidrovias del Sur S.A. (b)	10.271	4.776	(509)	(391)
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. (h)	8.928	3.724	(6.104)	(169)
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (e)	–	114	(68)	(3)
Hidrovias do Brasil Adm Portuária Santos S.A.(f)	1.601	1.746	(36)	–
Hidrovias International Finance S.à.r.l	–	198	(46)	(47)
Dividendos	14.090	37.032	–	(363)
Mútuo (g)	–	–	(55.984)	–
Subtotal	34.890	47.590	(63.481)	(1.477)
Circulante	29.693	43.365	(63.481)	(1.477)
Não circulante	5.197	4.225	–	–

Consolidado	Ativos 2020	Ativos 2019	Passivos 2020	Passivos 2019
Créditos com Joint Venture				
Obrinel	3.820	–	–	–
Não circulante	3.820	–	–	–

Consolidado	2020	2019	2020	2019
Garantias e depósito caução (d)	8.253	6.401	–	–
BNDES (c)	–	–	666.484	529.072
Dividendos a pagar	237	2.834	–	–
Subtotal	8.490	9.235	666.484	529.072

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas (despesas):				
Variação cambial sobre depósito caução (d)	(1.852)	(255)	(1.852)	(255)
Variação cambial sobre mutuo	(973)	(349)	(973)	(349)
Subtotal	(2.825)	(604)	(2.825)	(604)
BNDES (c)	–	–	(22.291)	(17.599)
Subtotal	–	–	(22.291)	(17.599)
Total	(2.825)	(604)	(25.116)	(18.203)

(a) Referem-se a gastos reembolsáveis com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex no Brasil. (b) Refere-se aos juros com empréstimos com a controlada indireta Girocantex. (c) Refere-se aos juros com empréstimos com a controlada indireta Hidrovias do Brasil Cabotagem. (d) Conforme mencionado na Nota 8, referem-se a recursos financeiros concedidos para a Obrinel sem cobrança de juros, os quais serão liquidados após a comprovação de performance dos ativos e conclusão das instalações portuárias. Os resultados financeiros decorrentes de variação cambial são reconhecidos no resultado do período. (e) Refere-se a despesas operacionais com a controlada direta Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (f) Refere-se a gastos com projeto de administração da sua controlada Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. (g) Refere-se substancialmente a mútuo com a controlada indireta Hidrovias del Sur o montante de R$ 25.984 com prazo para liquidação até 31/12/2020, com cobrança de mora se houver atraso no pagamento e ao mútuo com a controladora indireta O contrato possui previsão de pagamento até 01 de fevereiro 2021. Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A. no montante de R$ 30.000 com prazo de 365 dias, a contar de 18/06/2020, com cobrança de mora se houver atraso no pagamento e sem previsão de juros contratuais. (h) Refere-se a despesas operacionais com a controlada direta Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A, não preveem prazo de liquidação nem correção monetária. **19. Capital social –** Em 31/12/2020, o capital social é de R$1.359.469 (R$1.307.683 em 31/12/2019), representado por 760.382.643 (748.610.665 em 31/12/2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31/12/2020 e em 31/12/2019 está detalhada a seguir:

Acionistas	2020 Ações ordinárias	%	2019 Ações ordinárias	%
Pátria Infraestrutura – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	153.484.062	20,2	347.736.034	46,5
Patria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	8.745.834	11,5	–	0,0
Sommerville Investments B.V.	63.517.842	8,4	136.149.027	18,2
GIC Private Limited	41.458.422	5,5	–	0,0
1505718 Alberta Ltd.	25.490.517	3,4	54.638.333	7,3
1505722 Alberta Ltd.	9.926.779	1,3	21.277.822	2,8
HBSA Co-Investimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	32.621.750	4,3	69.923.967	9,3
BTO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior	32.621.750	4,3	69.923.967	9,3
Outros	392.515.687	41,4	48.961.515	6,5
Total	760.382.643	100	748.610.665	100

(*) Nenhum outro grupo de acionistas possuem mais de 5% do capital da Companhia Aumentos de capital: Em 2019 a Companhia realizou uma redução de capital, transferindo para reserva de capital o montante de R$ 603. Em 01/09/2020 a Companhia realizou o aumento de capital de 11.771.978 novas ações ordinarias totalizando um aumento R$51.786. Em 25/09/2020, a Companhia realizou a sua oferta pública de distribuição secundária (IPO) de, inicialmente, 399.426.570 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido nos documentos do IPO). O preço foi de R$7,56 por ação ordinária. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código HBSA3. Reserva legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Reserva de incentivo fiscal: De acordo com o estatuto da Companhia foi registrado no patrimônio líquido o incentivo fiscal conforme descrito na nota explicativa 30. Dividendos: Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76. **20. Resultado por ação** – O resultado por ação diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31/12/2020 e 2019 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme quadro a seguir:

	2020	2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(105.545)	58.609
Média ponderada de ações básicas	752.513	748.611
(Prejuízo) lucro líquido do exercício por lote de mil ações básicas	(0,1403)	0,0783
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(105.545)	58.609
Média ponderada de ações básicas	752.513	748.611
Efeito diluitivo	4.721	6.006
Média ponderada de ações diluídas	757.234	754.616
(Prejuízo) lucro líquido do exercício por lote de mil ações diluídas	(0,1394)	0,0777

(*) O (prejuízo) lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta, o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

21. Programa de opção de compra de ações – Em 27/07/2016, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção dos mesmos. O Plano substituiu o Plano de Opção de Compra de Ações originalmente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07/12/2010. Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberam a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados. Em 18/10/2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou um aditamento ao Plano de Opção de Compra de Ações originalmente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/07/2016, a fim de promover alterações nas regras de preço de exercício, no cálculo de correção do preço de exercício e outras modificações. A outorga desses programas ocorreu em fevereiro de 2019. A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas em seu Patrimônio Líquido, com contrapartida no resultado do exercício. O reconhecimento se deu proporcionalmente às vigências dos respectivos períodos de vesting (carência) dos lotes outorgados, registrando o montante acumulado de R$29.775 (R$12.726 em 2019). A despesa reconhecida no resultado do exercício foi de R$17.050 (R$3.591 em 2019). Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga (data de concessão) com base no modelo "Black-Scholes" de precificação de opções. Como premissas de cálculo dos programas de 2017, 2018 e 2019, foram utilizadas as seguintes definições. • Preço médio ponderado da ação na data de outorga: R$ 4,70: • Preço de Exercício das opções: Definido em função do programa (ver tabela a seguir). • Volatilidade esperada: 35,35%, A volatilidade esperada foi calculada por meio do desvio padrão da média dos retornos diários.das ações de um grupo de empresas comparáveis. Este grupo inclui a Rumo, Taesa, Alupar, Isa CTEEP, Kirby, SITC, Pacific Basin e Evergreen Marine. O histórico de pregões utilizados é similar ao prazo de vencimento das opções. • Prazo de vida da opção: 5 anos, segundo prazo contratualmente definido. • Dividendos esperados: não é necessário incluir o efeito dos dividendos, uma vez que a distribuição de dividendos reduz o preço de exercício das opções. • Inflação esperada: para o cálculo da correção do preço de exercício foi utilizada uma estimativa de inflação de 4,2% a.a. com base no NTNB com vencimento próximo ao prazo de vencimento da opção. • Taxa de juros livre de risco: foi estimada taxa de 8,31% com base na projeção da curva DI para a data de vencimento das opções. Em 31/08/2020, foi aprovado em Assembleia Geral da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Hidrovias do Brasil S.A. ("ILP"). Caberá ao Conselho de Administração a autorização para outorgar Ações Restritas em favor dos participantes, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. A outorga de ações Restritas deverá ser realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os participantes. Em 01/09/2020 foram subscritas 11.771.978 novas ações ordinárias, através da integralização do valor de R$ 51.786. As opções foram exercidas a um Preço Médio de Exercício de R$ 4,40, representando um total de 41% das ações "vestidas" até o momento, que são parte integrante dos planos outorgados que detalhamos abaixo:

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R$) (*)	Outorgadas	Cancelada/ expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R$) (**)
2010/1ª	07/12/2011	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,13
2010/1ª	07/12/2012	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,27
2010/1ª	07/12/2013	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,43
2010/1ª	07/12/2014	31/03/2024	1,00	500.000	–	259.500	240.500	1,61
		Total Plano de 2010		2.000.000	–	1.038.000	962.000	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (*)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2011/1ª	10/05/2012	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,17
2011/1ª	10/05/2013	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,31
2011/1ª	10/05/2014	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,47
2011/1ª	10/05/2015	31/03/2024	1,00	25.000	–	12.975	12.025	1,65
		Total Plano de 2011		100.000	–	51.900	48.100	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (*)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2012/1ª	26/05/2013	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.593	131.157	1,37
2012/1ª	26/05/2014	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.593	131.157	1,54
2012/1ª	26/05/2015	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.594	131.156	1,73
2012/1ª	26/05/2016	31/03/2024	1,14	338.750	157.500	82.595	98.655	1,93
2012/2ª	10/08/2013	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	1,56
2012/2ª	10/08/2014	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	1,75
2012/2ª	10/08/2015	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	1,98
2012/2ª	10/08/2016	31/03/2024	1,28	100.000	–	60.000	40.000	2,23
		Total Plano de 2012		1.755.000	532.500	570.375	652.125	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (*)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2013/1ª	31/03/2014	31/03/2024	1,41	275.234	30.090	93.460	151.684	1,77
2013/1ª	31/03/2015	31/03/2024	1,41	275.234	30.090	93.460	151.684	2,01
2013/1ª	31/03/2016	31/03/2024	1,41	275.233	35.400	93.460	146.373	2,25
2013/1ª	31/03/2017	31/03/2024	1,41	275.233	76.110	93.360	105.763	2,54
		Total Plano de 2013		1.100.934	171.690	373.740	555.504	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (*)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2014/1ª	31/03/2015	31/03/2024	1,68	555.750		219.034	336.716	2,20
2014/1ª	31/03/2016	31/03/2024	1,68	555.750	4.500	219.034	332.216	2,47
2014/1ª	31/03/2017	31/03/2024	1,68	555.750	58.500	218.884	278.366	2,80
2014/1ª	31/03/2018	31/03/2024	1,68	555.750	58.500	218.884	278.366	3,15
		Total Plano de 2014		2.223.000	121.500	875.836	1.225.664	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (*)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2016 A/1ª	27/07/2016	31/03/2024	3,64	889.295	–	386.076	503.219	0,00
2016 A/1ª	31/03/2017	31/03/2024	3,64	889.295	78.642	385.976	424.677	0,93
2016 A/1ª	31/03/2018	31/03/2024	3,64	889.295	78.642	385.976	424.677	1,06
2016 A/1ª	31/03/2019	31/03/2024	3,64	889.295	134.520	382.993	371.782	1,14
		Total Plano de 2016 A		3.557.180	291.804	1.541.021	1.724.355	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (*)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2016 B/1ª	31/03/2017	31/03/2024	3,48	720.330	55.675	305.281	359.374	1,06
2016 B/1ª	31/03/2018	31/03/2024	3,48	720.330	55.675	305.281	359.374	1,17
2016 B/1ª	31/03/2019	31/03/2024	3,48	720.330	86.206	304.420	329.704	1,24
2016 B/1ª	31/03/2020	31/03/2024	3,48	720.330	122.125	292.370	305.835	1,30
		Total Plano de 2016 B		2.881.320	319.681	1.207.352	1.354.287	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (***)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2017	31/03/2018	31/03/2024	3,62	793.750	–	380.751	412.999	1,66
2017	31/03/2019	31/03/2024	3,62	793.750	–	380.751	412.999	1,66
2017	31/03/2020	31/03/2024	3,62	793.750	56.250	359.815	377.685	1,66
2017	31/03/2021	31/03/2024	3,62	793.750	56.250		737.500	1,66
		Total Plano de 2017		3.175.000	112.500	1.121.317	1.941.183	
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (***)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2018	01/02/2019	31/03/2024	4,70	1.400.000	–	712.781	687.219	1,33
2018	01/02/2020	31/03/2024	4,70	1.400.000	62.500	687.781	649.719	1,33
2018	50% Mediante evento de liquidez	31/03/2024	4,70	2.800.000	125.000	1.375.563	1.299.437	1,33
		Total Plano de 2018		5.600.000	187.500	2.776.125	2.636.375	1,33
Plano/Programa	**"Vesting"**	**Data limite para exercício**	**Preço exercício (em R$) (***)**	**Outorgadas**	**Cancelada/ expiradas**	**Exercidas em 01/09/2020**	**Em aberto**	**Valor justo (em R$) (**)**
2019	13/02/2020	31/03/2024	4,70	1.500.000	–	738.770	761.230	1,37
2019	13/02/2021	31/03/2024	4,70	1.500.000	–		1.500.000	1,37
2019	50% Mediante evento de liquidez	31/03/2024	4,70	3.000.000	–	1.477.542	1.522.458	1,37
		Total Plano de 2019		6.000.000	–	2.216.312	3.783.688	1,37
			Total	28.392.434	1.737.175	11.771.978	14.883.281	

(*) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano. (**) Valor justo na data da outorga. (***) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA. Plano atual aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia com data limite de exercício em 31/03/2024.

22. Compromissos e garantias – Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volume e taxas fixas de frete. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo com os seguintes clientes: 1. VALE, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de maio de 2014. 2. SODRU, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de março de 2014. 3. SODRU, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de fevereiro de 2017 (estendido para 2029). 4. COFCO, no Corredor Sul, com validade inicial de 5 anos a partir de fevereiro de 2014, estendido para dezembro de 2024. 5. COFCO, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031). 6. ALUNORTE, no Corredor Norte, com validade de 25 anos a partir de 2010 (adquirido em 2016). 7. FERTILIZANTES TOCANTINS, no Corredor Norte, com validade de 3 anos a partir de 2019. 8. SALINOR, no Corredor Norte, com validade de 20 anos a partir do início da operação prevista para iniciar em 2021. Em 17/09/2018, a antiga HB Navegação Norte hoje incorporada na controlada indireta HB Vila do Conde, firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Don Antonio e HB Draco, de propriedade respetivamente das controladas indiretas Pricolpar S.A. Cikelsol S.A., pelo prazo de 64 meses, contados a partir do dia 11/02/2019. A HB Navegação Norte e HB Miritituba foram incorporadas em 01/01/2019 pela HB Vila do Conde. A empresa e suas controladas possuem fianças referentes a garantias junto a órgãos reguladores, manutenção e docagem de alguns ativos e para outras atividades operacionais registradas em instituições financeiras que a empresa e suas controladas possuem relacionamento.

23. Receita operacional líquida

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Corredor Sul (a):		
Serviços de transporte	484.208	378.027
Corredor Norte:		
Serviços de elevação	183.304	122.123
Serviços de transbordo	64.827	42.344
Serviços de transporte	608.373	250.589
Serviços de intermediação	27.452	39.541
Cabotagem:		
Serviços de cabotagem	239.220	178.068
Santos:		
Serviços de elevação	46.589	–
Subtotal	1.169.765	632.665
Total da receita bruta	1.653.973	1.010.692
ISS	(16.224)	(10.725)
PIS	(5.904)	(5.658)
COFINS	(27.259)	(20.886)
ICMS	(3.390)	(8.742)
Subtotal dos impostos	(52.777)	(46.011)
Hedge Accounting	(139.093)	(26.736)
Total da receita líquida	1.462.103	937.945

A receita com Take or Pay totalizou R$ 334.622 em 31/12/2020, sendo R$ 70.628 Cabotagem e R$ 263.994 Corredor Sul (R$ 175.168 em 31/12/2019, sendo R$21.226 Corredor Norte, R$ 16.229 Cabotagem e R$ 137.713 Corredor Sul), vide maiores detalhes na nota explicativa nº 29. Conforme mencionado anteriormente na nota explicativa nº 6.1, existe uma certa concentração das receitas operacionais, sendo assim distribuídas como: i) Cliente A 20,8% (21,8% em 31/12/2019; ii) B 18,3% (21,6% em 31/12/2019, iii) C 10,4% (15,5% em 31/12/2019) iv) D 9,1% (5,7% em 31/12/2019) e representam em sua totalidade aproximadamente 58,6% da receita líquida total (61,3% em 31/12/2019). Nenhum outro cliente representa mais de 10% da receita líquida consolidada. **24. Custos e despesas por natureza – 24.1. Custos de serviços prestados e despesas gerais e administrativas**

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Salários, encargos e benefícios (**)	(69.509)	(37.642)	(233.688)	(154.964)
Depreciações e amortizações	(7.422)	(8.234)	(223.755)	(184.513)
Manutenção	(50)	–	(42.147)	(34.579)
Combustível	–	–	(123.259)	(112.432)
Serviços de terceiros (***)	(28.489)	(23.967)	(75.291)	(48.422)
Aluguéis	(225)	(191)	(39.923)	(29.502)
Fretes (*)	–	(10)	(352.572)	(37.477)
Viagens e Passagens	(1.045)	(3.225)	(6.517)	(8.975)
Amarradeiro	–	–	(25.255)	(21.147)
Copa e cozinha	(15)	(128)	(6.561)	(5.923)
Agenciadores	–	–	(14.133)	(17.409)
Operacionais e segurança	–	–	(16.417)	(17.135)
Taxas diversas	(916)	(430)	(8.793)	(1.484)
Materiais operacionais	(66)	(117)	(171)	(239)
Processos judiciais	(22)	–	(8.401)	1.728
Pilotagem exterior	–	–	(27.991)	(17.082)
Provisão para risco de créditos	–	–	(2.750)	–
Outras (despesas) receitas	(1.489)	(2.797)	(80.326)	(23.429)
Total	(109.248)	(76.741)	(1.287.950)	(712.984)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	–	–	(1.089.606)	(625.770)
Gerais e administrativas	(109.248)	(76.741)	(198.344)	(87.214)
Total	(109.248)	(76.741)	(1.287.950)	(712.984)

(*) Refere-se a contratação de serviços de frete rodoviário como parte da solução Multimodal (OTM), essa modalidade contempla a origem das cargas até seu destino final através dos modais Rodoviário e Aquaviário. (**) O crescimento exponencial dos volumes transacionados pela Companhia, bem como sua entrada no mercado de capitais na B3, acabaram por puxar um ajuste no quadro de funcionários para o ano. (***) Na rúbrica de serviço de terceiro destacamos o valor de R$ 24.009 mil que refere-se a gastos com o processo de IPO da Companhia no exercício de 2020.

24.2. Outras Despesas/Receitas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Créditos extemporâneos de PIS/COFINS	–	–	6.468	21.134
AFRMM (a)	–	–	15.336	15.623
Varredura (b)	–	–	13.700	9.670
Outros	–	(77)	(1.634)	–
Total	–	(77)	33.870	46.427

(a) O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor, veja mais detalhes na nota explicativa 30. (b) Receita de varredura decorrente da operação nos terminais portuários.

25. Resultado financeiro	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas:				
Rendas de aplicações financeiras	264	2.922	7.879	18.616
(-) Pis e Cofins s/ Receita Financeira	(90)	(136)	(250)	(425)
Atualizações monetárias e cambiais	–	1.507	–	–
Ganhos com investimentos (*)	–	999	36.862	13.830
Outras	2.152	5	9.930	1.409
Total	2.326	5.297	54.421	33.430
Despesas:				
Juros s/ empréstimos	–	(158)	(209.617)	(162.203)
Mora	(2)	(10)	(391)	(95)
Custo de captação	(203)	(3)	(5.336)	(5.189)
Atualizações monetárias e cambiais	(715)	–	(88.502)	(5.574)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(415)	(437)	(1.601)	(872)
Perdas com investimentos (*)	(1.238)	(1.341)	–	–
Outras	(460)	(262)	–	(29.704)
	(3.033)	(2.211)	(305.447)	(203.637)
Resultado financeiro líquido	(707)	3.086	(251.026)	(170.207)

(*) Ganhos ou perdas relacionados a fundos de investimentos expostos à variacao do Dólar Americano.

26. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota nominal de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota nominal de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. que, em se apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização. Para o ano calendário 2020, a Companhia optou pela apuração do Lucro Real através da metodologia Anual, conforme apresentado nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais encaminhadas à Receita Federal do Brasil, por este motivo no quadro a seguir são apresentadas as demonstrações dos cálculos do IRPJ e CSLL referente à consolidação dos nove primeiros meses do ano calendário em questão.

em R$ mil	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
(Prejuízo) Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(95.232)	74.573	(48.365)	94.476
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	32.379	(25.355)	16.444	(32.122)
Ajustes Permanentes:				
Equivalência patrimonial	5.006	50.424	(1.823)	(2.279)
Lucros no exterior	(51.380)	(45.990)	(27.566)	–
Despesas Indedutíveis	(9.365)	(1.573)	(11.472)	(2.868)
Outros Ajustes:				
Subvenção Governamental	–	–	11.019	9.112
Compensação de prejuízo fiscais de anos anteriores	–	7.130	–	7.130
Imposto diferido sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos	–	(935)	(49.597)	(958)
Diferença sobre alíquota na mensuração de impostos diferidos	–	–	(8.318)	(6.501)
Imposto diferido reconhecido de períodos anteriores	12.090	–	12.312	(7.923)
Programa de alimentação do trabalhador	202	135	1.061	342
Doações Incentivadas	–	200	–	200
Programa de licença maternidade	–	–	5	–
Impostos Pagos no Exterior	755	–	755	–
IRPJ e Contribuição Social	(10.313)	(15.964)	(57.180)	(35.867)
Impostos Correntes	(18.856)	(15.964)	(68.291)	(40.474)
Impostos Diferidos	8.543	–	11.111	4.607
	(10.313)	(15.964)	(57.180)	(35.867)
Alíquota Efetiva	(10,8%)	21,4%	(118,2%)	38,0%

A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda e contribuição social, no passivo, estão adequadas quanto ao período objeto desta demonstração financeira, na avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das legislações tributárias e experiências passadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos em 2020 sobre os saldos acumulados de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, até 31/12/2020, para as empresas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. e Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda., sendo estas controladas desta Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, à alíquota de 6,25% de IRPJ (redução de 75%) e 9% de CSLL totalizando uma alíquota nominal de 15,25%, baseando-se no lucro da exploração que é um incentivo fiscal da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, pleiteado pela empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. e, para a empresa Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. é reconhecido à alíquota de 25% de IRPJ e 9% de CSLL totalizando 34%, alinhados com a legislação vigente. A rubrica de Variação Cambial é apresentada como consequência da adoção da tributação das variações cambiais pela metodologia de caixa, ao qual o efeito de tais ajustes, no LALUR/LACS, é o reconhecimento de ativo diferido nas controladas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. e Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. A controlada Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. também apresenta passivo diferido constituído sobre um dano patrimonial recebido em 2018. Parte dos Impostos Diferidos, no montante de R$ 91.032 mil, foram reconhecidos no Patrimônio Líquido, pois suas controladas possuem instrumento financeiro não derivativo, pela qual a parcela correspondente do IRPJ e CSLL diferidos é contabilizada em Outros Resultados Abrangentes. Para as demais empresas do grupo, a Companhia entende que, neste momento, as empresas do grupo ao qual detém Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL, bem como os ajustes temporários, ainda não possuem histórico de compensações tributárias, fazendo com que ainda não seja possível o reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados mensalmente, sendo movimentados conforme suas respectivas compensações ou caso sua realização não seja mais provável.

Em R$ mil	Consolidado 2020 Valor Líquido	Consolidado 2020 Ativo Fiscal Diferido	Consolidado 2020 Passivo Fiscal Diferido	Consolidado 2019 Valor Líquido
Provisão bônus	5.691	5.691	–	671
Provisão fornecedores	548	548	–	185
Provisão combustível	329	329	–	1.443
Outras provisões	1.179	1.179	–	914
Outras provisões operacionais	4.896	4.896	–	4.335
Contingências trabalhistas	1.493	1.493	–	897
Contingências judicial	–	–	–	–
Pis – Exigibilidade Suspensa	242	242	–	–
Cofins – Exigibilidade Suspensa	1.300	1.300	–	–
Perda na Renda Variável	537	537	–	–
Prejuízo fiscal	190	190	–	10.176
Variação cambial	173.971	173.971	–	71.845
Leasing Financeiro	272	272	–	–
Dano patrimonial	(41.786)	–	(41.786)	(43.748)
Impostos Ativos (passivos) antes da compensação	148.862	190.648	(41.786)	46.718
Compensação de Imposto		(41.786)	41.786	
Saldos Líquidos Apresentados no Ativo/Passivo		148.862	–	

A movimentação, no período, do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

Em R$ mil	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Saldo Inicial	46.718	29.767
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	11.111	4.607
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	91.033	12.344
Saldo Final	148.862	46.718

A Companhia estima realizar os saldos de ativos fiscais diferidos, conforme os períodos abaixo demonstrados, sendo no 1º ano serão realizadas as provisões e prejuízos fiscais e, do 5º ao 7º ano serão realizados os saldos de variação cambial oriunda do empréstimo que será liquidado neste período, conforme quadro demonstrativo:

	Consolidado
Até 1 Ano	14.326
De 1 a 2 Anos	537
De 2 a 3 Anos	1.814
De 5 a 10 Anos	173.971
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	190.648

27. Instrumentos financeiros – 27.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados exceto para empréstimos e financiamentos, conforme segue:

		Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativos					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	87.728	4.625	816.044	913.972
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.441	9.179	214.848	45.166
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	–	–	14.952	15.383
Garantia e depósito caução	Nível 2	9.100	6.704	9.491	6.704
Contas a receber	Nível 2	–	–	154.252	82.350
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	20.800	10.558	3.820	–
Dividendos	Nível 2	14.090	37.032	–	–
Passivos					
Passivo pelo custo amortizado:					
Fornecedores	Nível 2	9.229	3.018	68.506	49.945
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	63.481	1.114	74.486	21.971
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	–	–	3.723.134	2.990.509
Dividendos a pagar	Nível 2	–	363	237	2.834

Nota: A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis) **27.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, segregados entre ativos classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, e passivos classificados por meio do custo amortizado. São substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31/12/2020, exceto para empréstimos e financiamentos que possuem hedge accounting e estão apresentados a seguir.

Ativos		Valor Justo 2020	Valor Justo 2019	Valor Contábil 2020	Valor Contábil 2019
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	214.848	45.166	214.848	45.166
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	816.044	913.972	816.044	913.972
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	14.952	15.383	14.952	15.383
Garantia e depósito caução	Nível 2	9.491	6.704	9.491	6.704
Contas a receber	Nível 2	154.252	82.350	154.252	82.350
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	3.820	–	–	–
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	68.506	49.945	68.506	49.945
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	3.891.633	3.096.401	3.723.134	2.990.509
Dividendos a pagar	Nível 2	237	2.834	237	2.834

27.3. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia e suas controladas. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. **27.4. Gerenciamento de riscos –** Gerenciamento de risco financeiro: *Visão geral:* Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia e suas controladas tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxas de câmbio; • Atividade de Hedge; • Risco de taxa de juros; A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Estrutura de gerenciamento de risco: *Risco de crédito:* É o risco de a Companhia e suas controladas, conforme nota explicativa 22, sofrerem perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A companhia esta exposta principalmente em atividades operacionais (com recebíveis de clientes) e atividades de investimento (através das aplicações financeiras). Conforme mencionado em nota explicativa nº 6 a Companhia após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão e as aplicações financeiras são direcionadas pela Tesouraria da companhia de acordo com a Política estabelecida afim de reduzir o risco financeiro da empresa. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Quanto aos Instrumentos Financeiros, a Companhia esta exposta principalmente em Caixa e Equivalentes de Caixa e Titulos e Valores Mobiliarios e portanto restringe a exposição à Instituições Financeiras de primeira linha, com classificação "investment grade" pelas agencias de risco amplamente aceitas no mercado além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das informações intermediárias contábeis são:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.441	9.179	214.848	45.166
Contas a receber	–	–	154.252	82.350
Títulos e valores mobiliários	87.728	4.625	816.044	913.972
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	14.952	15.383
Créditos com partes relacionadas	20.800	10.558	3.820	–
Garantia e depósito caução	9.100	6.704	9.491	6.704
Dividendos a receber	14.090	37.032	–	–
Total	133.159	68.098	1.213.407	1.063.575

Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa (Caixa e Equivalentes de Caixa e Titulos e Valores Mobiliarios) para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas possuem as respectivas obrigações:

Risco de Liquidez	Consolidado 2020 Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores (Nota 14)	68.506	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (*)	266.743	253.599	255.263	3.740.081

(*) O valor possui juros contratuais conforme abertura da nota 15. *Risco de taxas de câmbio:* Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas. As transações que sofrem oscilações são a parcela do Bond destinada a operação do corredor norte e as operações e financiamento da HB Cabotagem. A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem. Conforme determinado pelo IFRS 9 (equivalente ao CPC 48), o objetivo da contabilização de hedge é representar nas demonstrações financeiras, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Essa abordagem destina-se a transmitir o contexto de instrumentos de hedge para os quais deve ser aplicada a contabilização de hedge para permitir a compreensão de seus fins e efeitos. **Hedge Accounting Bond:** • Estruturação da operação de Hedge accounting. Para estruturar a operação, a Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de fretamento marítimo na modalidade Take or Pay, fixado em dólar norte-americano, originado por sua controlada indireta Girocantex. A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente da emissão de Bonds no valor de US$ 600.000 mil com remuneração semestral de 5,95% a.a. e prazo de vencimento de 7 anos partir de 02/05/2018, através de sua controlada direta Hidrovias International. A Companhia realizou recompras no total de USD 24.850 mil , que reduzem sua dívida bruta neste mesmo montante. Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas decorrentes da emissão dos Bonds estão expostas a risco de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará parte do valor do principal do Bond emitido em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável. • Objetivo e estratégia da gestão de risco; As receitas futuras previstas e altamente prováveis, provenientes da operação de Take or Pay da Girocantex expõe a Companhia a riscos de mercado que envolvem flutuações na taxa de câmbio Real (BRL) contra Dólar norte-americano (USD), uma vez que a moeda funcional da Companhia é o Real (BRL). A Política de Gestão de Riscos Financeiros, permite a estruturação de hedge accounting, com a utilização de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos com o objetivo de minimizar os efeitos das oscilações do USD no resultado da Companhia. Com o objetivo de atender a Estratégia de Risco, a Administração decidiu designar como instrumento de hedge, parte do valor do principal da dívida em moeda estrangeira (Bond) com o objetivo de se proteger contraparte das variações cambiais em USD provenientes de seu contrato de Take or Pay na Girocantex. • Relação de hedge; A Companhia adotará o hedge de fluxo de caixa, conforme definido no IFRS 9 tendo como natureza do risco protegido a variação cambial. • Natureza do risco protegido; Risco da variação de moeda estrangeira: variabilidade das taxas de câmbio das receitas previstas em dólar norte-americano, referente ao contrato de Take or Pay da Girocantex. • Identificação do objeto (ítem) de hedge; Risco de variação cambial de parte das receitas previstas em moeda estrangeira (mínimos 25% da receita trimestral), referente ao contrato de Take or Pay da Girocantex, por um período de 7 anos com início em 02/05/2018. • Identificação do instrumento de hedge; O instrumento de hedge, é uma parte do valor principal do Bond emitido, com as seguintes características:

Tipo	**Bond**
Data início contrato	24/01/2018
Data de vencimento	24/01/2025
Montante designado em USD	244.520.320
Paridade Inicial USD x REAIS	3,5424
Data Início do hedge	02/05/2018

• Efetividade da relação de hedge: Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos: O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido. O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio acarreta no aumento da dívida representado pelo Bond, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita. **Hedge Accounting Cabotagem:** • Estruturação da operação de Hedge accounting; Para estruturar a operação, a Empresa definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de prestação de serviços, fixado em dólar norte-americano, junto a Alunorte. A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira no valor de US$ 124.213.858 com prazo de vencimento de 13 anos. Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas estão expostas a riscos de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará o valor do principal do empréstimo em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável. • Estratégia de gerenciamento de risco; A HB cabotagem tem como estratégia proteger uma porção de sua receita prevista em moeda estrangeira dos riscos de flutuação de câmbio. • Objetivos de gerenciamento de risco; A HB Cabotagem tem como objetivo proteger o risco de variação cambial de no mínimo 6% do fluxo de recebimento, proveniente do contrato de prestação de serviço junto a Alunorte. Os fluxos de recebimento protegidos têm início em 02/04/2018, e previsão de termino em fevereiro de 2033. A empresa utilizará o valor principal do empréstimo em moeda estrangeira, contraído junto ao BNDES como instrumento de proteção das receitas previstas. O instrumento de hedge, é o valor principal da dívida em moeda estrangeira contraída junto ao BNDES, com as seguintes características:

Tipo	**Dívida em moeda estrangeira (*)**
Data início contrato	23/12/2016
Data de vencimento	15/03/2033
Montante USD	142.807.564
Paridade Inicial USD x REAIS	3,3104
Data Início do hedge	02/04/2018

(*) contratada junto ao BNDES. • Efetividade da relação de hedge; Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos: O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido. O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio acarreta no aumento da dívida representado pelo empréstimo, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

Hedge Accounting Bond

Objeto de hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Valor Principal em US$	Valor do Instrumento de Proteção
Variação cambial de p arte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais – USD	02/05/2018 a 02/05/2025	244.520.320	244.520.320

Expectativa de realização

2018	2019	2020	2021	2022 a 2025	Total
24.150.155	36.225.233	36.225.233	36.225.233	111.694.466	244.520.320

	2019	2020
Variação Cambial – Resultado	204.003	285.110
Variação Cambial – PL	257.896	543.006

Hedge Accounting Cabotagem

Objeto de hedge	**Risco Protegido**	**Período de Proteção**	**Valor Principal em US$**	**Valor do Instrumento de Proteção**
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais – USD	02/04/2018 a 02/2033	142.807.564	142.807.564

Expectativa de realização

2018	2019	2020	2021	2022 a 2033	Total
3.129.018	10.261.948	5.202.740	10.692.544	113.521.314	142.807.564

	2019	2020
Variação Cambial – Resultado	20.756	149.147
Variação Cambial – PL	23.489	172.636

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxa de juros:

Risco de Taxa de Juros	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.441	9.179	214.848	45.166
Títulos e valores mobiliários	87.728	4.625	816.044	913.972
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	14.952	15.383
Empréstimos e financiamentos	–	–	3.723.134	2.990.509

As taxas de juros estão divulgadas nas notas explicativas 5 e 15. Análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. V*ariação das taxas de juros e taxas de câmbio:* Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31/12/2020 e 31/12/2019, foram definidos três cenários diferentes. A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram redução de 25% e 50% respectivamente, na variável de risco considerada. A data-base utilizada da carteira foi 31/12/2020 e 31/12/2019, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário. As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

Variação das Taxas de Juros

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa	Taxa Estimada: Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Saldo em 2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Títulos e valores mobiliários	CDI	1,90%	1,90%	1,61%	1,07%	46.896	117	(135)	(387)
Títulos e valores mobiliários	Tesouro Americano	0,08%	0,08%	0,06%	0,04%	423.064	–	(85)	(169)
Títulos e valores mobiliários	Variação Cambial – Ptax 800	5,1967	5,0900	3,8175	2,5450	346.083	(7.106)	(91.850)	(176.595)
Aplicação financeira vinculada	Selic	1,90%	2,15%	1,61%	1,07%	14.953	38	(43)	(123)
Total						830.996	(6.951)	(92.113)	(177.274)

Variação cambial: Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31/12/2020 e 31/12/2019, foram definidos 3 cenários diferentes, classificados como provável, possível e remoto. As variáveis consideradas estão descritas na tabela abaixo, seguida da sensibilidade. O cenário I considera as taxas de câmbio futuros observadas na data base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram aumento de 25% e 50% respectivamente, na variável de risco considerada.

	Risco	Taxa	Taxa Estimada: Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Saldo em 2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimo – Financiamento de Projetos	USD	5,1967	5,0900	6,3625	7,6350	666.485	13.684	(149.516)	(312.716)
Empréstimo – Bond	USD	5,1967	5,0900	6,3625	7,6350	3.054.182	62.709	(685.159)	(1.433.027)
Nota de Crédito de Exportação	USD	5,1967	5,0900	6,3625	7,6350	2.467	51	(553)	(1.158)
Total		–	–	–	–	3.723.134	76.444	(835.228)	(1.746.901)

27.5. Gestão de capital – A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida líquida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31/12/2020 e em 31/12/2019 é apresentada a seguir:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Total dos passivos circulante e não circulante	(131.015)	(46.329)	(4.195.533)	(3.174.094)
Caixa e equivalentes de caixa	1.441	9.179	214.848	45.166
Títulos e valores mobiliários	87.728	4.625	816.044	913.972
Aplicação financeira vinculada	–	–	14.952	15.383
(Insuficiência) sobra líquida de caixa	(41.846)	(32.525)	(3.149.689)	(2.199.573)
Patrimônio líquido	1.526.992	1.543.571	1.526.992	1.543.571
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobra líquida de caixa	(3649%)	(4746%)	(48%)	(70%)

28. Seguros – A Companhia e suas controladas mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcaças e, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro 2020 e de 31/12/2019 é como segue:

	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Riscos Operacionais		
Operador portuário	1.007.615	842.615
Risco de engenharia	160.183	–
Riscos de obras	30.000	–
Casco/máquinas e responsabilidade civil (embarcações a casco nu)	888.371	833.533
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamentos	6.600	3.200
	2.092.769	1.679.348

29. Informação por segmento – A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio, o corredor norte contempla as operações de HB Vila do Conde, HB Santos, HB Cabotagem e HB Intermediação, o corredor sul contempla HB Hidrovias del Sur e suas subsidiárias e o outros, contempla a controladora Hidrovias do Brasil e HB Luxemburgo.

	Corredor Norte 2020	Corredor Sul 2020	Cabotagem 2020	Santos 2020	Outros 2020	Eliminações 2020	Consolidado 2020
Receita líquida de serviços	856.166	484.208	223.395	39.761	–	–	1.603.530
Intercompany	1.972	10.932	–	–	–	(15.238)	(2.334)
Dedução – Hedge Accounting	–	(130.326)	(8.767)	–	–	–	(139.093)
Custo dos serviços prestados	(563.398)	(208.804)	(93.593)	(31.021)	–	–	(896.816)
Intercompany	(15.238)	–	–	–	–	15.238	
Despesas operacionais	(31.326)	(26.932)	(5.931)	(931)	(102.259)	–	(167.379)
Depreciação e amortização (custo)	(80.528)	(78.425)	(29.558)	(3.862)	(417)	–	(192.790)
Depreciação e amortização (despesa)	(7.521)	(5.755)	(4.207)	(6.942)	(6.540)	–	(30.965)
Outras despesas	17.988	93	15.786	3	–	–	33.870
Receita financeira	39.656	3.483	1.924	467	8.891	–	54.421
Despesa financeira	(155.089)	(108.564)	(25.146)	(12.936)	(3.712)	–	(305.447)
Equivalência patrimonial	909	(5.362)	–	–	14.723	(15.632)	(5.362)
Imposto de renda	(26.369)	–	(19.748)	–	(11.063)	–	(57.180)
Lucro (Prejuízo) do exercício	37.222	(65.452)	54.155	(15.461)	(100.377)	(15.632)	(105.545)

continua ...

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

	Corredor Norte 2019	Corredor Sul 2019	Cabotagem 2019	Santos 2019	Outros 2019	Eliminações 2019	Consolidado 2019
Receita líquida de serviços	424.995	378.703	161.659	–	–		965.357
Intercompany	3.210	8.805	–			(12.691)	(676)
Receita – Hedge Accounting		(20.399)	(6.337)				(26.736)
Custo dos serviços prestados	(234.701)	(129.591)	(94.886)	–	81		(459.097)
Intercompany	(3.210)	(8.805)		–		12.691	676
Despesas operacionais	4.945	(6.022)	108	–	(69.082)	–	(70.051)
Depreciação e amortização	(81.046)	(57.565)	(37.667)	–	(8.234)	–	(184.512)
Depreciação e amortização (custo)	(79.405)	(54.184)	(33.460)	–	(300)	–	(167.349)
Depreciação e amortização (despesa)	(1.641)	(3.381)	(4.207)	–	(7.934)	–	(17.163)
Outras Despesas	22.441	659	23.404	–	(77)		46.427
Receita financeira	39.852	5.493	2.222	–	(14.137)		33.430
Despesa financeira	(112.952)	(60.781)	(39.330)	–	9.426		(203.637)
Equivalência patrimonial	–	(6.705)	–	–	148.305	(148.305)	(6.705)
Imposto de renda	(24.781)	–	4.878	–	(15.964)	–	(35.867)
Lucro (Prejuízo) do exercício	38.753	103.792	14.051	–	50.318	(148.305)	58.609

(a) As despesas operacionais englobam os gastos com a diretoria, funcionários, serviços de terceiros e outras despesas.

Contas patrimoniais

	Corredor Norte 2020	Corredor Sul 2020	Cabotagem 2020	Santos 2020	Outros 2020	Eliminações	Total 2020
Ativo circulante	349.852	550.921	178.116	70.052	470.039	(191.469)	1.427.511
Ativo não circulante	1.785.951	1.752.409	693.605	246.263	4.351.855	(4.543.097)	4.286.986
Total do ativo	2.135.803	2.303.330	871.721	316.315	4.821.894	(4.734.566)	5.714.497
Passivo circulante	216.870	109.079	95.358	65.964	150.161	(191.469)	445.963
Passivo não circulante	1.642.447	1.235.652	608.828	221.974	3.145.647	(3.111.841)	3.742.707
Patrimônio líquido	276.486	958.599	167.535	28.377	1.526.086	(1.431.256)	1.525.827
Total do passivo e patrimônio líquido	2.135.803	2.303.330	871.721	316.315	4.821.894	(4.734.566)	5.714.497

	Corredor Norte 2019	Corredor Sul 2019	Cabotagem 2019	Santos 2019	Outros 2019	Eliminações	Total 2019
Ativo circulante	386.274	480.402	80.647		379.644	(80.573)	1.246.394
Ativo não circulante	1.575.285	1.238.933	677.301		3.658.133	(3.678.381)	3.471.271
Total do ativo	1.961.559	1.719.335	757.948		4.037.777	(3.758.954)	4.717.665
Passivo circulante	192.417	74.951	61.685		74.051	(79.912)	323.192
Passivo não circulante	1.240.660	912.417	490.572		2.423.807	(2.216.554)	2.850.902
Patrimônio líquido	528.482	731.967	205.691		1.539.919	(1.462.488)	1.543.571
Total do passivo e patrimônio líquido	1.961.559	1.719.335	757.948		4.037.777	(3.758.954)	4.717.665

No exercício findo em 31/12/2020, a Companhia apresentou receitas provenientes de clientes domiciliados no Brasil, totalizando 70% da receita líquida total da Companhia, no valor de R$ 1.119.322 (R$580.986 em 31/12/2019). A Companhia, no exercício findo em 31/12/2020, apresentou receitas provenientes do Uruguai. O total dessas receitas 30% da receita líquida total da Companhia, correspondente a R$ 458.208 (R$ 367.108 em 31 de dezemnro de 2019). O volume de grãos e fertilizantes no corredor norte totalizaram 6.331 mil toneladas (4.337 mil toneladas em 31/12/2019), crescimento de 46% no período de 12 meses de 2020 quando comparado ao igual período do ano anterior. O volume de grãos, fertilizantes e minério de ferro no corredor sul totalizou 1.889 mil toneladas (2.180 mil toneladas em 31/12/2019), queda de 13% no período de 12 meses de 2020 quando comparado ao igual período do ano anterior. O volume de navegação costeira totalizou 3.358 mil toneladas (3.673 mil toneladas em 31/12/2019), queda de 9% no período de 12 meses de 2020 quando comparado ao igual período do ano anterior. **30. Subvenção e assistência governamentais** – A Companhia goza de dois benefícios. Sendo eles: • AFRMM; O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e só podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. No período de 31/12/2020, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R$ 15.366. • SUDAM; Lucro da Exploração – SUDAM é um incentivo fiscal concedido às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação de empreendimento de infraestrutura que fomente a economia, bem como esteja totalmente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (ao qual o estado do Pará está incluso). Este benefício concede redução de 75% do Imposto Renda e seus adicionais (25% para 6,25%), pelo prazo de 10 anos. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. que, em se apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. No período de 31/12/2020, tal benefício resultou em um ajuste de R$ 5.916 em de Reserva de Incentivo Fiscal. • Diferimento do ICMS; A controlada Hidrovias do Brasil Cabotagem Ltda., usufrui do diferimento do ICMS sobre as operações de serviço de transporte no Estado do Pará. **31. Itens que não afetam caixa** – Durante o exercício findo em 31/12/2020 o montante de R$ 4.872 (R$5.777 em 31/12/2019) refere-se respectivamente a fornecedores para aquisição de imobilizados, R$195.729 referente ao arrendamento e outorga de Santos e R$29.540 juros capitalizados de empréstimos para aquisição de ativos não afetaram o caixa. **32. Evento subsequente** – Em 20/01/2021 a Companhia anunciou uma any-and-all tender offer das suas notas com remuneração de 5,95% a.a. e vencimento em 2025 ("Bond 2025") e em 25/01/2021 a Companhia, por meio de sua subsidiária Hidrovias International Finance, anunciou a oferta de uma nova emissão de Bond cuja destinação de recursos é a recompra antecipada do Bond 2025. Em 17/02/2021, a Companhia confirmou a recompra de 74% do Bond 2025 (aproximadamente US$ 426 milhões) com recursos da nova emissão de Bonds, feita no valor total de US$500 milhões e remuneração de 4,95% a.a. com vencimento em 2031.

***Fábio Abreu Schettino** – CEO*
***Andre Kinjo Kubota** – CFO e Diretor de Relações com Investidores*
***Vagner Akihiro Tatebe** – Contador CRC SP 292.671/O-6*

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Hidrovias do Brasil S.A.** – São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrovias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Hidrovias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Principais assuntos de auditoria:** Avaliação do valor recuperável de ágio (Notas explicativas 3 (i) Redução ao valor recuperável e 13 Ativos Intangíveis). **Principais assuntos de auditoria:** As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem Ágio (Goodwill) no ativo intangível, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios, preparado pela Companhia, baseado em metodologias e premissas que envolvem julgamento significativos, tais como: taxa de desconto e taxa de crescimento, receitas de serviços, custos, margem bruta e novos investimentos. Eventuais alterações nas premissas utilizadas no referido cálculo podem impactar a mensuração do ágio apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da metodologia usada pela Companhia e as premissas utilizadas no cálculo dos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, comparação com informações históricas e recálculo das fórmulas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado; (ii) avaliação das premissas significativas; (iii) comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, para a unidade geradora de caixa que contenha ágio, com o valor contábil das respectivas unidades geradoras de caixa e (iv) avaliação das divulgações pertinentes ao assunto nas demonstrações financeiras. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do ágio e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Principais assuntos de auditoria:** Reconhecimento de receita (Nota explicativa 3 (d) e 23). **Principais assuntos de auditoria:** A receita da Companhia e de suas controladas referem-se principalmente ao transporte de cargas ("commodities") através de navegação fluvial (serviço de transporte) e navegação marítima (cabotagem), serviços de elevação e transbordo. Essas receitas, em sua maior parte, são baseadas em contratos de longo prazo celebrados com os clientes, que incluem garantias de volumes mínimos transportados ("Take or Pay"). O reconhecimento das receitas ocorre apenas quando as obrigações de desempenho são concluídas. Devido ao fato das operações de serviços de transporte e cabotagem envolverem montantes relevantes, serem pulverizadas, ocorrerem em grande volume e a determinação do período em que o serviço está sendo prestado, o processo de reconhecimento da receita requer manutenção de rotinas apropriadas para identificar e mensurar as receitas. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles internos utilizados pelos componentes, considerados como significativos, visando à obtenção das informações necessárias para determinar o efetivo período da prestação do serviço e os critérios para a determinação da obrigação de desempenho; (ii) em base amostral, revisão dos contratos comerciais para avaliar o reconhecimento contábil e realizamos testes documentais, bem como avaliamos a contabilização da receita no período adequado; (iii) para os contratos com cláusulas de "Take or Pay" examinamos os cálculos correspondentes relacionadas as receitas reconhecidas; (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pertinentes ao assunto. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de receita dos serviços prestados, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2021

KPMG | **KPMG Auditores Independentes** CRC 2SP 014.428/O-6 | **Wagner Petelin** Contador CRC 1SP 142.133/O-7

CIA. AGRÍCOLA FORTI

CNPJ - 07.967.609/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionista: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Capivari, 09 de março de 2021. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais Encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Disponibilidades			
Caixa e Bancos		48.947	7.317
Aplicações Financeiras	2	13.038.818	12.174.932
Valores a Receber		51.305	55.811
		13.139.070	12.238.060
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo			
Valores a Receber		35.723	35.723
Valores a Receber - Copersucar	3	2.552.776	435.040
Depositos Judiciais	3	9.958.979	1.339.221
		12.547.478	1.809.984
Permanente			
Imobilizado			
Custo Corrigido	4	32.767.725	32.762.576
Depreciação Acumulada	4	(507.027)	(505.967)
		32.260.698	32.256.609
Total do Ativo		**57.947.245**	**46.304.653**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores		35.028	14.422
Obrigações Trabalhistas/Sociais		49.515	47.071
Obrigações Fiscais		53.106	43.271
Provisão IR/CS		213.247	186.552
		350.896	291.316
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Mútuo - Copersucar	5	6.249.250	6.249.250
Valores a Distribuir	3	2.552.776	435.040
Provisão IR/CS	3	9.956.840	1.337.082
		18.758.866	8.021.372
Patrimônio Líquido			
Capital Social	6	34.510.000	34.510.000
Lucros Acumulados		1.185.618	1.062.361
Reserva Legal		3.141.865	2.419.603
		38.837.483	37.991.965
Total do Passivo		**57.947.245**	**46.304.653**

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto operacional As operações da Empresa compreendem, basicamente, a locação ou arrendamento de imóveis próprios, cultivo da cana-de-açúcar. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária. **Resumo das principais práticas contábeis** a. Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. b. Ativo Circulante e não circulante **• Aplicações financeiras** Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço que, não supera o valor de mercado. c. Permanente **• Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 3 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. d. Passivo circulante e não circulante - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço. **• Imposto de renda e contribuição social** As alíquotas aplicáveis conforme legislação do lucro presumido, são de aproximadamente 8% da receita bruta para o imposto de renda e 3% para contribuição social. **3. Ativo contingente** O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanos realizadas na década de 1980, resultando na emissão de precatórios. A Usina Açucareira Bom Retiro S/A como cooperada e com direito de parte da referida indenização, mediante cisão parcial realizada em 23/04/2006, caracterizou um direito à Cia. Agrícola Forti da indenização de 40% da parte da Usina Açucareira Bom Retiro S/A. Em janeiro e setembro de 2020, a Cooperativa realizou o levantamento da parcela do precatório expedido, sendo atribuído a esta Companhia, o montante bruto de R$ 22.894.442, transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS sobre este montante. A Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade. Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia da Cooperativa por se tratar de verba indenizatória, a administração da Companhia deliberou propor ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IR. e CS sobre este valor, garantindo esta discussão mediante a depósito judicial.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Nota	2020	2019
Receita Operacional Bruta		30.880.060	10.575.992
Deduções de Vendas		(3.244.858)	(821.064)
Receita Operacional Líquida		27.635.202	9.754.929
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro Bruto		27.635.202	9.754.929
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(3.828.314)	(1.736.882)
Despesas Tributárias		(437.240)	(721.878)
Receitas Financeiras Líquidas		375.271	775.806
Lucro Operacional		23.744.919	8.071.975
Resultado não Operacional		-	-
Lucro Líquido Antes IR e C.S.L.		23.744.919	8.071.975
Imposto de Renda e Contribuição Social	7	(9.299.687)	(2.216.857)
Lucro Líquido Exercício		14.445.231	5.855.117
Quantidade de Ações do Capital Social		87.500.000	87.500.000
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		165,09	66,92

4. Imobilizado	Taxa de Depreciação% a.a.	Custo	Depreciação	2020 Líquido	2019 Líquido
Benfeitorias	4%	135.870	135.870	-	-
Casas e Vila Residenciais	4%	318.970	318.970	-	-
Veículos	20%	37.175	37.175	-	-
Outras imobilizações	10 a 20%	110.147	15.012	95.135	95.035
Terrenos		32.165.563	-	32.165.563	32.165.563
		32.767.725	507.027	32.260.698	32.260.698

5. Mútuo - Copersucar Correspondem a operações de mútuo, a prazo e condições usuais de mercado, com a COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. **6. Patrimônio líquido a. Capital social** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 87.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **7. Imposto de renda e contribuição social** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IR e CS debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receita bruta de vendas e arrendamento de terras	30.880.060	10.575.992
Alíquota fiscal combinada	30,11%	20,96%
Imposto de renda e contribuição social	9.299.687	2.216.857

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	26.657.508	9.775.369
Pagamentos de fornecedores	(640.335)	(625.321)
Pagamentos de obrigações trabalhistas e socias	(761.896)	(737.504)
Pagamentos de obrigações fiscais	(752.888)	(984.190)
Caixa gerado das atividades operacionais	**24.502.389**	**7.428.354**
Juros pagos	(1.229)	(805)
Depositos judiciais	(8.619.757)	(1.339.221)
Imposto de renda e CSLL pagos	(1.187.830)	(873.787)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**14.693.573**	**5.214.541**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do Ativo Permanente	(5.149)	(390.000)
Caixa gerado das atividades de investimentos	**(5.149)**	**(390.000)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	(25.544.306)	(9.710.000)
Resgate de aplicações financeiras	24.513.894	10.680.910
Dividendos Pagos	(13.616.381)	(5.793.617)
Caixa líquido usado nas atividades financeiras	**(14.646.793)**	**(4.822.707)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**41.631**	**1.834**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	7.316	5.483
Caixa e equivalente de caixa no final do período	**48.947**	**7.316**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva Legal	Total
Saldo em 31/12/2017	**34.510.000**	**1.531.056**	**1.879.489**	**37.920.545**
Lucro líquido do exercício	-	4.947.166	-	4.947.166
Destinação do lucro líquido				
Lucros Distribuidos	-	(4.931.056)	-	(4.931.056)
Constituição da reserva legal	-	(247.358)	247.358	-
Saldo em 31/12/2018	**34.510.000**	**1.299.808**	**2.126.847**	**37.936.655**
Lucro líquido do exercício	-	5.855.117	-	5.855.117
Destinação do lucro líquido				
Lucros Distribuidos	-	(5.799.807)	-	(5.799.807)
Constituição da reserva legal	-	(292.756)	292.756	-
Saldo em 31/12/2019	**34.510.000**	**1.062.361**	**2.419.603**	**37.991.965**
Lucro líquido do exercício	-	14.445.232	-	14.445.232
Destinação do lucro líquido				
Lucros Distribuidos	-	(13.599.713)	-	(13.599.713)
Constituição da reserva legal	-	(722.262)	722.262	-
Saldo em 31/12/2020	**34.510.000**	**1.185.618**	**3.141.865**	**38.837.483**

8. Impactos da Covid - 19 A pandemia do Coronavírus (Covid-19) impactou com relevância as economias em todos os países, trazendo alterações aos mercados nacional e internacional e, desencadeou importantes ações de governos e entidades, que impactaram na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultando em mudanças significativas no dia a dia das pessoas e das empresas. No segmento de atuação da Companhia, foram seguidas as determinações das legislações Estaduais e Federais e até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, não houve alterações significativas em suas operações, sem impacto negativo nos resultados, não havendo a necessidade de reconhecimento de perdas ou necessidades de provisionamentos. A administração da Companhia adotou todas medidas necessárias ao equilíbrio dos seus negócios e continua acompanhando a volatilidade e incertezas, especialmente em relação ao período de duração e impactos da Pandemia inclusive, avaliação os possíveis impactos nas futuras demonstrações financeiras da Companhia.

A Diretoria
Joseli Forti - Diretor Presidente
Wanderley Forti - Diretor Vice-Presidente

Contador
Marco Antonio Pompermayer - CRC-SP 101.666/O-6

RALLYE MOTOR CLUBE
ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital de convocação, ficam convocados os senhores associados do cume CLUBE MOTOR RACE, inscrito no CNPJ sob nº 03.352.259/0001/71, com direito a voto, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 30 de março de 2021, às 12 horas em primeira chamada com no mínimo 2/3 de associados presentes e às 13 horas, em segunda chamada com no mínimo 1/3 de associados presentes, na rua Barão de Jundiai, 166, SALA 3, bairro da Lapa, CEP nº 05073-010, São Paulo, Capital, para deliberarem sob a seguinte ordem do dia: a) – Eleição e posse da diretoria e conselho fiscal para o mandato de 2021 a 2029. São Paulo, 15 de março de 2021.

VERA LUCIA DE CASTRO VIDAL
PRESIDENTE

Nirceu Pilon Participações S/A

CNPJ - 10.845.362/0001-37

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em Milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31 de Dezembro de 2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**190**	**150**
Disponivel	**181**	**140**
Bens Numerários	33	35
Bancos com movimento	47	7
Aplicações Financeiras	101	98
Direitos Realizáveis	**9**	**10**
Bens destinados a venda	9	9
IRRF. a Compensar	-	1
Ativo não Circulante	**16.637**	**16.927**
Investimentos	**16.497**	**16.787**
Participação em Outras Empresas	16.497	16.787
Imobilizado	**140**	**140**
Imobilizado Próprio	140	140
Total do Ativo	**16.827**	**17.077**
Passivo		
Patrimônio Líquido	**16.827**	**17.027**
Capital Social	10.220	10.220
Reservas de Lucros	6.686	6.882
Ajustes acumulados de conversao	(79)	(75)
Total do Passivo	**16.827**	**17.077**

Demonstração de Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Operacionais	(705)	(157)
Resultado financeiro	-	(3)
Outras Receitas	781	1.730
Resultado Operacional	**76**	**1.570**
Resultado do Exercício	**76**	**1.570**
CSLL / IRPJ sobre Lucro	-	(1)
Resultado Líquido do Exercício	**76**	**1.569**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	76	1.569
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(88)	(1.627)
(=) Lucro Ajustado	(12)	(58)
Aumento/Redução Impostos a Recuperar	-	1
Aumento de Contas a pagar e a Impostos a Recolher	(47)	47
(=) Caixa Gerado/Consumido Atividades Operacionais	**(59)**	**(10)**
Fluxos dos Investimentos:		
Dividendos recebidos	598	296
Compra Imobilizado	-	(140)
Venda de imobilizado	-	138
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**598**	**294**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	(498)	(387)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(498)**	**(387)**
Variação Total das Disponibilidades	**41**	**(103)**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**140**	**243**
Saldo Final das Disponibilidades	**181**	**140**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/ Prejuízo Acumulados	Ajustes Acumulados de Conversao	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2018	**10.220**	**5.701**	**-**	**(75)**	**15.846**
ajuste exercicio anterior	-	(1)	-	-	(1)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.569	-	1.569
Transferencias para reservas	-	1.569	(1.569)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(387)	-	-	(387)
Ajuste de conversao	-	-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2019	**10.220**	**6.882**	**-**	**(75)**	**17.027**
ajuste exercicio anterior	-	225	-	-	225
Lucro Líquido do Exercício	-	-	76	-	76
Transferencias para reservas	-	76	(76)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(497)	-	-	(497)
Ajuste de conversao	-	-	-	(4)	(4)
Saldo Balanço 31/12/2020	**10.220**	**6.686**	**-**	**(79)**	**16.827**

Notas Explicativas: - Nirceu Pilon Participações S/A., CNPJ n.º 10.845.362/0001-37, situada na FAZ RA-CND Fazenda Santa Maria, s/nº C1 - Bairro São Francisco, no município de Cerquilho-SP. Tendo como Atividade a Holding de Instituição não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 10.219.509 (dez milhões, duzentos e dezenove mil, quinhentos e nove) ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma. - Por ser uma Holding não Operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como ligada nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Fazenda Pilon S/A, Pilon Participações e Empreendimentos S/A., com influência significativa. - A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. E do Ativo Imobilizado, os bens, ou grupos de bens pelo valor de compra. - O valor em Ajustes Acumulados refere-se ao reflexo da conversão para a moeda nacional que a Pilon Participações e Empreendimentos S/A fez no balanço de sua investidora.

Mário Nirceu Pilon - Diretor Presidente | **Juliano Mendes Rodrigues** - Contador - CRC SP1SP 250620/O-3

SMART TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 18.008.594/0001-42 - NIRE 35.300.452.461

Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 12 de Janeiro de 2021

1. **Data, Hora e Local**: no dia 12.01.2021, às 14 horas, na sede social da **Smart Tecnologia S.A.** ("Companhia"), localizada em São Paulo/SP, na Rua do Paraíso, nº 148, 15º e 16º andares, Sala Smart, Paraíso, CEP 04.103-000. 2. **Presença**: acionista titular de ações representando a totalidade do capital social e votante da Companhia, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. 3. **Convocação e Publicações**: dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"). 4. **Ata de Assembleia:** em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, § 1º da LSA, e aprovado pelos acionistas. 5. **Mesa**: Fernando Biancardi Cirne, como Presidente; e Rafael Chamas Alves, como Secretário. 6. **Ordem do Dia**: deliberar sobre: **(i)** a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias e a consequente extinção das classes de ações preferenciais atualmente existentes; **(ii)** a alteração na composição, cargos e forma representação da Diretoria; **(iii)** a eleição de novos diretores da Companhia, bem como a ratificação da eleição dos atuais diretores e respectiva renovação dos seus mandatos; **(iv)** a alteração do foro de resolução de conflitos relacionados à Companhia; **(v)** a dispensa da publicação dos Anexos acostados a este instrumento; e **(vi)** a reforma integral do Estatuto Social da Companhia. 7. **Deliberações**: a única acionista delibera sobre as matérias da ordem do dia e resolve o quanto se segue: **(i)** resolve a acionista converter as (a) 67.620 ações preferenciais de Classe A; e (b) 10.633 ações preferenciais (sem classe), nominativas e sem valor nominal da Companhia em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a uma taxa de conversão de 1:1; ou seja, 01 ação preferencial, de Classe A ou sem classe, equivalerá a 01 ação ordinária da Companhia. Ato seguinte, decide as sócias extinguir as classes de ações preferenciais da Companhia, de Classe A ou sem classe, de modo que o capital social da Companhia passará a ser representado apenas por ações ordinárias. **(ii)** resolve a acionista alterar o número de diretores da Companhia para no mínimo 3, bem como a forma de representação da Companhia, de maneira a tornar necessária a representação conjunta de 2 diretores, sem designação específica, divididos em 2 grupos, acionistas ou não acionistas, pessoas naturais residentes no Brasil, eleitos para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **(iii)** Tendo em vista a deliberação acima, resolve a acionista eleger os seguintes novos diretores para um mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, para composição dos Diretores Grupo A: (a) Sr. **Rafael Chamas Alves**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 43.667.009 (SSP/SP) e CPF/ME nº 327.106.788-02, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Itapaiúna, nº 2.434, 2º andar, Parte I, Bairro Vila Andrade, CEP 05.707-001 ("Rafael Chamas"); e (b) Sr. **Fernando Biancardi Cirne**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 2.22.693.914-5 (SSP/SP) e CPF/ME nº 169.278.538-98, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Itapaiúna, nº 2.434, 2º andar, Parte I, Bairro Vila Andrade, CEP 05.707-001 ("Fernando Cirne e, em conjunto com Rafael Chamas, os "Diretores Grupo A"). Ademais, resolve a acionista ratificar a eleição dos seguintes diretores para composição dos Diretores Grupo B, todos para um mandato renovado e unificado de 2 anos a contar da presente data: (a) Sr. **Reginaldo Dutra**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG nº 17.944.660-5 (SSP/SP) e CPF/ME nº 087.377.558-97, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua do Paraíso, nº 148, 15º e 16º andares, em São Paulo/SP, CEP 04.103-000 ("Reginaldo Dutra"); (b) Sr. **Wagner Narde**, solteiro, analista de sistemas, RG nº 34.704.404-9 (SSP/SP) e CPF/ME nº 335.972.398-89, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua do Paraíso, nº 148, 15º e 16º andares, em São Paulo/SP, CEP 04.103-000 ("Wagner Narde"); e (c) Sr. **Rodrigo Dantas Santos**, brasileiro, solteiro, publicitário, RG nº 28.311.516-6 (SSP/SP) e CPF/ME nº 220.174.318-50, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua do Paraíso, nº 148, 15º e 16º andares, em São Paulo/SP, CEP 04.103-000 ("Rodrigo Dantas" e, em conjunto com Reginaldo Dutra e Wagner Narde, os "Diretores Grupo B"). Cada um dos diretores ora eleitos ou que tiveram sua eleição ratificada e seus mandatos renovados, ao assinar os termos de posse que constam como Anexo I à presente ata, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, e fica dispensado de prestar caução em garantia do cumprimento de sua função. **(iv)** resolve a acionista alterar a forma de resolução de conflitos relacionados à Companhia de arbitragem para o foro da Comarca de São Paulo/SP, como único e exclusivo competente para a resolução de conflitos, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Estatuto Social da Companhia. **(v)** Resolve a acionista dispensar as publicações dos Anexos ao presente instrumento, então disponíveis na sede social da Companhia para eventuais consultas por parte dos interessados elegíveis; sendo certo que, desde já e de posterior forma complementar, fica autorizada a Administração da Companhia (ou seja, membros de sua Diretoria e demais representantes legais devidamente constituídos) praticar todas as ações necessárias para implementar os desdobramentos decorrentes das deliberações supra e firmar todos os demais documentos, instrumentos e requerimentos inerentes ao prosseguimento dos imprescindíveis registros pertinentes junto aos competentes órgãos públicos e/ou instituições/entes privadas anuentes. **(vi)** tendo em vista as deliberações aprovadas acima e outras alterações de interesse da acionista, resolve a acionista alterar, reformular, renumerar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma que passe a vigorar, a partir da presente data, com a redação abaixo transcrita. 8. **Encerramento**: Nada mais a tratar, a Assembleia Geral foi encerrada e lavrada a presente Ata, nos termos do artigo 130, § 1º, da LSA, que foi lida e aprovada pela única acionista da Companhia. 9. **Assinaturas**: (a) Mesa: Fernando Biancardi Cirne, como Presidente e Rafael Chamas Alves como Secretário; e (b) Acionista: Vindi Tecnologia e Marketing S.A. (por Rafael Chamas Alves e Rodrigo Dantas Santos). A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 12.01.2021. Mesa: **Fernando Biancardi Cirne** - Presidente, **Rafael Chamas Alves** - Secretário. JUCESP nº 68.921/21-4 em 03.02.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GLPILON Participações S/A - CNPJ - 10.783.175/0001-76

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 *(Em Milhares de Reais)*

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31/12/2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**293**	**266**
Disponivel	**64**	**37**
Bens Numerários	-	6
Bancos c/movimento	64	31
Direitos Realizáveis	**229**	**229**
Bens destinados a venda	228	228
Impostos e taxas a recuperar	1	1
Ativo não Circulante	**31.016**	**31.732**
Investimentos	**31.016**	**31.732**
Participacão em Outras Empresas	31.016	31.732
Total do Ativo	**31.309**	**31.998**
Passivo/Patrimônio Líquido	**31.309**	**31.998**
Capital Social	17.399	17.399
Reservas de Lucros	14.048	14.731
Ajustes acumulados de conversão	(138)	(132)
Total do Passivo	**31.309**	**31.998**

Demonstração de Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Operacionais	(1.430)	(83)
Resultado financeiro	(1)	(1)
Outras Receitas	1.477	3.060
Resultado Operacional	**46**	**2.976**
Resultado do Exercício	**46**	**2.976**
Resultado Líquido do Exercício	**46**	**2.976**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	46	2.976
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(57)	(2.987)
(=)Lucro Ajustado	**(11)**	**(11)**
(=)Caixa Consumido nas Atividades Operacionais	**(11)**	**(11)**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	1.164	572
(=)Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**1.164**	**572**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	(1.126)	(540)
(=)Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(1.126)**	**(540)**
Variação Total das Disponibilidades	**27**	**21**
Saldo Inicial das Disponibilidades	37	16
Saldo Final das Disponibilidades	64	37

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Ajustes Acumulado de Conversão	Total Patrimônio Líquido
Saldo Balanço 31/12/2018	**17.399**	**12.295**	**-**	**(132)**	**29.562**
ajuste exercicio anterior	-	-	-	-	-
Lucro Liquido do Exercício	-	-	2.976	-	2.976
Transferencias para reservas	-	2.976	(2.976)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(540)	-	-	(540)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2019	**17.399**	**14.731**	**-**	**(132)**	**31.998**
ajuste exercicio anterior	-	397	-	-	397
Lucro Liquido do Exercício	-	-	46	-	46
Transferencias para reservas	-	46	(46)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(1.126)	-	-	(1.126)
Ajuste de conversão	-	-	-	(6)	(6)
Saldo Balanço 31/12/2020	**17.399**	**14.048**	**-**	**(138)**	**31.309**

Notas Explicativas: - GLPILON Participações S/A., CNPJ n.º 10.783.175/0001-76, situada na FAZ RA-CND Fazenda Santa Maria, n.º 21, Bairro São Francisco, no município de Cerquilho-SP. Tendo como Atividade a Holding de Instituição não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 17.398.880 ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 cada uma. - Por ser uma Holding não Operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como ligada nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Pilon Participações e Empreend. S/A, Fazenda Pilon S/A., com influência significativa. - A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. - O valor em Ajustes Acumulados refere-se ao reflexo da conversão para a moeda nacional que a Pilon Participações e Empreendimentos S/A fez no balanço de sua investidora.

Gercina Luvizotto Pilon - Diretora Presidente | **Maria de Fátima Grando Luca** - CRC-SP 1SP 220.242/O-8

S. Pilon Participações S/A - CNPJ - 10.892.160/0001-46

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 *(Em Milhares de Reais)*

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31/12/2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**157**	**40**
Disponivel	**157**	**40**
Bens Numerários	157	40
Bancos com movimento	-	-
Ativo não Circulante	**40.992**	**40.868**
Investimentos	**40.992**	**40.868**
Participação em Outras Empresas	40.992	40.868
Total do Ativo	**41.149**	**40.908**
Passivo/Patrimônio Líquido	**41.149**	**40.908**
Capital Social	7.800	7.800
Reservas de Lucros	33.440	33.195
Ajustes acumulados de conversao	(91)	(87)
Total do Passivo	**41.149**	**40.908**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	1.130	4.947
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(1.138)	(4.953)
(=) Lucro Ajustado	(8)	(6)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Operacionais	**(8)**	**(6)**
Fluxos dos Investimentos:		
Dividendos recebidos	1.515	785
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**1.515**	**785**
Fluxos dos Financiamentos:		
Pagamentos de Dividendos	(1.390)	(824)
(=)Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(1.390)**	**(824)**
Variação Total das Disponibilidades	**117**	**(45)**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**40**	**85**
Saldo Final das Disponibilidades	**157**	**40**

Demonstração de Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Operacionais	(1.452)	(97)
Resultado financeiro	(1)	(1)
Outras Receitas	2.583	5.045
Resultado Operacional	**1.130**	**4.947**
Resultado do Exercício	**1.130**	**4.947**
Resultado Líquido do Exercício	**1.130**	**4.947**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/ Prejuízo Acumulados	Ajustes Acumulado de Conversão	Total Patrimônio Líquido
Saldo Balanço 31/12/2018	**7.800**	**29.072**	**-**	**(87)**	**36.785**
ajuste exercicio anterior	-	-	-	-	-
Lucro Liquido do Exercício	-	-	4.947	-	4.947
Transferencias para reservas	-	4.947	(4.947)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(824)	-	-	(824)
Ajuste de conversao	-	-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2019	**7.800**	**33.195**	**-**	**(87)**	**40.908**
ajuste exercicio anterior	-	505	-	-	505
Lucro Liquido do Exercício	-	-	1.130	-	1.130
Transferencias para reservas	-	1.130	(1.130)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(1.390)	-	-	(1.390)
Ajuste de conversao	-	-	-	(4)	(4)
Saldo Balanço 31/12/2020	**7.800**	**33.440**	**-**	**(91)**	**41.149**

Notas Explicativas: - S.Pilon Participações S/A., CNPJ nº 10.892.160/0001-46, situada na FAZ RA-CND Fazenda Santa Maria, s/nº, Bairro São Francisco, no município de Cerquilho-SP. Tendo como Atividade a Holdings de Instituições não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 7.800.000, ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 cada uma. - Por ser uma Holding não operacional, não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como ligada nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Pilon Participações e Empreendimentos S/A, Fazenda Pilon S/A., Cipatex Mogi Participações Ltda., Oropo Participações Ltda., com influência significativa. - O valor em Ajustes Acumulados refere-se ao reflexo da conversão para a moeda nacional que a Pilon Participações e Empreendimentos S/A fez no balanço de sua investidora.

Tereza Spavieri Pilon - Diretora Presidente | **Maria de Fátima Grando Luca** - Contadora - CRC SP1SP 220242/O-8

Vieira da Cruz e Pilon Participações S/A - CNPJ - 15.519.620/0001-09

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em Milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilho 31 de Dezembro de 2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**636**	**544**
Disponivel	**114**	**22**
Bens Numérários	113	21
Bancos c/movimento	1	1
Direitos Realizáveis	**522**	**522**
Bens destinados a venda	522	522
Ativo não Circulante	**14.961**	**15.345**
Investimentos	**14.873**	**15.257**
Participação em Outras Empresas	14.873	15.257
Imobilizado	**88**	**88**
Imobilizado Próprio	88	88
Total do Ativo	**15.597**	**15.889**
Passivo/Patrimônio Líquido	**15.597**	**15.889**
Capital Social	14.634	14.634
Reservas de Lucros	1.022	1.311
Lucros/Prejuízos acumulados	(59)	-
Ajustes acumulados de conversao	-	(56)
Total do Passivo	**15.597**	**15.889**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	9	1.485
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(17)	(1.491)
(=) Lucro Ajustado	**(8)**	**(6)**
(=) Caixa Gerado/Consumido Atividades Operacionais	**(8)**	**(6)**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	567	286
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**567**	**286**
Fluxos dos Financiamentos: Pagamentos de Dividendos	(467)	(272)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(467)**	**(272)**
Variação Total das Disponibilidades	**92**	**8**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**22**	**14**
Saldo Final das Disponibilidades	**114**	**22**

Demonstração de Resultado do Exercício	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Operacionais	(728)	(46)
Outras Receitas	737	1.531
Resultado Operacional	**9**	**1.485**
Resultado do Exercício	**9**	**1.485**
Resultado Líquido do Exercício	**9**	**1.485**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/ Prejuízo Acumulados	Ajustes Acumulado de Conversao	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2018	**14.634**	**1.170**	**(1.072)**	**(56)**	**14.676**
Ajuste exercicio anterior	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.485	-	1.485
Absorção de Prejuízo	-	(1.072)	1.072	-	-
Transferencias para reservas	-	1.485	(1.485)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(272)	-	-	(272)
Ajuste de conversao	-	-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2019	**14.634**	**1.311**	**-**	**(56)**	**15.889**
Ajuste exercicio anterior	-	169	-	-	169
Lucro Liquido do Exercício	-	-	9	-	9
Transferencias para reservas	-	9	(9)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(467)	-	-	(467)
Ajuste de conversao	-	-	-	(3)	(3)
Saldo Balanço 31/12/2020	**14.634**	**1.022**	**-**	**(59)**	**15.597**

Notas Explicativas: - Vieira da Cruz e Pilon Participações S/A., CNPJ n.º 15.519.620/0001-09, situada na Rua Dr Soares Hungria, n.º 330, Centro, no município de Cerquilho-SP. Tendo como Atividade a Holding de Instituição não Financeiras (CNAE 6462-0/00). - Seu Capital Social é de 14.633.700 (quatorze milhões, seiscentos e trinta e três mil e setecentos) ações ordinárias e nominativas, com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma. - Por ser uma Holding não Operacional não tem faturamento e nem quadro de funcionários. - Tendo participações societárias como ligada nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Jupira-Mineração e AgroPecuária S/A, Fazenda Pilon S/A, Pilon-Participações e Empreendimentos S/A, com influência significativa. - A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. - A mensuração do Imobilizado Próprio foi pelo custo de aquisição. - O valor em Ajustes Acumulados refere-se ao reflexo da conversão para a moeda nacional que a Pilon Participações e Empreendimentos S/A fez no balanço de sua investidora.

Norberto Vieira da Cruz Filho - Diretor Presidente | **Juliano Mendes Rodrigues** - Contador - CRC SP1SP 250620/O-3

V.R.P. Administração e Agro Pecuária S/A - CNPJ - 08.391.944/0001-49

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em Milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Boituva 31/12/2020. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Ativo/Circulante	**13.768**	**11.999**
Disponivel	7.458	5.676
Bens Numerários	48	40
Bancos c/movimento	-	2
Aplicações financeiras	7.410	5.634
Direitos Realizáveis	6.310	6.323
Bens destinados a venda	6.097	6.097
Contas a receber	213	176
Estoques-Produtos Agrícolas	-	50
Ativo não Circulante	**22.126**	**23.655**
Investimentos	21.979	23.508
Participação Em Outras Empresas	21.979	23.508
Imobilizado	147	147
Imobilizado Próprio	147	147
Total do Ativo	**35.894**	**35.654**
Passivo/Circulante	**70**	**34**
Credores	70	34
Salarios e ordenados a pagar	1	1
Impostos taxas e contr. A recolher	12	5
IRPJ e CSLL a recolher	57	28
Patrimônio Líquido	**35.824**	**35.620**
Capital Social	19.070	19.070
Reservas de Lucros	16.900	16.688
Ajustes acumulados de conversao	(146)	(138)
Total do Passivo	**35.894**	**35.654**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/ Prejuízo Acumulados	Ajustes Acumulado de Conversao	Total Patrimonio Liquido
Saldo Balanço 31/12/2018	**19.070**	**14.563**	**-**	**(138)**	**33.495**
Lucro Liquido do Exercício	-	-	2.397	-	2.397
Transferencias para reservas	-	2.397	(2.397)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(272)	-	-	(272)
Saldo Balanço 31/12/2019	**19.070**	**16.688**	**-**	**(138)**	**35.620**
ajuste exercicio anterior	-	418	-	(1)	417
Lucro Liquido do Exercício	-	-	304	-	304
Transferencias para reservas	-	304	(304)	-	-
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	(510)	-	-	(510)
Ajuste de conversao	-	-	-	(7)	(7)
Saldo Balanço 31/12/2020	**19.070**	**16.900**	**-**	**(146)**	**35.824**

Demonstração de Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta Operacional: Vendas	1.663	1.481
Deduções s/vendas	(57)	(51)
Receita Liquida	**1.606**	**1.430**
Custo dos produtos vendidos	(59)	(62)
LUCRO BRUTO	**1.547**	**1.368**
Despesas Operacionais	(1.684)	(153)
Resultado financeiro	150	242
Outras Receitas	506	1.146
Resultado Operacional	**519**	**2.603**
Resultado do Exercício	**519**	**2.603**
CSLL / IRPJ sobre Lucro	(215)	(206)
Resultado Líquido do Exercício	**304**	**2.397**

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos das Operações:		
Resultado do Exercício	304	2.397
Resultado de Equivalencia Patrimonial	1.157	(1.074)
Custo Venda imobilizado	50	3
(=) Lucro Ajustado	**1.511**	**1.326**
Contas a receber	(37)	(11)
Aumento dos Estoques	50	(50)
Titulos a pagar	-	(102)
Salarios e Ordenados a pagar	-	1
Impostos taxas e contr. A recolher	7	-
IRPJ e CSLL a recolher	29	(3)
(=) Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**1.560**	**1.161**
Fluxos dos Investimentos: Dividendos recebidos	782	407
Aquisição de Imobilizado	(50)	-
(=) Caixa Gerado nas Atividades Investimento	**732**	**407**
Fluxos dos Financiamentos: Pagamentos de Dividendos	(510)	(272)
(=) Caixa Consumido nas Atividades Financiamentos	**(510)**	**(272)**
Variação Total das Disponibilidades	**1.782**	**1.296**
Saldo Inicial das Disponibilidades	**5.676**	**4.380**
Saldo Final das Disponibilidades	**7.458**	**5.676**

Notas Explicativas: V.R.P Administração e Agropecuária S/A., CNPJ n.º 08.391.944/0001-49, situada na Rod Vicente Palma, s/n Km 07, Fazenda Bom Retiro, no município de Boituva-SP. Tendo como Atividades predominantes, o Cultivo de Cana-de-Açúcar (CNAE 01.130-00), Criação de Bovinos para Corte (CNAE 01.512-01), o Aluguel de Imóveis próprios (CNAE 68.102-02), Holdings de Instituições não Financeiras (CNAE 6462-0/00). Seu Capital Social é de 19.070.516 ações ordinárias e nominativas com direito a voto, no valor unitário de R$ 1,00 cada uma. O faturamento é proveniente da venda da cana-de-açúcar, aluguéis de imóveis próprios e venda de bovinos. Os estoques foram avaliados pelo custo de produção. O Saldo de Contas a Receber é de um único cliente a J.Pilon S/A Açúcar e Álcool, proveniente das Vendas de cana-de-açúcar. A entidade apresenta participações societárias nas empresas; J Pilon S/A Açúcar e Álcool, Fazendas Reunidas Pilon S/A, Jupira-Mineração e Agro-Pecuária S/A, Agro-Pecuária Pilon S/A, Pilon Participações e Empreend. S/A., sendo caracterizada como ligada e com influência significativa. A mensuração dos investimentos no Ativo não Circulante, foi pelo método da Equivalência Patrimonial. A mensuração do Imobilizado Próprio foi pelo custo de aquisição. O valor em Ajustes Acumulados refere-se ao reflexo da conversão para a moeda nacional que a Pilon Participações e Empreendimentos S/A fez no balanço de sua investidora. As Receitas e Despesas foram apropriadas de acordo com o regime de competência.

Valentin Roque Pilon - Diretor Presidente | **Maria de Fátima Grando Luca** - Contadora - CRC-SP 1SP 220.242/O-8

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **0108245-61.2007.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOÃO PAULO PEIXOTO MENDES, CPF 598.441.758-87 e ELIANA CAGNIN, CPF 069.154.648-75 (como herdeira e inventariante de Célia Mastrobiso e herdeira de Anselmo Cagnin), que lhe foi proposta uma ação de Adjudicação compulsória, de Procedimento Comum, por parte de José Ribamar de Brito, objetivando a outorga da escritura definitiva do imóvel localizado na Rua Pedro Escobar, 22, lote 2B, quadra 03 do Jardim Eliana, São Paulo SP, matriculado sob nº 51.360 no 11º CRI-SP, devidamente quitado. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato,afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. **[16,17]**

10ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES - COMARCA DE SÃO PAULO- Praça João Mendes s/nº - 5º andar - salas nº 519/521 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: (11) 2171-6050 - São Paulo-SP - E-mail: sp10fam@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 (vinte) dias** - Processo nº **1060446-16.2018.8.26.0100.** O MM. Juiz de Direito da 10ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dr. PAULO NIMER FILHO**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **NELSON ANTONIO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, RG21.932.567-4, CPF 136.135.578-60, com endereço à Rua Augusta, 183, apto. 302, Vila Augusta,CEP 07025-130, Guarulhos/SP, que lhe foi proposta uma ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** por parte de **KATIA CILENE ANTONIO** e **OUTRO**, alegando em síntese: Conforme certificado pelo 22º Tabelionato de Notas, o inventário dos bens deixados em razão do falecimento de **MARIA JOSÉ BATICIOTO ANTÔNIO,** ocorrido em 24 de maio de 2017, foi aberto com único fim de proporcionar ao requerido **ASHME INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA** a transferência definitiva da propriedade do imóvel matriculado sob nº 138.091 do 9º CRISP, contudo, o documento referenciado para o negócio, qual seja, o contrato de compra e venda de imóvel é viciado em razão de que as **assinaturas dos vendedores são FALSAS.** Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **15 (quinze) dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu seráconsiderado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2021.

16 e 17/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0052521-49.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Serpentino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Mi Silva Comercio de Bebidas LTDA ME, CNPJ: 12.015.303/0001-67, nos autos de Cumprimento de sentença, apresentado por BANCO BRADESCO S/A, CNPJ: 60.746.948/0001-12, que nos autos acima epigrafados procedeuse à penhora on line via Bacenjud de ativos financeiros existentes em contas bancárias de sua titularidade no(s) valor(es) de R$ 2.675,77. E por se encontrar em lugar incerto e não sabido, foi determinada a(s) respectiva(s) INTIMAÇÃO(ÕES), por EDITAL, para que em 5 dias, a fluir após o prazo deste edital, manifeste-se nos autos, nos termos do art. 854, § 3º do Código de Processo Civil. Rejeitada ou não apresentada a manifestação do(a) interessado(a), converter-se-á a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, ocasião em que o juízo determinará à instituição financeira depositária que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo da execução. Não sendo a(s) manifestação(ões) apresentada(s), em prol do(a)(s) interessado(a)(s) será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de janeiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

PINHALENSE S/A - Máquinas Agrícolas

CNPJ Nº 54.224.423/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial - Encerrado em 31/12/2020 *(Em milhares de R$)*

ATIVO	31.12.2020	31.12.2019
Circulante	**138.357**	**145.185**
Disponível: Caixa e Bancos	369	72
Aplicações Financeiras	6.289	10.346
Realizavel: Duplicatas à Receber	37.634	52.407
(-) Provisão de Devedores Duvidoso PDD	(4.515)	(3.881)
Valores à Receber	1.314	1.323
Adiantamentos	2.563	1.624
Impostos a Recuperar: Impostos à Recuperar	16.153	13.189
Estoques: Estoques-Materiais/Produtos	78.470	70.007
Despesas Excercícios Seguinte		
Despesas Administrativas	80	98
Não Circulante	**39.682**	**33.753**
Realizável Longo Prazo	**5.349**	**3.173**
Impostos a Recuperar	69	293
Depósitos Ações Judiciais	5.246	2.846
Créditos Restituíveis	34	34
Imobilizado	56.037	49.616
Intangível	263	263
Depreciações (-)	(21.967)	(19.299)
Total	**178.039**	**178.938**
PASSIVO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Circulante	**105.822**	**93.407**
Exigíveis: Fornecedores	14.792	9.344
Juros sobre Patrimônio Líquido à Pagar	2.210	–
Adiantamento de Clientes	57.090	66.903
Outras Contas a Pagar	41	93
Empréstimos/Financiamentos	24.893	10.736
Obrigações Trabalhistas Tributárias		
Obrigações Trabalhistas	4.079	4.139
Obrigações Tributárias	869	509
Obrigações Sociais/Diversas: Obrigações Sociais	1.743	1.588
Obrigações Diversas	105	95
Não Circulante	**12.800**	**27.981**
Exigível Longo Prazo: Empréstimos/Financiamentos	9.243	24.331
Obrigações Tributárias	3.557	3.650
Patrimônio Líquido	**59.417**	**57.550**
Capital Social	24.000	23.000
Reservas Capital	2.957	2.732
Ajuste Avaliação Patrimonial	6.837	7.019
Reserva Retenção Lucro	25.623	24.799
Total	**178.039**	**178.938**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

Contas	Capital Social	Reserva Capital Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Resultados Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	**22.000**	**2.733**	**7.200**	**30.537**	**(786)**	**–**	**61.684**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	(3.549)	(3.549)
Aumento de capital	1.000	–	–	(1.000)	–	–	–
Constituição de reserva legal							
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(276)	276	–	–	–
Ações em tesouraria							
IRPJ e CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	–	–	94	–	–	–	94
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(679)	–	–	(679)
Transferência para reserva de lucros							
Transferência para prejuízo do exercício	–	–	–	(3.549)	–	3.549	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**23.000**	**2.733**	**7.018**	**29.134**	**(786)**	**–**	**57.550**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	4.493	4.493
Aumento de capital	1.000	–	–	(1.000)	–	–	–
Constituição de reserva legal	–	225	–	(225)	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(275)	275	–	–	–
Ações em tesouraria							
IRPJ e CSLL sobre ajuste de avaliação Patrimonial	–	–	94	–	–	–	94
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	–	–	–	(2.719)	–	–	(2.719)
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	4.493	–	(4.493)	–
Transferência para prejuízo do ex anterior	–	–	–	(3.549)	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**24.000**	**2.958**	**6.837**	**26.409**	**(786)**	**–**	**59.418**

Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

Receita Operacional Bruta	31.12.2020	31.12.2019
Venda de Produto/Serviços/Revenda	200.830	159.637
Impostos e Taxas	(23.949)	(18.352)
Devoluções	(12.855)	(7.606)
Receita Operacional Líquida	**164.026**	**133.679**
Custos das Vendas	(96.311)	(83.195)
Outras Receitas Operacionais	5.426	5.058
Despesas Operacionais	(68.367)	(61.523)
Resultado Operacional	**4.774**	**(5.981)**
Receita não Operacional	127	93
Despesa não Operacional	–	–
Resultado do Exercício antes do IR/CSL	**4.901**	**(5.888)**
Provisão IRPJ e CSLL	(407)	–
Resultado Líquido do Exercício	**4.494**	**(5.888)**
Reversão JCP / IR/CS Diferido LC 160/17	2.600	2.339
Resultado após reversão dos Juros sobre PL	**7.094**	**(3.549)**

Lucros ou Prejuízos Acumulados Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo no Inicio do Exercício	**25.584**	**28.811**
Reserva de Retenção de Lucros (Incorp)	–	1.725
Ajuste de Avaliação Patrimonial	276	276
Lucro/Prejuizo do Exercício	4.494	(3.549)
Destinação do Período: Dividendos Distribuídos	(2.720)	(679)
Reserva Legal	(225)	–
Aumento do Capital Social	(1.000)	(1.000)
Saldo no Final do Exercício	**26.409**	**25.584**

Demonstrações de Fluxos de Caixa Encerrado em 31 de Dezembro de 2020 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de Caixa pelo Método Indireto	31.12.2020	31.12.2019
1. Atividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	**7.094**	**(3.549)**
Ajustes/Conciliação que não afetaram o caixa		
Baixa de Imobilizado	16	42
Depreciação	2.939	2.927
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	2.323	1.867
Variação nas contas de Ativo e Passivo		
Contas a Receber de Clientes + Valores a Receber	15.417	(4.905)
Estoques	(8.464)	3.450
Adiantamentos + Despesas Antecipadas	(922)	(63)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(2.739)	5.804
Depósitos Judiciais	(2.400)	(2.400)
Fornecedores	5.448	(7.027)
Adiantamento de Clientes	(9.723)	4.962
Obrigações Trabalhistas	(76)	(408)
Impostos e Contribuições a Recolher	470	(615)
Outras Contas a Pagar	2.135	(2.743)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais (1)	**11.518**	**(2.658)**
2. Atividades de Investimento: Imobilizado	(6.708)	(7.217)
Intangível	–	(5)
Caixa Liquido das Atividades de Investimento (2)	**(6.708)**	**(7.222)**
3. Atividades de Financiamento		
Empréstimo e Financiamentos Líquidos	(3.255)	15.920
Juros sobre Capital Próprio	(2.600)	–
Dividendos	(2.809)	(679)
IRPJ e CSLL sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	94	94
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)	**(8.570)**	**15.335**
Aumento (diminuição)		
Caixa e Equivalente de Caixa (1; 2; 3)	**(3.760)**	**5.455**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	**10.418**	**4.963**
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	**6.658**	**10.418**
Variação das Contas - Caixa / Bancos / Equivalentes	**(3.760)**	**5.455**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31/12/2020

Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetem à apreciação de V.Sas. o relatório referente ao exercício findo em 31.12.2020, acompanhado do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras. **1)** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com observância das leis fiscais e societárias vigentes, e estão consolidados os resultados de Matriz e Filiais. **2)** A depreciação foi calculada em função do tempo de uso e de seu estado de conservação, de acordo com as regras contábeis vigentes. **3)** O Capital Social de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), é dividido em 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações Ordinárias Nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. **4)** Os Estoques estão demonstrados pelo custo médio histórico de compra ou de produção, que não excede o valor de mercado ou de custo de reposição. A Diretoria estará como sempre ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas, para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Espírito Santo do Pinhal-SP., 26 de fevereiro de 2021.

Diretoria

Reymar Coutinho de Andrade
João Paulo Cipoli Viegas
Carlos Eduardo Jardini Del Guerra
Fabio Augusto Cipoli Pedroso
Aparecido Evangelista de Assis TC/CRC 1SP120489/O-2

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A. - CNPJ/ME: 28.758.267/0001-61 - NIRE: 35300508963

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Junho de 2020

Data, Hora e Local: 26.06.2020, às 10hs na sede social, Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, conjunto 43, sala 5, São Paulo/SP. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Presidente; Luis Philipe Camano Passos - Secretário. **Ordem do Dia:** Exame e discussão a respeito da (i) realização da 2ª emissão de debêntures da Companhia, com a emissão, série única, de 100.000 debêntures da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, no valor unitário de R$1.000,00 cada uma, não conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16.01.2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09"); (ii) autorização aos diretores da Companhia para praticar atos necessários para a realização e efetivação da deliberação descrita no item (i) acima, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a escritura de emissão das Debêntures ("Escritura") e o Contrato de Distribuição; e (iii) ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Oferta Restrita (abaixo definido). **Deliberações aprovadas**: **(i)** Aprovaram, nos termos da Lei 6.404/76, a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, no valor total de R$100.000.000,00 na Data de Emissão (conforme abaixo definida), nominativa e escritural, a qual será objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, na forma da Instrução CVM nº 476/09, a qual terá as seguintes características e condições: **(a)** Número da Emissão: 2ª emissão de Debêntures da Companhia; **(b)** Número de Séries: A Emissão será em série única; **(c)** Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 100.000 Debêntures; **(d)** Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 26.06.2020 ("Data de Emissão"); **(e)** Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$100.000.000,00 ("Valor Total da Emissão"); **(f)** Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente e nem objeto de remuneração; **(g)** Conversibilidade, Comprovação de Titularidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela B3. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza; **(h)** Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei 6.404/76, em favor das Debêntures; **(i)** Prazo e Data de Vencimento: O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 10 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 26.06.2030 ("Data de Vencimento das Debêntures"). Na Data de Vencimento das Debêntures, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido do Prêmio de Performance das Debêntures, conforme definido abaixo, devidos e calculados na forma a ser prevista na Escritura; **(j)** Vencimento Antecipado das Debêntures: O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto da Escritura e exigir da Companhia o imediato pagamento da integralidade do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido do Prêmio de Performance, se houver, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura, incluindo os recursos existentes na Conta Centralizadora, no Fundo de Despesas e/ou decorrentes dos Investimento Permitidos, ou então a entrega imediata dos Créditos Financeiros, em caso de inexistência de recursos na Conta Centralizadora, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses a serem previstas na Escritura; **(k)** Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de melhores esforços de colocação da totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), a ser prestada por instituição financeira intermediária da Oferta Restrita integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), conforme termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 1 Série, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da 2ª Emissão da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A." a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Companhia ("Contrato de Distribuição"); **(l)** Destinação dos Recursos e Lastro das Debêntures: Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Companhia para (i) pagamento dos custos da Emissão; e (ii) para a aquisição dos créditos financeiros cedidos pelo Banco do Brasil (conforme abaixo definido) à Companhia, que representam o Lastro e são objeto da cessão fiduciária em garantia das Debêntures ("Créditos Financeiros"). As Debêntures serão emitidas no âmbito de operação de securitização dos Créditos Financeiros. A formalização dos Créditos Financeiros se dará a partir da celebração da "Escritura Pública de Cessão de Créditos Financeiros e Outras Avenças Sem Coobrigação" ("Escritura Pública de Cessão"), a ser formalizada em até 5 Dias Úteis contados da presente data, entre o Banco do Brasil e a Companhia, de forma que o fluxo de pagamento dos Créditos Financeiros serão o lastro para o pagamento dos valores devidos pela Companhia aos Debenturistas ("Lastro"); **(m)** Preço de Subscrição e Integralização: Em qualquer data da subscrição e integralização ("Data de Subscrição"), a integralização das Debêntures será realizada pelo seu Valor Nominal Unitário. A subscrição e integralização serão realizadas dentro do período de distribuição na forma do artigo 8º-A da Instrução CVM nº 476/09; **(n)** Forma de Subscrição e Integralização: A subscrição e integralização das Debêntures no mercado primário serão realizadas de acordo com os procedimentos adotados pela B3, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, admitindo-se uma ou mais subscrições e integralizações. Os recursos correspondentes serão enviados através de Transferência Eletrônica Disponível para a conta centralizadora. A aquisição dos Créditos Financeiros está condicionada à integralização das Debêntures; **(o)** Registro para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira: As Debêntures serão depositadas para (1) distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 - Segmento CETIP UTVM; e (2) negociação no mercado secundário no Cetip21 - Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Não obstante o disposto, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos) de acordo com o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme abaixo definido), desde que observado o cumprimento, pela Companhia, das exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09. Consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 9º B da Instrução CVM nº 539, de 13.12.2013, conforme alterada ("Instrução CVM nº 539/13"), observado o disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na Escritura. O prazo de 90 dias para restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável ao Coordenador Líder, com relação às Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, conforme previsto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) na negociação subsequente, o adquirente das Debêntures observe o prazo de 90 dias de restrição de negociação, contado da data do exercício da garantia firme pelo Coordenador Líder, bem como os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM nº 476/09; e (ii) a negociação das Debêntures deve ser realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta Restrita; **(p)** Atualização do Valor Nominal Unitário e Prêmio de Performance das Debêntures: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária. As Debêntures farão jus a um prêmio de performance mensal, calculado e pago nos termos da Escritura ("Prêmio de Performance"), sendo certo que o Prêmio de Performance será dividido proporcionalmente entre os Debenturistas de acordo com a quantidade de Debêntures detida por cada qual no Dia Útil anterior ao do pagamento; **(q)** Amortização do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago na Data de Vencimento das Debêntures, ressalvada a hipótese de aquisição facultativa, de eventos de vencimento antecipado das Debêntures, de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme definidos abaixo); **(r)** Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação; **(s)** Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado: As Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente ou resgatadas antecipadamente, a qualquer tempo, aprovada em assembleia geral de Debenturistas. A amortização extraordinária, limitada a 98% do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário), ou o resgate antecipado facultativo das Debêntures, serão realizados, conforme o caso, mediante o envio de comunicado pela Companhia aos titulares das Debêntures neste sentido, com cópia ao Comitê de Gestão e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 Dias Úteis da respectiva data de pagamento ("Amortização Extraordinária" e "Resgate Antecipado", respectivamente). O Resgate Antecipado será realizado caso o valor dos pagamentos dos Créditos Financeiros pelos Devedores recebido pela Companhia seja suficiente para a integral quitação do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido do Prêmio de Performance, se houver ("Valor de Resgate Antecipado"); caso o valor dos pagamentos dos Créditos Financeiros pelos Devedores recebido pela Companhia seja inferior ao Valor de Resgate Antecipado, então a Companhia deverá realizar a Amortização Extraordinária do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de todas as Debêntures, na proporção do valor dos pagamentos dos Créditos Financeiros pelos Devedores recebido pela Companhia. O Resgate Antecipado e a Amortização Extraordinária serão realizados sempre na data proposta pelo Comitê de Gestão e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas, e o valor de resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário das respectivas Debêntures, acrescido do Prêmio de Performance, se houver. Para todos os fins de direito, a B3 deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado e da Amortização Extraordinária por meio de correspondência a ser encaminhada pela Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 Dias Úteis da respectiva data de pagamento. O pagamento do Resgate Antecipado e da Amortização Extraordinária deverá ser realizado na data indicada na comunicação mencionada acima, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Será vedada a realização de Resgate Antecipado parcial das Debêntures; **(t)** Aquisição Facultativa**:** A Companhia poderá, a qualquer tempo adquirir as Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (1) ser canceladas; (2) permanecer em tesouraria da Companhia; ou (3) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures; **(u)** Local de Pagamento: Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (1) utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (2) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, (i) na sede da Companhia ou (ii) conforme o caso, pelo banco liquidante contratado; **(v)** Garantias Reais: Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures ("Obrigações Garantidas"), (i) nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a Companhia cederá fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário: (1) os Créditos Financeiros de sua titularidade, incluindo todos os seus acessórios e garantias; (2) todos direitos da Companhia sobre a Conta Centralizadora, inclusive os recursos do Fundo de Despesas; e (3) eventuais Investimentos Permitidos (conforme serão definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) realizados com os Créditos Financeiros depositados ou de outra forma recepcionados na Conta Centralizadora, incluindo todos os juros, atualização monetária, demais produtos, frutos e rendimentos, bem como recursos resultantes das amortizações e resgates de tais aplicações e investimentos ("Ativos Cedidos"); **(w)** Publicidade: Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "O Dia", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição e os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação em 2 Dias Úteis contados da data da sua realização, sendo certo que, caso a Companhia altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo; **(x)** Pagamentos Condicionados Decorrentes da Realização dos Créditos Financeiros: O pagamento do Prêmio de Performance, a amortização e o resgate das Debêntures condicionam-se ao efetivo pagamento dos Créditos Financeiros pelos devedores dos Créditos Financeiros ("Devedores"); **(y)** Comitê de Gestão: Será constituído um comitê de gestão das Debêntures, sendo que sua composição e atribuições serão definidos e estabelecidos por meio de Assembleia Geral de Debenturista; **(z)** Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). Os Encargos Moratórios não serão devidos pela Companhia nas hipóteses a serem previstas na Escritura; **(aa)** Agente de Cobrança: A **NPL Brasil Gestão de Ativos Financeiros Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ nº 18.583.505/0001-91; **(bb)** Demais Características: As demais características da Emissão e das Debêntures estarão descritas na Escritura. **(ii)** Autorizaram os membros da Diretoria e seus respectivos representantes legais a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: (a) celebrar a Escritura e o Contrato de Distribuição, de acordo com as condições determinadas nesta assembleia e outras que os diretores entendam necessárias, sem prejuízo de qualquer outro documento que se faça necessário; (b) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, inclusive contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário, e, dentre outros, dos seguintes prestadores de serviços: (1) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para serem responsáveis pela estruturação, coordenação e intermediação da distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476/09; (2) assessor jurídico; (3) agente de liquidação e escriturador; (4) agente fiduciário; (5) banco mandatário; (6) agente de cobrança; e (7) eventuais outras instituições, fixando-lhes os respectivos honorários; e (c) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e assinar os documentos necessários à sua efetivação, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e **(iii)** Ratificaram todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão. **Encerramento**: Nada mais. **Acionistas**: Travessia Assessoria Financeira Ltda. (p. seu administrador, Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa); e Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa. JUCESP nº 88.880/21-7 em 16.02.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMUNICADO DE EXTRAVIO

A empresa **TAMURA & TAMURA AMORTECEDORES LTDA**., I.E. 142.638.885.113 e CNPJ 07.040.329/0002-06, estabelecida na Rua Alves Carneiro, 79 – Jd. Vila Formosa – São Paulo/SP vem informar que foi extraviada uma impressora EPSON, Modelo: TM-T81 FBIII, versão 01.00.04, Fabricação EP081410000000072993, Tipo ECF-IF, conforme Boletim de Ocorrência registro nº 452524/2021.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1123732-31.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Henrique Dada Paiva, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Maurício Saboia Freire, RG 10342613, CPF 417.116.372-20, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Editora Cered Centro de Recursos Educacionais Ltda., objetivando a cobrança de R$ 2076,92 (dezembro/2018), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2015. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006764-18.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CARLOS EDUARDO PRATAVIERA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RICARDO SERRA MARQUES, CPF 272.561.378-77, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando o pagamento da quantia de R$ 60.333,98 (Fevereiro/2019), decorrente do Contrato de Credito Cheque Especial, contrato sob o nº 7741086. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de janeiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001834-97.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME FERFOGLIA GOMES DIAS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Maria Amélia Leite Roque Taiana (CPF. 028.269.498-61), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo - Pompéia, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 17.566,37 (janeiro de 2021). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de fevereiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1079691-47.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Carolina de Mattos Bertoldo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Zanchin Q Daisuke Ltda ME (CNPJ. 13.001.361/0001-02), Luis Eduardo de Oliveira Renno (CPF. 277.820.758-90), Matheus Tonin Duarte (CPF. 039.359.686-98), Bianca Cote Gil Duarte (CPF. 296.814.418-93) e Lívia Nascimento (CPF. 060.921.626-01), que Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercantil lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 3.425.238,27 (fevereiro de 2020), representada por 52 Contratos de Arrendamento Mercantil firmados pelas partes. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de novembro de 2020. 17 e 18 / 03 / 2021

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1057322-62.2017.8.26.0002. A Dra. Adriana Borges de Carvalho, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a Bruno Camacho Bovolon (CPF. 404.089.508-89), que Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 226.106,18 (fevereiro de 2021), representada pela Apólice de Seguro Fiança n° 0746.37.15.263-2, oriunda de Contrato de Locação do imóvel sito à Rua Oscar Monteiro de Barros, 328 - Apartamento nº 62 - Edifício Quinta Avenida, Vila Suzana, Capital/SP. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para o pagamento do débito ou para oferecimento de bens (suficientes) à penhora, ambos em 3 (três) dias. A citação também servirá para que o devedor fique desde logo intimado a apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação. Fixo os honorários advocatícios do exequente em 10% (dez por cento) do valor do débito. Na hipótese de imediato pagamento, sem a oposição de embargos, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade. No prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 09/03/2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1050477-14.2017.8.26.0002. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Requerido: Gildete Castro de Santana Peixoto. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1050477-14.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GILDETE CASTRO DE SANTANA PEIXOTO, Brasileira, CPF 649.766.535-87, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco Financiamentos S/A, alegando em síntese: Recebimento de 48 parcelas de R$ 890,49, bem como a condenação da Executada ao pagamento das verbas sucumbenciais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, sob pena de penhora em tantos de seus bens quantos bastem à garantia da execução. Em caso de pagamento dentro do tríduo a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e depositando 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o pagamento do restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo efetuado o pagamento, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de embargos à execução. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de novembro de 2020. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014160-10.2014.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). José Luiz de Jesus Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FLOWER RED COMERCIO E CONFECÇÃO LTDA, CNPJ 10.748.548/0001-78 e VILARINO SANTOS SANTANA, CPF 034.040.418-36, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Santander (Brasil) S/A, objetivando o recebimento da R$ 70.000,00 referente ao débito oriundo da Cédula de Crédito Bancário nº 00334672300000001740, totalizando o valor de R$ 173.732,61 atualizado até 14/11/2014. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foram determinadas as suas CITAÇÕES, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo que, no prazo 3(três) dias, efetuar(em) o pagamento do valor reclamado, sob pena de penhora, fixando honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado, advertidos os executados, de que em caso de pagamento do valor reclamado no prazo de 3(três) dias, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ficando advertido(s), ainda, que poderá(ão), dentro do prazo de 15 (quinze) dias, embargar a execução ou reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, requerer(em) seja(m) admitido(s) a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Não havendo manifestação, os executados serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de março de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1030306-67.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Carolina de Mattos Bertoldo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER Global Comércio, Importação, Exportação e Serviços Eireli ME (CNPJ. 67.081.703/0001-62), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 273.070,71 (fevereiro de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro. Estando a executada em lugar ignorado, expedese edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de fevereiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1027666-60.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Franco Bueno Cáceres, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Ariane Pires da Silva (CPF. 388.750.568-97), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 28.658,94 (abril de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços CDC - PF, número 004.038.417. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de março de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1019906-86.2019.8.26.0100. A Dra. Melissa Bertolucci, Juíza de Direito da 27ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Moldstone Comércio de Artigos para Piscinas Ltda (CNPJ. 96.552.914/0001-34) e Raphael Vetere Neto (CPF. 755.237.798-49), que Banco Santander (Brasil) S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 232.281,57 (junho de 2019), representada pelo Contrato de Cédula de Credito Bancário Confissão e Renegociação de Dívida nº 00330344300000009130, cadastrado internamente como operação nº 0344000009130300424. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 03/02/2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0047758-68.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paula Velloso Rodrigues Ferreri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FABIO CHOQUE BALBOA, RG V 734495-J, CPF 236.111.838-65, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Voga Empreendimento Ltda., foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 79.815,54 (outubro de 2020). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de fevereiro de 2021. 17 e 18 / 03 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1030569-70.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a HENRIQUE MENEGHELLI, CPF nº. 214.226.698-31, que HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo lhe ajuizou lhe ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 37.977,09 (abril de 2014), representada pelo Contrato para Financiamento de Capital de Movimento ou Abertura de Crédito e Financiamento para Aquisição de Bens Móveis, ou Prestação de Serviços e Outras Avenças n° 1511-04937-23, celebrado em 18/06/2013. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida sua CITAÇÃO por EDITAL para que, em 03 dias, PAGUE o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, OPOR EMBARGOS, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até seis parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertidas de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. 17 e 18 / 03 / 2021

CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS GAIVOTA DE SÃO PAULO – ATAG – CNPJ - 57.856.247/0001-21. Nos termos dos artigos 15 e 16 do estatuto social vigente e do artigo 60 da lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, alterada pela lei nº 11.127 de 28 de junho de 2005, o diretor presidente da diretoria executiva da Associação convoca os seus associados em condições de votar para comparecerem a assembleia geral ordinária que será realizada no dia 31 de março de 2021 para melhor acomodação de seus associados na RUA SILVEIRA RODRIGUES Nº 176 VILA ROMANA SAO PAULO CAPITAL CEP 05048-070 em primeira convocação as 10;30 horas com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos seus associados em condições de voto ou em segunda convocação as 11;00 horas com a presença de qualquer numero de associados em condições de voto , para discussão e deliberação da seguinte **ordem do dia : (01)** Eleições para os cargos dos conselhos Deliberativo , Fiscal e de Ética e Disciplina para o exercício do próximo mandato do período de 01/04/21 a 31/03/22 **(02)** Prestação de contas do exercício anterior compreendendo o balanço e a apreciação das contas de resultados acompanhadas do parecer do conselho Fiscal . O prazo para inscrições aos cargos será de 10 (dez dias) antes da data da ASSEMBLEIA na sede da Associação ate as 18;00 horas , conforme artigo 32 e seguintes do estatuto social .O numero de associados para efeito de quorum para participação na assembleia e de 50 (cinqüenta). SAO PAULO 16 DE MARÇO DE 2021 Marcos Aurélio Cesar Da Costa diretor presidente.

ASPAL - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SUBSOLO – CAPITAL – SP – 04097-900
CNPJ 06933768/0001-02
CONVOCAÇÃO

A diretoria da **ASPAL – Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,** tendo em vista a impossibilidade de realização de evento presencial, em virtude da pandemia de Covid-19, CONVOCA, nos termos estatutários, os(as) senhores(as) associados(as) para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará **dia 30 de março de 2021, às 10 horas**, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, e às **10h30** em segunda convocação com qualquer número de presentes, por videoconferência, pela plataforma Zoom, pelo link **https://us02web.zoom.us/j/84736080236 - ID da reunião: 847 3608 0236** -, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 – Composição da Mesa; 2 – Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Geral anterior; 3 – Prestação de Contas do exercício de 2020; 4) assuntos diversos. Qualquer dúvida ou dificuldade para ingresso na reunião, favor se dirigir ao WattsApp: (11) 97448-2080. São Paulo, 15 de março de 2021 – **GASPAR BISSOLOTTI NETO – PRESIDENTE.**

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1119530-16.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Serpentino, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **Karina de Almeida Carlson, CPF: 147.417.018-83, RG: 214167719**, que lhe foi proposta uma ação **Monitória** por parte de Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – Supero Ltda, **CNPJ: 43144.880/0001-82**, objetivando a cobrança de R$ 1.667,98 (junho/2015), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2012. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito atualizado, acrescida(s) dos honorários advocatícios no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que o réu ficará isento do pagamento das custas processuais, ou ofereça embargos ao mandado monitório nos termos do art. 701 do CPC, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. No caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de fevereiro de 2021.

30ª Vara Cível - Foro Central Cível-SP. Edital de Citação e Intimação da Penhora com o Prazo de 20 dias. Processo nº 1069994-94.2020.8.26.0100A Dra. DANIELA DEJUSTE DE PAULA, Juíza de Direito da 30ª Vara Cível - Foro Central Cível SP, na forma da lei, Faz Saber ao execut adoAGNELO SPOSITO, CPF/MF sob o nº. 184.668.858-20, que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, requerida por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CAMPOS ELISEOS, na qual procedeu-se a penhora sobre os seguintes bens: Apartamento nº 21, localizado no 2º andar ou 3º pavimento do EDIFÍCIO CAMPOS ELIZIOS, situado na Alameda Barão de Piracicaba nº 893, no 11º Subdistrito Sant a Cecília, possui a área útil de 65,75m2., cabendo-lhe uma quota part e ideal de 4,641% no terreno e demais coisas de uso comum do edifício. Contribuinte: 008.008.0048-6. Estando o executado supra mencionado em lugar ignorado, foi determinada a sua citação nos termos da ação e intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, sob pena de prosseguir o feito em seus ulteriores termos. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. J - 17 e 18/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001912-11.2019.8.26.0564. O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo. Estado de São Paulo. Dr. Gustavo Dall'Olio. na forma da Lei. etc... ***FAZ SABER*** a **FABRICIO COSME GOUVEIA**, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, RG 67.445.058-9, CPF 468.381.518-47, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A - Filial Pro Matre Paulista**, objetivando a cobrança de **R$ 4.660,97 (jan/2019)**, decorrente dos serviços médico hospitalares prestados. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 11 de janeiro de 2021.

Edital de 1º e 2º Leilão dos direitos de propriedade sobre o Título Patrimonial do Clube Paineira do Morumby e para intimação do executado **FERNANDO CANIZARES** (CPF.088.663.268-44), e o interessado **CLUBE PAINEIRAS DO MORUMBY**, e demais interessados, expedido nos autos da Ação de **EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, PROCESSO 1043644-14.2016.8.26.0002**, proposta por **WELLINGTON RIBEIRO DE ALMEIDA** (CPF. nº 020.045.935-04). A Dra. Claudia Carneiro Calbucci Renaux, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional II – Santo Amaro/SP, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, FAZ SABER levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da ARGO NETWORK LEILÕES **www.argonetworkleiloes.com.br**, através do leiloeiro oficial PHILLIPE SANTOS IÑIGUEZ OMELLA, JUCESP nº960,em condições que segue: **DESCRIÇÃO DO BEM:** Direitos de propriedade sobre o Título Patrimonial nº 0674 do Clube Paineira do Morumby, com sede na Av. Doutor Alberto Penteado, nº 605, Morumbi, São Paulo/SP; **AVALIAÇÃO: R$90.000,00 (fls. 306 dos autos - Abril/2019)**. **OBS**: No caso de arrematação há procedimentos e requisitos exigidos pelo Estatuto Social do Clube Paineiras do Morumby para a formalização da transferência de Títulos Patrimoniais, tal como a inexistência de débitos e o pagamento da Taxa de Transferência vigente na data da transferência, atualmente no valor de R$60.000,00, e a admissão no quadro associativo, inclusive com a apresentação por dois Associados e de documentação pertinente, que deverão ser observados e atendidos pelo eventual arrematante. **DÉBITO EXEQUENDO: R$100.015,45 (Fev./2021)**. **DATAS DOS LEILÕES** –1º leilão, que terá início no **dia 06 de Abril de 2021, às 14:00 horas,** encerrando-se no **dia 09 de Abril de 2021, às 14:00 horas**, e, para eventual segundo leilão, que seguir-se-á sem interrupção, encerrando no **dia 30 de Abril de 2021, às 14:00 horas. CONDIÇÕES DE VENDA –** Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou maior que a avaliação (1º leilão) ou aquele que der lance de valor igual ou maior a 50% do valor da avaliação (2º leilão). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação parcelada, necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juízo da causa (Art. 891, Par. Único, Art. 895, § 1º, § 2º, § 7º e § 8º do NCPC). Os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, deverão requer por escrito e endereçado ao Juízo, o interessado deverá apresentar as prestações (observado o requisito do artigo 895, § 1°, CPC/2015), a modalidade, o indexador de correção monetária (artigo 895, § 2º, CPC/2015), a garantia oferecida (artigo 895, § 1º, CPC) e as condições de pagamento do saldo devedor (artigo 895, § 2º, CPC/2015). No mesmo requerimento, o interessado na arrematação com pagamento parcelado deverá consignar expressamente estar ciente da incidência da multa de 10% (sobre a parcela inadimplida somada às parcelas vincendas) em caso de atraso no pagamento (artigo 895, § 4°, CPC/2015). E, em caso de inadimplemento, deverá declarar sua ciência sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (artigo 895, § 5°, CPC/2015). Lembrando que proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (artigo 895, § 7°, CPC/2015). **PAGAMENTO** – O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A. através do site www.bb.com.br, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do NCPC). **COMISSÃO DO LEILOEIRO –** 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do arremate), e deverá ser depositada em juízo e será autorizado seu levantamento após apreciação da idoneidade do lance pelo juízo; **DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE –** Eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos até a data do leilão serão pagos com o produto da venda, mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa (Art. 130, Par. Único do CTN). Os débitos de natureza hipotecária seguirão o disposto no artigo 1499, inciso VI, do C.C., ou seja, será extinto, desde que o credor tenha sido devidamente notificado/cientificado O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área de responsabilidade do arrematante, que será responsável pela eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do NCPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **DUVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou ainda, pelo telefone (11)2338-0211 e email: **phillipe@argoleiloes.com.br**. Para participar acesse **www.argonetworkleiloes.com.br**. Ficando o executado **FERNANDO CANIZARES** (CPF.088.663.268-44), e o interessado **CLUBE PAINEIRAS DO MORUMBY**, e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

INOXIL S/A - C.N.P.J. 61.416.996/0001-05 - NIRE: 35300121961

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Transformação de S/A em Sociedade Ltda Realizada em 30.10.2020

Data, hora, Local: 30.10.2020, às 14hs, sede social, Avenida Atalaia do Norte nº 22, Jardim Cumbica, Guarulhos/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Christian Lehmann Andersen**, Secretária: **Karen Lehmann Andersen Mayrink**. **Deliberações aprovadas:** a) Alteração do tipo desta sociedade, de anônima para Ltda, em continuação e sucessão da sociedade anônima, sem solução de continuidade, não havendo, portanto, nova sociedade, mas apenas a transformação do tipo social, mais consentâneo com os seus interesses e finalidades. Transformada a Inoxil S/A na sociedade empresária limitada **Inoxil Indústria e Comércio Ltda,** para a qual passam automaticamente todos os direitos e obrigações da sociedade ora transformada, sendo também aprovadas as seguintes resoluções: 1. adotar as cláusulas e condições constantes do Contrato Social assinado nesta data; 2. Atribuir a cada quota representativa do capital social o mesmo valor de cada ação da sociedade transformada, ou seja, R$ 1,00 cada uma; 3. Receber cada acionista tantas quotas quantas forem às ações possuídas, como segue: **Christian Lehmann Andersen** 1.126.200 quotas, **Karen Lehmann Andersen Mayrink** 936.900 quotas e **Willy Lehmann Andersen** 936.900 quotas, que correspondem ao capital social de R$ 3.000.000,00, inteiramente realizado. Nada mais, foi encerrada a Assembleia, ficando os sócios na obrigação de providenciar a legalização do contrato social e demais atos necessários. Guarulhos 30.10.2020. JUCESP nº 552.001/20-0 e NIRE 3523240518-1 em 30.12.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Processo 1094085-30.2015.8.26.0100 - Declaração de Ausência - Curadoria dos bens do ausente - Deolinda Peralta Oruê - EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - PRAZO DE UM ANO Autos de Declaração de Ausência de Roberto Jover Carmelo Peralta Perez, requerido por Deolinda Peralta Oruê, CPF 176.111.958-32 - Processo nº 1094085-30.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leonardo Aigner Ribeiro, na forma da Lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que atendendo ao que lhe foi requerido anuncia que nos autos supracitados, procedeu-se à ARRECADAÇÃO dos bens de propriedade do requerido Roberto Jover Carmelo Peralta Perez, e ainda o chama, para entrar na posse de seus bens, conforme dispõe o art. 745 do CPC. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado durante um ano, reproduzido de dois em dois meses na forma da lei. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de janeiro de 2021. - ADV: RENATO BAEZ NETO (OAB 149083/SP) B - 16 e 17

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002915-60.2018.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). José Luiz de Jesus Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PIZZARIA E ESFIHARIA DON VITO LTDA ME (na pessoa de seu representante legal), CNPJ 14.684.477/0001-48, e JENIFER STEFANIE DE OLIVEIRA, Brasileira, Solteira, Empresária, CPF 397.413.358-57, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, para cobrança de R$ 22.550,55 (out/2018), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário nº 197.002. Estando as executadas em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a afluir após o prazo supra, para que ofereçam embargos, facultando as executadas nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requererem o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês,sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo exequente (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de novembro de 2020. B - 16 e 17

Intimação - Prazo 20 dias - Cumprimento de sentença (0002006-39.2021.8.26.0100) - Processo principal: 1117330-36.2016.8.26.0100. A Dra. Priscilla Bittar Neves Netto, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a José Adilson da Silva, CPF 215.222.258-03, que a Ação de Procedimento Comum, tendo como corréu Jorge Moises Céspedes Flores, requerida por Aleksandro Ikeda, foi julgada parcialmente procedente, condenando os réus ao pagamento de R$ 14.680,70 (jan/2021), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários advocatícios e demais cominações. Estando o executado em lugar ignorado, expediu-se o presente, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento voluntário do débito, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do C.P.C.). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, ofereça suas impugnações (art. 525 do C.P.C.), sob pena de ser considerado revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 19 de fevereiro de 2021. B - 16 e 17

FORO CENTRAL - 11ª VARA CÍVEL - Processo: **1107000-48.2014.8.26.0100** - Classe/Assunto: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** - Reqte: **VIVANTE S.A.** - Requerido: **BF COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. ME e/o.** Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. 493/497, **servindo a presente decisão como edital.** Este Juízo **FAZ SABER** a **BF COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. ME**, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida ação **PROCEDIMENTO COMUM - TÍTULOS DE CRÉDITO** por **VIVANTE S.A.,** alegando em síntese: A empresa autora tomou conhecimento de cobranças indevidas efetuadas pela primeira ré, **BF Comercial Elétrica Ltda. - ME,** sem que tenha firmado qualquer contrato com referida empresa. Teve avisos de protestos conforme NF nº 2302; NF nº 2304; NF nº 2307, porém ilegítimos os títulos/cártulas que foram endossados pela segunda Ré. Pede-se sejam julgados procedentes os pedidos de indenização por danos morais, com a condenação das Rés ao pagamento de indenização, custas processuais e honorários advocatícios. Dá-se à causa o valor de R$ 53.320,04 (cinquenta e três mil trezentos e vinte reais e quatro centavos)." Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **15 dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente **CONTESTAÇÃO**, sob pena de **REVELIA**. No silêncio, será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 259,35, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 16 de fevereiro de 2021.

17 e 18/03

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO do bem imóvel abaixo descrito e para **INTIMAÇÃO** da executada **EXCLUSIV ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA** (CNPJ.07.397.115/0001-00); representada pelos sócios LUIZ ROBERTO GRACIOTTI (CPF.001.644.288-10), e ANA REGINA ALBANO GRACIOTTI (CPF.029.486.518-75); A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos – Secretária da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda; **A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, e demais interessados, expedido nos autos do **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, **PROCESSO 0028268-05.2016.8.26.0002**, movida por **CONDOMINIO JARDIM SUL OFFICE TOWER** (CNPJ. nº 02.376.734/0001-03). O Doutor Guilherme Silva e Souza, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional II – Santo Amaro/SP, nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **Argo Network Leilões (www.argonetworkleiloes.com.br)**, em condições que segue: **BEM:** "**IMÓVEL**: ESCRITÓRIO Nº 113, localizado no 11º pavimento do "EDIFÍCIO JARDIM SUL OFFICE TOWER", situado à Rua Nelson Gama de Oliveira, nº 311 e Rua Delegado Moraes Novaes, na Vila Andrade, no 29º Subdistrito – Santo Amaro, com a área útil de 30,640m², a área comum de 19,920m², referente a 01 vaga indeterminada na garagem coletiva, e a área comum de 27,175m², perfazendo a área total de 77,735m², correspondendo-lhe a fração ideal de 1,6445% no terreno condominial. Referido empreendimento foi submetido ao regime de condomínio, conforme o registro feito sob nº 11 na matrícula nº 221.788. Contribuinte nº 169.223.0278-7." **MATRICULA 307.405 do 11º CRI/SP**; **Consta conforme Av.5**, **ARROLAMENTO DE BENS** - pelo ofício DRF/OSA/SEFIS nº 78/2012 de 26 de julho de 2012, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos – Secretária da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda, foi determinada a presente averbação, nos termos do paragrafo 5º do artigo nº 64 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para constar que o imóvel desta matricula, de propriedade de Exclusiv Adm. e Part. Ltda, passou a integrar o termo de arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo Luiz Roberto Graciotti (CPF.001.644.288-10), sendo certo ainda, que na ocorrência de alienação, transferência ou oneração de qualquer dos bens ou direitos relacionados, deverá ser comunicada a unidade da Secretária da Receita Federal, no prazo de 48 horas, e que o não cumprimento dessa obrigação implicará a imposição da penalidade prevista no artigo 9º do Decreto-lei nº 2.303, de 21/11/1986, observando a conversão a que se refere o inciso I do artigo 3º da Lei nº 8.383 de 30/12/1991, e o artigo 30 da Lei nº 9.249, de 26/12/1995, independentemente de outras comunicações legais, inclusive em decorrência de dano ao Erário que vier a ser causado pela omissão ou inexatidão da comunicação; **e conforme Av.6**, registro da penhora exequenda. **ONUS**: **DÉBITOS DE IPTU: R$2.280,45 até 10/02/2021**; **DIVIDA ATIVA: R$16.477,66 até 10/02/2021. AVALIAÇÃO: R$221.067,00 para Novembro/2020; DÉBITO EXEQUENDO: R$192.818,46 – até 08/02/2021; DATAS DOS LEILÕES - 1º leilão, que terá início no dia 01 de Abril de 2021, às 14:00 horas, encerrando-se no dia 07 de Abril de 2021, às 14:00 horas, e, para eventual segundo leilão, que seguir-se-á sem interrupção, encerrando no dia 27 de Abril de 2021, às 14:00 horas. CONDIÇÕES DE VENDA –** Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou maior que a avaliação (1º leilão) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 50% do valor da avaliação (2º leilão). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação parcelada, devendo anteceder o início de cada leilão, necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juízo da causa (Art. 891, Par. único, Art. 895, § 1º, § 2º, § 7º e § 8º do NCPC). **PAGAMENTO** - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A. através do site www.bb.com.br, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, o arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do NCPC). **COMISSÃO DO LEILOEIRO –** 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do arremate), e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão na conta a ser informada pelo Leiloeiro Oficial. **DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE -** Eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos até a data do leilão serão pagos com o produto da venda, mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa (Art. 130, Par. Unico do CTN). Os débitos de natureza hipotecária seguirão o disposto no artigo 1499, inciso VI, do C.C., ou seja, será extinto, desde que o credor tenha sido devidamente notificado/cientificado. Os débitos decorrentes de condomínio que não venham a ser satisfeitos com o produto da arrematação do imóvel serão de responsabilidade do arrematante, na qualidade de adquirente da unidade, nos termos do art. 1.345, do CC. O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área de responsabilidade do arrematante, que será responsável pela eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do NCPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou ainda, pelo telefone (11)2338-0211 e e-mail: **phillipe@argoleiloes.com.br**. Para participar acesse **www.argonetworkleiloes.com.br**. A publicação deste edital supre eventual insucesso na intimação da executada **EXCLUSIV ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA** (CNPJ.07.397.115/0001-00); representada pelos sócios LUIZ ROBERTO GRACIOTTI (CPF.001.644.288-10), e ANA REGINA ALBANO GRACIOTTI (CPF.029.486.518-75); **A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;** A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos – Secretária da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda, e demais interessados. Não consta nos autos haver recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais.

Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 25.116.715/0001-35

Relatório da Administração

Fundada em 1º de julho do ano de 2016, a Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua do Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e ímpar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2020, a Gaia Cred II quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2016 e 3 (três) séries de debêntures em 2017. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2017, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Aplicações financeiras	4	5.698	5.001	Contas a pagar	7	4	34
Carteira de créditos	5	1.117	758	Obrigações fiscais	8	54	11
Adiantamentos a fornecedores		10	-	Debêntures	9	483	572
Impostos a recuperar	6	105	19	**Total do passivo circulante**		**541**	**617**
Total do ativo circulante		**6.930**	**5.778**	**Não circulante**			
Não circulante				**Exigível ao longo prazo**			
Carteira de créditos	5	381	339	Debêntures	9	6.769	5.499
Total do ativo não circulante		**381**	**339**	**Total do passivo não circulante**		**6.769**	**5.499**
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	1	1
				Prejuízos acumulados		-	-
				Total do patrimônio líquido		**1**	**1**
Total do ativo		**7.311**	**6.117**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**7.311**	**6.117**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais			
Despesas de captação	11	(1.533)	(1.431)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.533)**	**(1.431)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12.1	5.963	6.443
Despesas financeiras	12.2	(4.430)	(5.012)
		1.533	**1.431**
Prejuízo do exercício		-	-
Média ponderada de ações	9	**1**	**1**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos:		
Em carteira de crédito	(401)	(275)
Em impostos a recuperar	(86)	(8)
Em adiantamento a fornecedores	(10)	3
Em contas a pagar	(30)	(41)
Em obrigações fiscais	43	2
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(484)**	**(319)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	1.181	273
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**1.181**	**273**
(Redução) Aumento líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	**697**	**(46)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.001	5.047
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.698	5.001
(Redução) Aumento líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	**697**	**(46)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**1**	-	**1**
Capital social emitido	10	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1**	-	**1**
Prejuízos acumulados		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1**	-	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.499)**	**(1.790)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.499)	(1.790)
Valor adicionado bruto	**(1.499)**	**(1.790)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(1.499)**	**(1.790)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.963	6.443
Valor adicionado total a distribuir	**4.464**	**4.653**
Distribuição do valor adicionado	**4.464**	**4.653**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**60**	**33**
Federais	60	33
Remuneração de capital de terceiros	**4.404**	**4.620**
Juros e prêmios	4.404	4.620
Remuneração de capitais próprios	-	-
Lucros/prejuízos acumulados	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 13 de junho de 2016 e obteve seu registro na JUCESP em 01 de julho de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédi- [illegible]

[illegible] tado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita ocorre pela recuperação dos créditos inadimplidos, e é a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e com base na recuperação efetiva realizada pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, en- [illegible]

[illegible] passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de perda dos processos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resul-

[illegible]

	2020	2019
1ª Emissão série única	483	572
2ª Emissão série única	3.677	3.437
3ª Emissão 1ª série	2.465	2.305
3ª Emissão 2ª série	1	1
Amortizações	(399)	(251)
Juros sobre as debêntures	400	251
Aumento (Redução) do valor nominal das debêntures	625	(244)
Total	**7.252**	**6.071**
Parcela no passivo circulante	483	572
Parcela no passivo não circulante	6.769	5.499

Tipo: simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações. **Espécie:** com garantia real.

	1ª Emissão Série única	2ª Emissão Série única	3ª Emissão Série 1ª	3ª Emissão Série 2ª
Valor original	100.000.000	2.000	3.000	1
Valor unitário	1	100	100	1

Destinação dos recursos: Os recursos oriundos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis. **Pagamentos condicionados:** A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortizações e remunerações) está condicionada à realização das carteiras de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora a partir da integralização dos recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures. **Remuneração adicional (prêmio):** Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados à debênture e paga em parcelas mensais. **Garantias:** Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contendo o fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures. **Dação em pagamento:** Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos [illegible]

	2020	2019
[illegible]		
CSRF a recolher	6	4
IRRF a recolher	1	1
	54	**11**

9. Debêntures: Em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de Debêntures, sem remuneração, com vencimento em 2026. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016. Em 15 de outubro de 2017, a Companhia realizou duas emissões de debêntures da seguinte forma: • 2ª Emissão série única no valor de R$ 2.000 (dois milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a. e vencimento em outubro de 2027. Os valores emitidos foram totalmente integralizados. • 3ª Emissão 1ª série no valor de R$ 3.000 (três milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a. e 2ª série no valor de R$ 1 (um mil reais) sem remuneração e vencimento em outubro de 2027. Os valores emitidos foram totalmente integralizados. Em 31 de dezembro de 2020, estão representadas da seguinte forma:

[illegible] cionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores. **Risco de liquidez:** O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI [illegible] tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R$ 5.698 aplicados em certificado de depósitos bancários. **Garantias de crédito:** As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência são: **Garantia real:** Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Companhia cedeu fiduciariamente os créditos adquiridos aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário conforme escritura de emissão. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adi-

[illegible] presas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir: • CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; • CPC 24 - Evento Subsequente; • CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis; • CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e • CPC 48 - Instrumentos financeiros; A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações contábeis que os estudos internos dos impactos do COVID-19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações contábeis aqui apresentadas.

Presidente - João Paulo dos Santos Pacífico | **Diretor Financeiro -** João Paulo dos Santos Pacífico | **Responsável Técnico:** Aline Aparecida de Lima Santos - Contadora - 1SP301316/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de audito- [illegible] mos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Controles sobre a existência e valorização dos recebíveis que lastreiam as debentures da Companhia:** Conforme mencionado nas notas explicativas 6 e 8, a Companhia mantém registrado direitos de créditos financeiros vinculados às suas emissões de debêntures, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos financeiros tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira das debêntures emitidas aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos financeiros as correspondentes debêntures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debêntures em conexão as suas obrigações. Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa deles, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros; (ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; (iii) recalculo do valor presente dos direitos de créditos financeiros, em base de amostras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações [illegible] forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção rele- [illegible] mos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com [illegible]

MAZARS São Paulo, 5 de março de 2021

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Cleber de Araujo - Contador
CRC nº 1 SP 213655/O-8

Agro-Pecuária Pilon S/A
CNPJ: 44.973.410/0001-94 - NIRE: 3.53.0036461.9
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE**, a se realizar no dia 09.04.2021, às **15:00 horas**, em nossa Sede Social, sita na Fazenda Santa Maria, Bairro São Francisco, neste município de Cerquilho, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2020; c) Outros assuntos do interesse social. **Extraordinária**:- a) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquilho, 11.03.2021. **Nelson Pilon - Diretor Presidente.**

Fazenda Pilon S/A
CNPJ: 57.226.151/0001-80 NIRE: 3.530036405-8
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO,** a se realizar no dia 16.04.2021, às **16:30 horas**, na sede social na Fazenda São José, Bairro São Francisco CEP 18.520-000, em Cerquilho, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício Social findo em 31/12/2020; c) Outros assuntos do interesse social. **Avisos**: Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquilho, 11/03/2021. **José Pilon - Diretor Presidente.**

Fazendas Reunidas Pilon S/A.
CNPJ: 52.310.885/0001-29 - NIRE: 3.53.0036406-6
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 16.04.2021, às **15:30 horas**, na sede social situada na Fazenda Santa Maria-Bairro São Francisco - CEP 18520-000, em Cerquilho - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária**: - a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2020; b) Fixação da remuneração de administrador; d) Outros assuntos do interesse social. **Extraordinária**: - a) Abertura e encerramento de filiais; b) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquilho, 11.03.2021. **José Pilon - Diretor Presidente.**

Jupira Mineração e Agro-Pecuária S/A.
CNPJ: 48.697.973/0001-58 - NIRE: 3.53.0036516-0
Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 16.04.2021, às **16:00 horas**, na sede Social situada na Fazenda Jupira - Estrada Municipal de Porto Feliz/Boituva - Bairro Jupira - CEP 18.540-000, em Porto Feliz - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2020; b) Fixação da remuneração de administrador; e) Outros assuntos do interesse social. **Extraordinária**: - a) Abertura e encerramento de filiais; b) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquilho, 11.03.2021. **Valentin Roque Pilon - Diretor Presidente.**

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1014015-47.2020.8.26.0004** O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr. José Antonio Siqueira Nunes de Faria, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível Regime de Bens Entre Cônjuges movida por Ana Paula Moreira Favaro e Anselmo Favaro, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento, qual seja, de Comunhão Parcial de Bens para o de Separação Total de Bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2021 [16,17]

CNM endossa pacto nacional pela vida e saúde proposto por governadores

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou comunicado na terça-feira (16) em que manifesta apoio ao Pacto Nacional pela Vida e pela Saúde, proposto pelo Fórum dos Governadores.

Assinada pelo presidente da entidade, Glademir Aroldi, a nota destaca três pontos do pacto para o enfrentamento à pandemia, que tem seu pior momento no Brasil desde o primeiro caso, em fevereiro do ano passado.

A primeira providência é a vacinação em massa pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), iniciativa do Sistema Único de Saúde (SUS) coordenada pelo governo federal.

O comunicado alerta, no entanto, que "havendo a indefinição em relação ao cumprimento do calendário de distribuição das vacinas pelo governo federal, se fará necessária uma concertação nacional temporária dos estados e seus respectivos municípios para a aquisição suplementar das vacinas, respeitando-se, primordialmente, o princípio constitucional de igualdade entre os brasileiros".

O segundo ponto do pacto apoiado pela confederação é a adoção de medidas de prevenção à disseminação da covid-19, como o uso de máscaras e o distanciamento social.

A terceira ação ressaltada pela CNM é o auxílio do governo federal para a manutenção e ampliação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) para evitar o colapso dos sistemas de saúde.

Na nota, a entidade defende a união das instituições públicas nas três esferas da Federação. "É fundamental que TODOS assumam cada qual a sua responsabilidade, despolitizando a pandemia e colocando em primeiro lugar a vida e a saúde de cada cidadão brasileiro", diz o texto. (Agencia Brasil)

16ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL - COMARCA DA CAPITAL/SP - EDITAL de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1091157-67.2019.8.26.0100 -** O MM. Juiz de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dr. FELIPE POYARES MIRANDA,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **RODRIGO BRAGA DIAS**, brasileiro, CPF 326.233.698-01, que lhe foi proposta uma ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** por parte de **ICOMON TECNOLOGIA LTDA.**, visando a condenação no pagamento de R$1.500,00 a ser atualizado e acrescido das cominações legais, proveniente de danos causados ao veículo locado pela ré, VW Gol placas FRT 8461, face à colisão traseira provocada pelo réu na condução do veículo Fiat Stilo placas DSR 8652, ocorrida em 08/12/2017. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **15 dias,** que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2021 .

16 e 17/03

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO - 3ª VARA CÍVEL - Avenida das Nações Unidas, 22939 - Sala 601 - Santo Amaro - CEP 04795-100 - Fone: 011 - 5541.8413 - São Paulo-SP - E-mail:stoamaro3cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Proc. nº **1041241-67.2019.8.26.0002**. O Dr. **CLAUDIO SALVETTI D'ANGELO**, MM Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do ForoRegional II - Santo Amaro, Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** a **SONIA DA CRUZ PEREIRA** (CPF 317.098.818-28), que **CASA DE BENEFICENCIA SÃO PAULO (COLÉGIO ELIAS ZARZUR)** lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM** visando a condenação no pagamento de R$5.711,75 (junho/2019) a ser atualizado e acrescido das cominações legais e contratuais, débito este referente a serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Estando a réu em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CTAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhes será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2021.

16 e 17/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006108-20.2017.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). José Luiz de Jesus Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANTONIO NETO DA SILVA MANUTENÇÃO - ME, CNPJ 21.950.849/0001-04 e ANTONIO NETO DA SILVA, brasileiro, Diretor de empresa, solteiro, endereço eletrônico desconhecido, inscrito no CPF sob o nº 620.985.153-32, portador do RG de nº 2009020849-2, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando o recebimento de R$ 97.258,32 (agosto/2017) decorrente da Cédula de Crédito Bancário nº 010.399.383, firmada em 26/09/2016, para o pagamento em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26/10/2016 e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, paguem o débito atualizado, podendo ainda, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderão comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até seis parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de julho de 2019. 17 e 18 / 03 / 2021

Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 26.433.778/0001-88

Relatório da Administração

Fundada em 08 de setembro do ano de 2016, a Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua do Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 9º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Seu escopo é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento seja popularizada entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e mais ágil na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desenvolvimento de operações inovadoras, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a qualidade relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dentre os principais benefícios para os investidores como a rentabilidade atrelada a uma cesta de créditos, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2020, a Gaia Cred quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores. Sempre mostrando que é uma companhia que processa de ordem e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2016. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim como melhor atendimento de qualidade aos investidores como a melhor parceira de securitizadoras. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a força de vontade, de sempre estar à frente. Para os anos de 2020 e 2021 (exercícios de 2019 e 2020 "IDVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2019, a Mazars Auditores Independentes S.S., no quaisquer partes relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	223	760
Aplicações financeiras	4.1	2.748	7.038
Carteira de créditos	5	64.959	86.994
Outros ativos a receber	6	181	2.753
Impostos a recuperar		307	276
Imóveis disponíveis para venda	7	19.230	20.947
		88.648	**118.768**
Não circulante			
Realizável ao longo prazo			
Contas a receber	5	438.129	438.129
		438.129	**438.129**
Total do ativo		**526.777**	**556.897**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Obrigações fiscais		9	7
Debêntures	8	55.468	87.031
Outras obrigações		1.510	40
		56.977	**87.078**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo			
Debêntures	8	469.798	469.737
		469.798	**469.737**
Patrimônio líquido	9		
Capital social		2	2
Prejuízos acumulados		(132.473)	(125.329)
Outros resultados abrangentes		172.473	125.329
		2	**2**
Total do passivo e patrimônio líquido		**526.777**	**556.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de prestação de serviços			
Despesas gerais e administrativas	10	(10.173)	(13.169)
Receitas operacionais		222	(133)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(9.946)**	**(13.302)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		11.789	26.626
Despesas financeiras		(8.987)	(13.893)
Resultado financeiro líquido	11	**2.802**	**12.736**
Prejuízo do exercício		**(7.144)**	**(566)**
Média ponderada de ações	9	**1**	**1**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	9	**(7.144,00)**	**(566,00)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Resultado do exercício	**(7.144)**	**(566)**
Outros resultados abrangentes	7.144	566
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(7.144)**	**(566)**
Ajuste para:		
Provisão para perdas no contas a receber	-	-
Prejuízo ajustado	**(7.144)**	**(566)**
Variações nos ativos e passivos:		
Em contas de créditos	22.035	(30.779)
Em impostos a recuperar	(31)	(128)
Em imóveis disponíveis para venda	1.617	(10.154)
Em outras contas a receber	1.572	2.148
Em obrigações fiscais	2	1
Em outras obrigações	1.470	40
Total caixa líquido (Consumido) originado das atividades operacionais	**19.521**	**(39.438)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
(Liquidação)/captação de debêntures	(24.368)	34.027
Integralização de capital	-	1
Caixa líquido (Consumido) originado pelas atividades de financiamento	**(24.368)**	**34.028**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(4.847)**	**(5.410)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.818	13.228
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.971	7.818
Redução/ Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(4.847)**	**(5.410)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1	(125.329)	(125.328)
Capital social emitido	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(566)	(566)
Redução do valor nominal das debêntures	-	566	566
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1**	**-**	**1**
Capital social emitido	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(7.144)	(7.144)
Redução do valor nominal das debêntures	-	7.144	7.144
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2**	**-**	**2**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2020	2019
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.173)	(13.256)
Valor adicionado bruto	**(10.173)**	**(13.256)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(10.173)**	**(13.256)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	11.789	26.626
Outras receitas	222	-
Valor adicionado total a distribuir	**1.843**	**13.370**
Distribuição do valor adicionado	**1.843**	**13.370**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	**46**
Federais	-	46
Remuneração de capital de terceiros	**8.987**	**13.890**
Juros	8.987	13.893
Remuneração de capitais próprios	**(7.144)**	**(566)**
Prejuízos acumulados	(7.144)	(566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas as demonstrações financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital fechado, constituída em 08 de setembro de 2016, sob a forma de sociedade por ações, de natureza financeira, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 9º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. Foi constituída em 08 de setembro de 2016 e obtive seu registro na JUCESP em 27 de outubro de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de crédito, financiamento e investimento, sociedades de poupança e empréstimos, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto a investidores de títulos e capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações com finalidade de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 25 de novembro de 2016, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamentos mercantil, Companhias de financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias. Escritura particular de 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real. Dessa forma em 25 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de debêntures: Classe Sênior 1ª série no valor de R$ 500.000 (quinhentos mil reais de reais) e Classe Sênior 2ª série no valor de R$ 200.000 (duzentos milhões de reais) conforme nota explicativa nº 9. Os valores emitidos foram integralizados: KBRL 328.509 (trezentos e vinte e oito milhões quinhentos e nove mil reais) em 08 de dezembro de 2016, R$ 116 de novembro de 2017, foram integralizados R$ 371.491 (trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e noventa e um mil reais), desta forma totalizando R$ 700.000 (setecentos milhões de reais) integralizadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 01 janeiro de 2019, foi realizada a incorporação da Gaia Cred IV Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. denominada "Gaiacred IV", desta forma assumindo todos os bens, direitos e obrigações a partir de 1º de janeiro de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve novas emissões de debêntures.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJPR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos sobre os eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e outros similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização poderem divergir das estimativas. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(e) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial de acordo com a sua classificação pretendida da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação dos demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão classificados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido pela coleta dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e suas baixas ocorrem quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Ativos financeiros:** São avaliados data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos fluxo de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perderam valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e suas baixas ocorrem quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Ativos financeiros:** São avaliados data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos fluxo de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perderam valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, exceto pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, os efeitos do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25 (1) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são reconhecidos quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de perda dos processos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41 - Resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita ocorre pela incorporação dos créditos inadimplidos, e é a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e com base no recuperação efetiva realizada pela Companhia, conforme o seu balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Essa DVA foi elaborada pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informações financeiras suplementar.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Banco conta movimento	223	760
Total	**223**	**760**

	2020	2019
4.1. Aplicações financeiras		
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil	2.087	6.597
CDB - InvestFácil	741	441
Total	**2.748**	**7.038**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 96% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento para dezembro de 2023. A taxa de juros média contratada para aplicações dos certificados de depósitos bancários CDB Investfácil é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento para dezembro de 2022. **4.1.1. Hierarquia de níveis e ativos e passivos financeiros reconhecidos a valor justo:** A mensuração do estimativa do valor justo por nível leva em conta as seguinte hierarquias: Nível 1: Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Títulos para negociação" e dos "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	2020 Nível 1	2020 Nível 2	2020 Nível 3	2019 Nível 1	2019 Nível 2	2019 Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários	Valor justo	2.007	-	6.597	-	-
CDB InvestFácil	Valor justo	741	-	441	-	-

	2020	2019
4.1.2. Movimentação das aplicações financeiras		
Saldo inicial	**7.038**	**13.220**
Resgate	(4.410)	(6.684)
Receita financeira	120	464
Saldo final	**2.748**	**7.038**

5. Contas a receber - Carteira de créditos: Os montantes contabilizados referentes a carteira de crédito foram classificados como recebíveis de operações de cessões dos direitos creditórios vencidos e inadimplidos. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos da Securitizadora e a atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, gestão e avaliação de assessoria em geral nas operações serão exercidos pela CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 3º andar, bairro Itaim, São Paulo, SP. **5.1. Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios: (a) Direitos creditórios não-performados e/ou parcelas vencidas:** Os direitos creditórios da carteira de crédito da Securitizadora são oriundos de contratos de empréstimos e financiamentos celebrados entre o cedente e seus clientes. **(b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão:** O único critério de elegibilidade a ser observado para aquisição de direitos creditórios pela Securitizadora é que os direitos creditórios devem ser de titularidade de pessoas jurídicas e Companhias de Capital Aberto e a Consultoria especializada, previamente à cessão dos direitos creditórios a Securitizadora, deverão verificar as condições de cessão avaliando a idade dos vencimentos dos saldos em aberto e o valor de aquisição dos direitos creditórios. **(c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios:** Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer recompra dos direitos creditórios inadimplidos. **(d) Composição da carteira de crédito:** Não ocorreram aquisições dos direitos creditórios durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e R$ 26 milhões em 31 de dezembro de 2019. O prazo de recuperação dos créditos previstos nas projeções de fluxo foi trazido preparadas pela consultoria especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditórios.

Cedente	2020	2019
China Construction Bank (Brasil) S.A.	320.888	326.113
Total	**320.888**	**326.113**

	2020	2019
(e) Valor Justo: Para ativos referentes a carteira de crédito, a empresa estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de agências recentes contratadas com terceiros (avaliador do próprio banco investidor - CHINA CONSTRUCTION BANK BRASIL), a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos modelos de precificação de fluxos de caixa descontados possível de informações geradas pelo mercado e contando o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment") Se houver alguma evidência para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.		

(f) Movimentação

	2020	2019
Saldo inicial	**325.123**	**494.344**
Incorporação de saldo Gaiacred IV	-	130.038
Amortizações	(33.703)	(69.259)
Provisão para Impairment	11.668	(230.000)
Saldo final	**303.088**	**325.123**
Parcela no ativo circulante	64.959	86.994
Parcela no ativo não circulante	438.129	438.129

6. Outras contas a receber: No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, Companhia retomou bens dados em garantia e efetuou vendas a prazo que geraram saldo a receber no valor de R$ 1.180 (R$ 2.753 em 31 de dezembro de 2019) que foram disponibilizados para venda. Os montantes líquidos dos imóveis em 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Imóveis vendidos a prazo	1.181	2.753
	1.181	**2.753**

7. Imóveis disponíveis para venda: No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia retomou bens dados em garantia no valor de R$ 19.230 (R$ 20.947 em 31 de dezembro de 2019) que foram disponibilizados para venda. Os resultados líquidos da venda dos imóveis foram destinados a amortização do saldo devedor das debêntures (Nota 9).

Imóveis consolidados	2020	2019
	19.230	20.947
	19.230	**20.947**

Movimentação		
Saldo inicial	**20.947**	**10.693**
Adições	6.375	10.331
Baixas	(7.992)	(77)
Saldo final	**19.230**	**20.947**

8. Debêntures: Em 25 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de Debêntures, sem enumeração, com vencimento em 2026. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 328.509 (trezentos e vinte e oito milhões quinhentos e nove mil reais) em 08 de dezembro de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve a integralização de debêntures no valor de RR 371.491 (trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e noventa um mil reais) totalizando R$ 700.000 (setecentos milhões de reais) em debêntures integralizadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve a incorporação das debêntures emitidas pela "Gaiacred IV" no valor de R$ 102.817 (cento e dois milhões oitocentos e dezessete mil reais). Em 31 de dezembro de 2020 o saldo está representado da seguinte forma:

	2020	2019
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	336.888	365.796
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	171.430	174.772
Debêntures 1ª Emissão Série única	101.477	102.817
Custo de emissão	(9.297)	(12.367)
(-) Provisão para redução do valor nominal das debêntures	(132.472)	(125.329)
Prêmios a pagar	31.733	22.764
Resultados a realizar na venda de ativos	5.534	7.299
Total	**525.256**	**556.768**
Parcela no passivo circulante	55.458	87.031
Parcela no passivo não circulante	469.798	469.737
Movimentação das debêntures	**556.768**	**557.768**
Saldo inicial	-	102.817
(+) Incorporação de saldos devedores	-	2.151
(-) Amortizações das debêntures	(29.747)	(77.781)
Resultados a realizar na venda de ativos	(1.765)	6.274
Saldo final	**525.256**	**556.768**

Tipo: simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações. **Espécie:** com garantia real. **Valor Original:** R$ 700.000 (setecentos milhões de reais). **Valor Nominal:** R$ 1 (hum mil reais) por debênture. **Destinação dos recursos:** Os recursos líquidos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis. **Pagamentos condicionados:** A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortização e remuneração) está condicionada à realização das cartas de crédito por parte adquirida pela Securitizadora junto a parte da integralização dos recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures. **Remuneração adicional (prêmio):** Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados a cada série de debêntures e paga em parcelas mensais que estão condicionadas a ultrapassar de 90% do valor principal de debêntures. **Garantias:** Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contemplando fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures. **Dação em pagamento:** No hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Pavarini S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas (i) ação judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) entrega dos débitos mediante dação em pagamento dos debenturistas da proporção dos seus créditos; e, (iv) recebimento dos direitos creditórios realizados. (iv) entrega do recuperação dos direitos creditórios, entre outros. **Fundo reserva:** São constituídos fundos para cada série de debêntures e será limitado ao valor de R$ 6.515 (seis milhões, quinhentos e quinze mil reais).

9. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social é de R$ 2 (dois mil reais) representado por 2.000 (dois mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.000 (hum mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada e o capital foi integralizado através do capital da "Gaiacred IV". Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	2020	2019
Nova Atlantis Participações Ltda	99,90%	1.998	1.998
Outros	0,10%	2	2
	100%	**2.000**	**2.000**

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, não ultrapassando o limite de 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/2007). Em 31 de dezembro de 2020, não houve distribuição de dividendos aos acionistas. **Lucro por ação (*):** De acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o cálculo mos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social demonstrado abaixo:

	2020	2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(7.144)	(566)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	0,1	0,1
Prejuízo básico e diluído (R$)	**(7.144,00)**	**(566,00)**

(*) Não é aplicável diluição, pois o valor de mercado é igual ao lucro básico por ação, pois não existem outros acionistas.

	2020	2019
10. Despesas de captação		
Despesas serviços de terceiros (a)	(10.111)	(13.032)
Despesas com anúncios e publicações	(45)	(88)
Despesas bancárias	(10)	(48)
Despesas com utilidades e serviços	(2)	(2)
	(10.173)	**(13.169)**

(a) Refere-se substancialmente a serviços relacionados cobrança, custódia e registro de transação das debêntures.

	2020	2019
11. Resultado financeiro líquido		
Receita de operação de crédito	11.669	26.132
Receita de aplicações financeiras - CDB	120	494
Prêmios pagos ao investidor	(8.972)	(13.893)
Despesas bancárias	(15)	-
	2.802	**12.736**

12. Partes relacionadas: (a) Participação acionária: A Companhia é controlada direta da Nova Atlantis Participações Ltda. que, em 31 de dezembro de 2020, esta possui participação de 99,81% do seu capital social. **(b) Transações com partes relacionadas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tod